



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

Pedro Neves de Castro

Estudos em Ontologia do Desenvolvimento

Belém
2023

PEDRO NEVES DE CASTRO

ESTUDOS EM ONTOLOGIAS DO DESENVOLVIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes

Belém
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

C355e Castro, Pedro Neves de.
Estudos em ontologias do desenvolvimento / Pedro Neves
de Castro. — 2024.

Orientador: Danilo Araújo Fernandes
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará,
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido, Belém, 2024.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Estado. 3. Ontologia.
I. Título.

CDD 23. ed. – 338.9

PEDRO NEVES DE CASTRO

ESTUDOS EM ONTOLOGIAS DO DESENVOLVIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes

Aprovada em: 17 de setembro de 2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Presidente / Orientador – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dra. Nirvia Ravena de Souza
Examinadora Interna – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto
Examinador Externo – PPGAU/PPGE/UFPA

RESUMO

Este trabalho procurar compreender a transformação na interpretação sobre a nação brasileira e sobre o Estado ao longo das décadas de 1920 a 1950. A transição de uma concepção antirregionalista para uma visão mais centrada no nacional-desenvolvimentismo marca um ponto crucial nesse período. O objetivo central é compreender processos e circunstâncias que deram origem a essa mudança, analisando as ontologias do desenvolvimento na formação do Estado republicano brasileiro. Composto por dois capítulos, busca-se compreender as ontologias da ideia de Brasil, de Estado e de desenvolvimento em um intento de iniciar um diálogo, mais do que fornecer respostas definitivas, em prol de uma reflexão multidisciplinar sobre o pensamento político e econômico. No primeiro capítulo, intitulado "Ontologias do Estado e da ideia de desenvolvimento", explora-se as raízes filosóficas da ontologia e analisa-se o contexto fenomenológico e as variáveis que influenciaram a construção de modelos de pensamento responsáveis pela reflexividade sobre o "ser" do Estado e seu um papel crucial na formação das ideias de desenvolvimento. No segundo capítulo, "Ontologias do pensamento político e social brasileiro", elabora-se um panorama sobre diferentes perspectivas sobre o Brasil como Estado gestor e espaço produtivo. Ao discutir o desenvolvimentismo no contexto brasileiro, procura-se pela emergência do conceito e pela influência das discussões econômicas e sociais prévias à década de 1950, momento em que se consolida a escola econômica e o desenvolvimentismo. Este trabalho procura introduzir a análise ontológica na compreensão do desenvolvimento, destacando a abordagem hermenêutica e interpretativa adotada para analisar as fontes que contribuíram para a construção social do conceito de desenvolvimento e de sua prática estatal.

Palavras-chaves: Desenvolvimentismo; Estado; Ontologia.

ABSTRACT

This work seeks to understand the transformation in the interpretation of the Brazilian nation and the State between the 1920s and the 1950s. The transition from an anti-regionalist conception to a perspective centered on national developmentalism marks a crucial turning point in this period. The central aim is to comprehend the processes and circumstances that gave rise to this shift by analyzing the ontologies of development in the formation of the Brazilian republican State. Composed of two chapters, the study explores the ontologies of the ideas of Brazil, the State, and development, seeking to foster dialogue rather than provide definitive answers, thereby encouraging multidisciplinary reflection on political and economic thought. In the first chapter, titled "*Ontologies of the State and the Idea of Development*," the philosophical roots of ontology are examined alongside the phenomenological context and variables that influenced the construction of thought models responsible for reflections on the "being" of the State and its crucial role in shaping the ideas of development. The second chapter, "*Ontologies of Brazilian Political and Social Thought*," presents an overview of different perspectives on Brazil as a managing State and productive space. By discussing developmentalism in the Brazilian context, the study explores the emergence of the concept and the influence of economic and social debates preceding the 1950s, a period when the economic school of thought and developmentalism were consolidated. This work introduces ontological analysis into the understanding of development, emphasizing the hermeneutic and interpretative approach adopted to examine the sources that contributed to the social construction of the concept of development and its state-driven practice.

Keywords: Developmentalism; State; Ontology.

RÉSUMÉ

Ce travail cherche à comprendre la transformation de l'interprétation de la nation brésilienne et de l'État entre les années 1920 et 1950. La transition d'une conception anti-régionaliste vers une vision centrée sur le développement national marque un tournant crucial de cette période. L'objectif principal est de comprendre les processus et les circonstances à l'origine de ce changement, en analysant les ontologies du développement dans la formation de l'État républicain brésilien. Composé de deux chapitres, cette recherche explore les ontologies des idées de Brésil, d'État et de développement, cherchant à ouvrir un dialogue plutôt qu'à fournir des réponses définitives, afin de promouvoir une réflexion multidisciplinaire sur la pensée politique et économique. Dans le premier chapitre, intitulé « *Ontologies de l'État et de l'idée de développement* », les racines philosophiques de l'ontologie sont explorées, ainsi que le contexte phénoménologique et les variables ayant influencé la construction de modèles de pensée responsables de la réflexion sur l'« être » de l'État et son rôle crucial dans la formation des idées de développement. Le deuxième chapitre, « *Ontologies de la pensée politique et sociale brésilienne* », propose un panorama des différentes perspectives sur le Brésil en tant qu'État gestionnaire et espace productif. En discutant du développement dans le contexte brésilien, ce travail examine l'émergence du concept et l'influence des débats économiques et sociaux antérieurs aux années 1950, période marquant la consolidation de l'école économique et du développement. Ce travail introduit l'analyse ontologique dans la compréhension du développement, en mettant en avant l'approche herméneutique et interprétative adoptée pour analyser les sources ayant contribué à la construction sociale du concept de développement et de sa mise en œuvre par l'État.

Mots-clés : Développement ; État ; Ontologie.

RESUMÉN

Este trabajo busca comprender la transformación en la interpretación sobre la nación brasileña y el Estado entre las décadas de 1920 y 1950. La transición de una concepción antirregionalista hacia una perspectiva centrada en el desarrollismo nacional marca un punto crucial en este período. El objetivo principal es entender los procesos y las circunstancias que dieron lugar a este cambio, analizando las ontologías del desarrollo en la formación del Estado republicano brasileño. Compuesto por dos capítulos, este estudio explora las ontologías de las ideas de Brasil, del Estado y del desarrollo, con el objetivo de abrir un diálogo más que proporcionar respuestas definitivas, promoviendo así una reflexión multidisciplinaria sobre el pensamiento político y económico. En el primer capítulo, titulado *"Ontologías del Estado y la Idea de Desarrollo"*, se examinan las raíces filosóficas de la ontología, así como el contexto fenomenológico y las variables que influyeron en la construcción de los modelos de pensamiento responsables de la reflexividad sobre el "ser" del Estado y su papel crucial en la formación de las ideas de desarrollo. En el segundo capítulo, *"Ontologías del Pensamiento Político y Social Brasileño"*, se presenta un panorama sobre las diferentes perspectivas del Brasil como Estado gestor y espacio productivo. Al discutir el desarrollismo en el contexto brasileño, se explora el surgimiento del concepto y la influencia de los debates económicos y sociales previos a la década de 1950, período en el cual se consolidó la escuela económica y el desarrollismo. Este trabajo introduce el análisis ontológico en la comprensión del desarrollo, destacando el enfoque hermenéutico e interpretativo adoptado para analizar las fuentes que contribuyeron a la construcción social del concepto de desarrollo y su práctica estatal.

Palabras clave: Desarrollismo; Estado; Ontología.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Tradições de pensamento.....	15
2. Ponto de partida: das ontologias do desenvolvimento ao pensamento intelectual socialmente partilhado.....	22
ONTOLOGIAS DO ESTADO E DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO	26
1.1 Ontologias gerais do Estado	26
1.2 Ontologias marxistas do Estado	32
1.3 O Enfoque Estratégico Relacional.....	44
1.4 Desenvolvimento – um problema social de conceituação.....	53
1.5 Desenvolvimento – um problema histórico de conceituação	64
1.6 Breve revisão de autores do desenvolvimento	73
1.7 Considerações sobre a Sustentabilidade do Desenvolvimentismo hodierno	81
ONTOLOGIAS DO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO.....	86
2.1 Elementos gerais para uma ontologia do pensamento político e social brasileiro	86
2.2 A Discussão Desenvolvimentista no Brasil.....	91
2.3 A gênese da ideologia desenvolvimentista no Brasil	95
2.4 O antirregionalismo	104
2.5 O debate racial dos anos 1920	107
2.6 O pensamento desenvolvimentista brasileiro – 1930 a 1960	111
2.7 Vargas e o Estado de Compromisso	119
2.8 Revisões desenvolvimentistas	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	138

Introdução

Por uma sociologia das ontologias do desenvolvimento

Não é de hoje que falar em desenvolvimento engendra uma gama de concepções diferentes. Por mais que possamos falar em desenvolvimentismos diferentes e diversos, tais sustentável, econômico ou social, a concepção por trás de cada uma dessas elaborações ainda parte de um conceito mais ou menos definido. Na prática, isso quer dizer que entidades, seja o Estado ou sejam organismos de financiamento internacional, priorizam determinados projetos em detrimento de outros. Por exemplo, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) prioriza os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que não vem a ser o caso do Banco Latino-americano de Desenvolvimento ou da Fundação Konrad Adenauer. Empresas privadas, da mesma forma, farão suas campanhas publicitárias a partir de determinadas ideias, como desenvolvem publicidades diferentes para cada estado ou região no qual atua. Os Projeto e Atividades dos Planos Plurianuais do Estado, seja a nível municipal, estadual ou federal, terão características que, para uns, serão desenvolvimentistas, e para outros não; para uns, serão sustentáveis, para outros não. Separar os entendimentos, coloca-los à mesa e definir uma metodologia para dizer o que de fato é o que se pretende ser, é uma tarefa difícil que depende muito mais do momento histórico no qual ela se define. Isso, porque ela se atrela à correlação de forças que há na sociedade, no debate público e nas instituições responsáveis por tais definições.

Na COP28 foi apresentada a metodologia para a elaboração da Taxonomia Sustentável Nacional, que deverá ficar pronta em novembro de 2024. Será o documento oficial, norteador, pelo qual o país falará o que considera sustentável. E isso terá um impacto no financiamento externo, para onde quer seja voltado, público ou privado; assim como na execução do sistema orçamentário brasileiro, nos Planos Plurianuais, nas Leis Orçamentária Anuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, ou ainda nas escolhas técnico-políticas dos órgãos gestores do orçamento ambiental.

Todavia, ainda não se pode acertar que isso será uma coisa boa, ou pelo menos assim considerada para todos. Se, a exemplo, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) prioriza projetos de verticalização do açaí, e essa concepção acaba por lhe definir o que é sustentável; se as práticas que se querem sustentáveis do agronegócio definem o que é sustentável na Taxonomia Nacional; teremos, sim, definido oficialmente o

que é ser sustentável, mediante a institucionalização e a oficialização do que representa a conjunção de forças sociais, de forças intelectuais, por mais que antagônicas. No bojo próprio da Taxonomia Sustentável, restará saber se ela mitigará ou se será uma via de financiamento novo ao agronegócio. E ainda assim, fugiria da propositura ideal de ser um instrumento de fomento de uma realidade socioeconômica vinculada à promoção da biodiversidade, da preservação ambiental e do cuidado climático. Na impossibilidade de agradar gregos e troianos, interessa mais a percepção das estratégias desses diferentes atores, vinculados a essas diferentes concepções, no ministrar dessa composição, raramente justa, que é a correlação de forças, resultante na política pública e na organização do espaço.

Essas divergências, entretanto, não são de hoje. Talvez cada concepção diferente tenha uma história, tenha uma trajetória não só de publicações de opiniões em jornais e periódicos científicos, mas de articulações políticas, de institucionalização, de materialização no espaço e transformação da paisagem, uma história de publicidades, mas também uma história política, de eleições à construção de agenda e à formação do Estado. Desde o surgimento do conceito do desenvolvimento há divergências, há debates, que raramente se centraram única e exclusivamente numa escola ou numa disciplina, como a disciplina econômica. Mas certamente há diálogo, e certamente há interfaces de diálogo estabelecidas entre autores, entre ramos diferentes da intelectualidade que se espalham entre as disciplinas diversas.

De fato, algumas ideias centrais ao desenvolvimentismo se originaram nesse compartilhar, nesse ambiente de debate compartilhado e, talvez, alguns momentos tenham sido mais propícios a isso – algumas tendências comuns podem ser percebidas no conjunto dessas áreas diferentes do saber. É o caso, por exemplo, de quando tanto na Geografia, quanto na Antropologia, ou quanto na História e quanto na Engenharia, entendeu-se que as características físicas regionais não limitavam o desenvolvimento das sociedades humanas ou o desenvolvimento tecnológico ou o desenvolvimento civilizacional nos trópicos úmidos. E por mais que desenvolvessem essa noção em paralelo, o diálogo entre essas disciplinas era limitado a determinadas instâncias.

Ao mesmo passo que essas tendências comuns avançam na história, elas constroem não só o saber, o conhecimento e as estruturas desse conhecimento – ou seja, livros, publicações, eventos, universidades e faculdades –, mas estruturas essencialmente de reprodução social dos autores tais as associações de profissionais, as universidades, ou ainda

o concurso público. Uma centralidade da questão é que nem todas essas estruturas são exclusivamente voltas para o desenvolvimento do conhecimento atrelado à sua intelectualidade respectiva, pois algumas se entrosam tanto no que vem a ser e a se transformar como Estado, que se tornam instituições de pesquisa e planejamento, algures de planejamento e execução.

Para entender porque, quando enfim surge o termo do desenvolvimento, quando surgem os cursos de economia, naquele momento que na ciência econômica se identifica como o surgimento do desenvolvimentismo, já existiam as instituições base desse mesmo projeto, seria necessário dar um passo, este qual almeja o presente trabalho.

Todavia, nos deparamos com algumas dificuldades metodológicas e, diante delas, percebemos a necessidade primeira de estudar o entendimento de si para si, o entendimento de si para a necessidade do mundo, para a necessidade de Estado. Qual o papel na sociedade que essas intelectualidades se dão ou como o desenvolvimentismo se entende a si no contexto que percebe seriam perguntas válidas, ao passo em que se alcança o estudo ontológico. É desta feita que os méritos são deixados de lado para que a situação possa se explicar a partir de si – é observarmos essa gama de interpretações e as entendermos pontualmente para, somente depois, as entendermos relacionalmente. Como elas próprias se inserem na conjuntura histórica, como elas se inserem no equilíbrio de forças, como elas desenvolvem suas estratégias de reprodução e de incidência no espaço, de materialização de seu escopo das ideias, para isso tudo, é preciso, antes, entender como elas próprias se enxergam, como elas próprias se observam, observam a sua necessidade. Apenas a partir dessa percepção própria que as estratégias poderão ser elaboradas – estratégias estas de reprodução social diante da diversidade social e do conflito, dos interesses diversos, da correlação de forças.

Se o objetivo primeiro, e de fundo, é pensar a relação entre intelectualidade e Estado, este trabalho se aventura no passo inicial do enfoque ontológico e, apenas a partir dele, procura alcançar o relacional. Revela-se, então, uma preocupação teórico-metodológica em busca do estudo do entendimento de si para o mundo dos conjuntos, dos atores, das tendências intelectuais, e nos vimos, então, obrigados a procurar primeiro uma fórmula de análise, uma aproximação ontológica.

Os dois capítulos apresentados divergem, nesse sentido, ao desenvolverem uma execução metodológica diferente: ao estabelecermos os padrões de análise, no primeiro, que serão ainda reproduzidos no segundo, o escopo do estudo é o desenvolvimentismo no seu

contexto maior, correlacionado ao mundo que lhe rodeia; o segundo, por outro lado, sem abarcar a completude do escopo do pensamento desenvolvimentista, quer apenas seguir uma percepção, um encadeamento de ideias, concepções, críticas ou teses e antíteses, feita do desenvolvimentismo para si. Se o capítulo I inicialmente se apresentava como o nosso entendimento sobre o Estado que pudesse abarcar o escopo das estratégias relacionais das diversas intelectualidades do desenvolvimento, mais que isso ele se tornou um capítulo das considerações da análise ontológica sobre o Estado e sobre o desenvolvimento – colocando essas análises em uma posição relativista, procurando lançar nossa visão para essa perspectiva ontológica. O capítulo II, por outro lado, que seria uma contextualização do debate no qual, nos perguntávamos, teria iniciado muito antes da disciplina econômica, se tornou um rol de elementos não exaustivos desse mesmo debate, desselando tendências e dinâmicas ontológicas próprias do desenvolvimentismo.

Nesse sentido, o estudo ontológico se fará paulatinamente pela percepção dos pressupostos filosóficos, pelo exame das relações sociais, pela avaliação das estratégias relacionais de intervenção, pela identificação das visões de mundo ou de desenvolvimento, e pelo exame das críticas e das limitações.

Pela análise dos Pressupostos Filosóficos, entendemos explorar as estruturas de pensamento e as premissas subjacentes ao desenvolvimentismo, investigando como a intelectualidade em questão concebe a natureza do progresso, da sociedade, da economia e da mudança social. Ressalta-se que tais elementos e os critérios necessários para a análise respectiva não são por nós dados, mas por aqueles que estudamos, pelo nosso próprio objeto de estudo.

Já o exame das Relações Sociais releva da propositura em investigar as relações entre diferentes intelectualidades dentro do contexto do desenvolvimentismo. Isso incluiria entender como as políticas e o modelo de Estado proposto impactariam essas relações e estruturas nas quais eles mesmos se entendem e, conseqüentemente, como que esses impactos moldam, por sua vez, essa forma como se entendem.

Isso acarreta em fazermos uma Avaliação das Estratégias Relacionais de Intervenção – ou seja, analisar as estratégias e políticas executadas enquanto desenvolvimentistas para promover o crescimento econômico, a industrialização, a redução das desigualdades e a inclusão social etc., mais uma vez os pontos que elas próprias colocam na mesa. Isso envolveria um exame crítico dos mecanismos propostos para implementar essas estratégias

e a leitura que a intelectualidade em questão faz disso, entendendo que ela pode variar no tempo pois que esses mesmos efeitos repercutem não só sobre o espaço, mas sobre a base material de reprodução dessas intelectualidades e, conseqüentemente, sobre a forma como ela se enxerga e se reproduz.

Durante a Identificação das Visões de Desenvolvimento, queremos investigar como as diferentes intelectualidades dentro do escopo desenvolvimentista concebem o desenvolvimento, incluindo as diferentes abordagens para alcançar seus objetivos em dado momento.

E, por fim, o Exame das Críticas e Limitações a queremos considerar as críticas feitas ao desenvolvimentismo, e que estão em seu próprio bojo intelectual, incluindo preocupações com a eficácia das políticas propostas, considerar as releituras, as continuidades, as rupturas, as renovações.

Nosso ponto de partida – o lastro temporal para o qual a análise requererá retornos na história e na elaboração das ideias – é o momento da interpretação sobre o que é a nação brasileira e o seu Estado, reformulada entre os anos 1920 e 1950 – momento este de consolidação do Estado moderno. Consolida-se uma concepção antirregionalista (MESQUITA, 2012; VIANA, 1956) sobre a história e as problemáticas do país e, destarte, sobre o devir do Estado. Mas a década de 1950 já apresenta versão outra da interpretação brasileira e, mais que isso, se provia das instituições que conformaria o “nacional-desenvolvimentismo”. Objetivamos o estudo dessa mudança, e já afirmando que não teremos uma resposta definitiva a oferecer. Buscamos compreender os processos, as circunstâncias, os fios e enredos ideológicos e os jogos de interpretações que alguns setores do pensamento social brasileiro ofereceram a essa problemática.

Nesse sentido, podemos oferecer algumas hipóteses, como a de que a concepção de centralidade na gestão do Estado brasileiro se formou a partir de um amadurecimento, de uma reflexividade de natureza ontológica sobre o “ser” do Estado, ou, talvez mais apropriadamente, sobre o “ser do Brasil” – hipóteses essas que iremos explorar no Capítulo 1, intitulado “Ontologias do Estado e da ideia de desenvolvimento”. Nesse primeiro capítulo discutimos as ontologias do desenvolvimento na conformação da ideia de Estado brasileiro republicano, perquirindo o debate intelectual brasileiro a partir de suas condições fenomenológicas e identificando as variáveis que, em nossa interpretação, conformam a práxis, a ação social e intelectual de construir modelos de pensamento sobre a questão.

Uma segunda possibilidade será desenvolvida no segundo capítulo, intitulado “Ontologias do pensamento político e social brasileiro”. Aqui, sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto, percorreremos alguns momentos, ou pensamentos, sobre o que seria o Brasil, como Estado gestor e como espaço produtivo. Sem a referida pretensão, apenas iniciamos o que seria um projeto futuro, centrado na perspectiva de traçar um painel mais completo das fontes e das ontologias do desenvolvimento que contribuíram para o caudal da reflexão desenvolvimentista pós-1945. Nossa proposição, neste capítulo, é trazer à discussão alguns elementos, instrumentos, fontes, discursos e coesões intelectuais.

Esses capítulos possuem, bem sabemos, uma estrutura irregular. São textos que se unem na proposição geral de refletir, hermeneuticamente, sobre as ontologias da ideia de Brasil. Trata-se, na verdade, de iniciar um percurso, ou – hermeneuticamente – um diálogo, mais do que trazer conclusões sobre as questões levantadas.

Buscamos perfazer esses caminhos e compreendê-los à luz de uma reflexão sociológica sobre o pensamento político e econômico. Tomamos, por ponto de partida para essa tarefa o conceito de ontologias do desenvolvimento, que será substancializada com alguma lentidão, na conformação do texto, ao cotejarmos as tradições de pensamento, das quais explicitaremos melhor a problemática no tópico 1 desta Introdução. Nesse sentido, imediatamente a seguir, no tópico 2, incluímos uma reflexão teórico-metodológica com a qual buscamos sintetizar nossas perspectivas analíticas e explicitar os procedimentos utilizados.

1. Tradições de pensamento

Para a tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro, tal como mapeada mais recentemente por Fonseca (2015), o desenvolvimentismo, enquanto conceito, tem sua origem na virada do século XIX para o século XX e se revela, primordialmente, de modo amadurecido, enquanto estratégia de planejamento e atuação intencional do Estado em busca do processo de industrialização e superação do subdesenvolvimento (FONSECA, 2015; BIELSCHOVSKY, 1998).

Apesar das disputas quanto à proveniência do conceito de desenvolvimento, a percepção acerca do papel das políticas deliberadas pelo Estado brasileiro e o ambiente em que surgiram suas concepções estariam entrelaçadas a um período histórico profundamente vinculado à fase de maturação e ápice das ideias desenvolvimentistas após o término da

Segunda Grande Guerra (FURTADO, 2007; TAVARES, 2000; BIELSCHOVSKY, 1998, WALLERSTEIN, 1994). Não por acaso, isso ocorre no mesmo momento em que as ideias de subdesenvolvimento se consolidam, assim como suas estratégias de superação. Neste sentido, começam a amadurecer e ganhar destaque, na agenda global neste período, uma estratégia multilateral de busca pela superação do que se compreendia por subdesenvolvimento no país.

Liderados em grande medida pela recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecida logo após o fim dos interstícios de guerra em 1945, os ideais de busca pela construção de estratégias globais de superação do subdesenvolvimento têm, na América Latina, uma de suas regiões focais de estudos e construção de estratégias de intervenção.

Não é sem razão de ser que esses pressupostos da literatura da ciência econômica produzida no Brasil aponte o período do final da década de 1940 e, principalmente, dos anos de 1950, como período do auge das ideias desenvolvimentistas no país. Por trás desse pressuposto, está a visão de que as ideias e estratégias desenvolvimentistas, que se consolidaram no país nesse período são fruto, em grande medida, da influência das ideias produzidas por uma das principais comissões regionais da ONU, àquela cunhada na América Latina e sediada na cidade de Santiago no Chile, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948.

Na América Latina, a CEPAL seria a expressão dessa *tendência mundializada* (MARINI, 2012; WALLERSTEIN, 1994) que é a ascensão das estratégias de desenvolvimento econômico, enquanto “desenvolvimentismo”, mas sob uma revisitação específica, ou um olhar atento sobre as desigualdades históricas e estruturais no mundo (FURTADO, 1961; QUIJANO, 2014; FRANK, 1970). Porém, onde, de fato, surgem as ideias fonte desse “desenvolvimentismo” é motivo de contestações relativamente novas na literatura econômica brasileira (FONSECA, 2004, 2015) – e mesmo o sentido do desenvolvimentismo sempre a ser questionado e revisto, é difícil de se ter mapeado um momento em que, de fato, o pensamento desenvolvimentista teria surgido, se não no mundo, no Brasil pelo menos. O mais adequado seria que pudéssemos tratar de uma emergência do conceito, e não de sua origem.

Resgatar os contextos mundiais dessa emergência não ajuda a isolar esse objeto de estudo – apenas nos daria a visão de outro prisma a ser colocado à nossa mesa. De fato, se para a América Latina o desenvolvimentismo segue um sentido próprio, para o contexto de

mundialização do pós-guerra, o sentido é outro; sendo outro, ainda, o sentido do desenvolvimento para o terceiro mundo, no qual o Brasil se enquadra. Estas diversas interpretações sobrepostas sobre a natureza, o sentido ou ainda as origens do desenvolvimento enquanto política de Estado e enquanto pensamento apontam para lados diferentes, e não raramente opostos. Permeiar o conceito, assim, quer dizer se debruçar sobre a história e a diversidade que a palavra do desenvolvimento recorre, e que as políticas desenvolvimentistas atestam em sua ampla gama de recorrência e de diferenças.

Por outro lado, interpretações ligadas às perspectivas da teoria da dependência, que viriam a se desenvolver a partir dos anos de 1970, em um contexto de crise dos ideais desenvolvimentistas, apontam que o processo histórico de consolidação dessas ideais hegemônicas do período pós-guerra estariam relacionadas a processos bem mais profundos do ponto de vista do avanço estrutural do capitalismo no Mundo, e da consolidação do papel estratégico da atuação dos Estados Nacionais em regiões periféricas com o objetivo da consolidação dessa agenda.

A partir dessa perspectiva, a CEPAL seria a expressão de uma *tendência mundializada* de expansão do capitalismo e sua consolidação em regiões periféricas (MARINI, 2012; WALLERSTEIN, 1994). Esses processos se manifestariam em estratégias explícitas e intencionais de consolidação e expansão do conceito de desenvolvimento econômico para todo o mundo periférico. Estratégia que levaria, em seu bojo, uma busca pela garantia de consolidação de áreas de influência em regiões periféricas, assim como a consolidação de oportunidades de valorização do capital oriundo dos países centrais.

Com a crise econômica dos anos de 1970, os ideais desenvolvimentistas passam a ser questionados tanto por parte das agendas que aprofundam o debate sobre a teoria da dependência, como pela perspectiva neoliberal que começa a ganhar força, a partir da agenda de países como a Inglaterra e os EUA durante entre os anos de 1970 e 1980. Nos dois casos, se questiona tanto as ideias como as políticas de ordem intervencionais, que visam um forte papel de indução, coordenação e intervenção dos Estados Nacionais, desenhando estratégias de desenvolvimento econômico em regiões subdesenvolvidas.

No caso das possibilidades de comparação entre as ideias cepalinas e dependentistas, observam-se pontos de proximidade e diferenças profundas. De um lado, ambas se posicionam contra os modelos de desenvolvimento do capitalismo baseados em ideais liberais de expansão dos mercados com base em princípios de autorregulação e convergência

entre interesses públicos e privados. Ambas, igualmente, acreditam que os princípios liberais levariam a um aprofundamento das desigualdades e condições de dependência dos países periféricos. Por outro, divergem em relação às premissas sobre o papel do Estado nesse processo e sua capacidade de garantir a construção de estratégias de desenvolvimento e condição de superação da dependência desses países.

Sendo assim, tanto no cerne da agenda de pesquisa da Cepal, como, também, nas abordagens dependentistas, reside uma reexaminação particular e atenta, um enfoque meticuloso, sobre as razões e motivações subjacentes às disparidades históricas e estruturais entre as nações centrais e periféricas (FURTADO, 1961; QUIJANO, 2014; FRANK, 1970). As diferenças apontam para uma perquirição sobre o papel do Estado e suas reais condições de garantir a superação da dependência a partir do estímulo de políticas desenvolvimentistas. Em ambos os casos, aprofunda-se o debate sobre a relação entre o contexto de produção das ideias e sua influência e permeabilidade por dentro das estruturas políticas e lógicas de autonomia do Estado.

Neste sentido, para que possamos aprofundar e refletir, de modo organizado e profundo, o contexto atual sobre as políticas de desenvolvimento em regiões periféricas, se faz necessário, em algum nível, resgatar os contextos mundiais dos surgimentos das ideias desenvolvimentistas com vistas a atualizar pontos hoje considerados relevantes; assim como compreender, no sentido da longa duração, as permanências e inovações que se apresentam no debate atual.

De fato, enquanto o desenvolvimento assume uma direção distinta para a América Latina, pensamos que o cenário de mundialização no pós-guerra introduz uma perspectiva diferente que veremos mais à frente. Da mesma forma, o conceito de desenvolvimento adquire outra conotação para o mundo em desenvolvimento, no qual o Brasil, a nosso ver, estaria enquadrado. Estas interpretações sobre a natureza, o sentido ou, ainda, as origens do desenvolvimento enquanto política de Estado e enquanto pensamento, apontam para lados diferentes e, não raramente, opostos. Permeiar o conceito, em nosso entendimento, quer dizer se debruçar sobre a história e a diversidade de termos e sentidos usados para a construção do conceito de desenvolvimento que, de acordo com as escolhas políticas levadas a cabo, atestam e validam para a legitimidade das ações do Estado.

Ademais, é certo que tal conceito ainda permanece atuante, de alguma forma, no debate público brasileiro¹. Notamos a capacidade elástica desse termo, E veremos, ao longo deste trabalho, o quanto tantas vezes lhe mudam o sentido ao que se justificam políticas novas. Certamente, não será fácil cercear esse conceito, pois que de época em época, e de região em região, lhe muda o sentido e, portanto, as políticas públicas que provêm da sua discussão conceitual e, por consequência, renovam essa mesma discussão.

O que temos, aqui, é a diversidade e ambivalência da literatura que o refere. Distante de nós a possibilidade de querer analisar o desenvolvimentismo na sua pretensão de totalidade – totalidade esta que acreditamos inalcançável. Nos dispomos, simplesmente, em analisar a literatura sobre o uso do termo desenvolvimento a partir de alguns indícios. Pensar o pensamento, estudá-lo, requer metodologia que nos permita entrever as suas dinâmicas, as suas mudanças, as suas relações com o mundo material que o cerceia.

Desta forma, não adotamos o conceito para nós, como tampouco lhe damos um significado – coube a seus vários autores e intérpretes a pretensão de sua totalidade, querendo-lhe a universalidade que ultrapassa o enquadramento contextual da matéria, enquanto possibilidade estruturada e estruturante de sua execução, e da ideia, enquanto debate e interpretação à matéria vinculada e tão elaborada quanto transposta a outros âmbitos discursivos e disciplinas. Por outro lado, portanto, estas diversas ultrapassagens, universalizações, pretensões de totalidade do conceito, nos interessam em estudo, lado a lado, a comparar-lhes para perceber entre elas a dinâmica.

Se alguns clássicos da revisitação ao conceito de desenvolvimentismo brasileiro, entretanto, já nos contaram essa história, o fizeram com o intuito da demonstração econômica do desenvolvimento enquanto política industrial de Estado (BIELSCHÓVSKY, 1996; TAVARES, 1972; BRESSER-PEREIRA, 2017). Tal política, nesse sentido e na percepção desses autores, só surgiria à mercê da CEPAL, consolidando-se no Brasil, nos altos da década de 1950, sob a referência da *substituição de importações* (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961; TAVARES, 1972)². Se, como certamente, tal pensamento político e econômico provém das elaborações cepalinas, porém, o terreno para sua fertilidade se

¹ Fazemos referência, aqui, ao uso do termo no Governos de esquerda, do PT, até os dias atuais.

² Consideramos a possibilidade de haver tido variáveis outras na constituição do Estado, ainda no bojo do desenvolvimentismo e do planejamento estatal, embora focado na industrialização e no processo de substituição das importações, envolvia resolver entraves, como a questão territorial, as diversas questões infraestruturais, urbanas, rurais e de escoamento da produção, os conflitos agrários e sociais, a questão do financiamento público etc..

preparava, havia muito, nas discussões econômicas e sociais que compõem a sua origem e aceitabilidade na sociedade brasileira. Almejamos, por outro lado, a possibilidade de estudo de forma mais ampla e não menos profunda, de sorte a nos permitir estudar os indícios de sua existência nas épocas precedentes à política industrial de Estado, precedentes à década de 50 e ainda, precedentes ao rol intelectual, proeminentemente economista, que se formou de então, ancorado e uma institucionalidade específica tal qual os cursos de economia.

Porquanto, a nossa hipótese é outra. Compreendemos que as sucessivas revisões ao desenvolvimento lhe deram direcionamentos novos, não se eximindo enquanto atores intelectuais da sua constante reformulação. Nesse sentido, Bielschovsky (1996), Guido Mantega (1995) ou ainda Bresser Pereira (2017) não seriam meros críticos do desenvolvimento brasileiro, mas sim alguns de seus principais atores. Não nos debruçamos, portanto, sobre o mesmo objeto de estudo de tais autores, mas pensamos o desenvolvimentismo como esse todo dinâmico e sistêmico, do qual esses autores\atores se fazem parte.

Percebe-se uma literatura que tergiversa nos preceitos desenvolvimentistas e que precede a consolidação da escola econômica/cepalina brasileira. Trata-se, por exemplo, de revistas científicas ou de meios de comunicação de classe profissional, como a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico Nacional. A partir desses debates, consolidou-se uma estrutura estatal do desenvolvimento, compreendendo organismos nacionais de pesquisa, de planejamento e, propriamente, de execução de política pública que viriam a caracterizar o desenvolvimentismo até décadas mais tarde. (CASTRO, 2016, 2017, 2019)

Contemplamos a hipótese de que tenha ocorrido um processo, a partir dos anos 1930, que, gradualmente, tenha moldado tanto o Estado como uma estrutura institucional, quanto a intelectualidade e os fundamentos materiais de sua reprodução que conformam este mesmo Estado³. Observa-se que não se trata só de intelectuais, compreendidos como autores mais influentes ou dominantes numa determinada cena sociopolítica, mas, também, de técnicos do Estado e executores da política pública. Pretendemos esse estudo, a partir de uma sociologia dos intelectuais, perquirindo suas ontologias, para compreender as estruturas

³ Referimo-nos não apenas a intelectuais advindos na formação do sistema universitário brasileiro, mas, na convergência com estes, intelectuais da mais variada formação, dentre escritores, jornalistas, ensaístas, militares e políticos.

ideológicas que movem a ação dos indivíduos envolvidos no processo do planejamento e implementação de políticas públicas.

Dessa maneira, uma primeira questão que se conforma, diz respeito às fontes que, intersubjetivamente, contribuem para a construção social do conceito de desenvolvimento consolidado no planejamento do Estado brasileiro após 1945. Quais seriam elas e de que maneira elas impactaram sobre o pensamento econômico e sua base material, produzindo formas de intelectualidade específicas? De que maneira podemos falar sobre desenvolvimento antes dessa data? Que outros setores da vida intelectual brasileira, para além dos economistas – escutados ou não por estes – pensaram o desenvolvimento?

É nesse sentido que se nota, nesse intercurso, as contribuições clássicas, para a fundamentação do ambiente intelectual, de número de autores desde, pelo menos, Hipólito José da Costa, o qual fundou o primeiro jornal brasileiro – o Correio Braziliense ou Armazém Literário –, no começo do século XIX; Oliveira Lima; Rui Barbosa; Euclides da Cunha; Monteiro Lobato; Gregório de Matos e sua crítica ao Estado; Oliveira Viana; e ainda a poesia da inconfidência mineira; dentre tantos outros mais, e sendo eles autores que, de alguma maneira, pensaram e formularam a economia, o desenvolvimento e o Estado antes dos preceitos consolidados tais da totalização do conceito do desenvolvimento. Outros, já no século XX, como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior (haveria de se lembrar não ser ele formado em economia), Antonio Candido, e outros tantos, não deixaram de elaborar e contribuir à elaboração de um pensamento econômico e desenvolvimentista. (INTÉRPRETES DO BRASIL)

Antes de nos perguntarmos se podemos, de fato, falar sobre o desenvolvimentismo antes da década de 1950, ou de nos perguntarmos se o desenvolvimentismo é um objeto exclusivo dos economistas, deveríamos observar o que ocorre entre os anos de 1920 e de 1950, pois, de fato, ocorreu durante este período um panorama de mudanças na realidade do Estado brasileiro, especificamente com o surgimento de debates econômicos a partir de uma ampla discussão sobre o problema de regiões consideradas limitadoras e limitantes do progresso, como os chamados “sertões” (FAORO, 2001; FURTADO, 2007; OLIVEIRA, 1972).

Convém observar que a mesma mudança discursiva já vinha acontecendo antes e em paralelo de tais debates, expressa, particularmente, na mudança de instituições de cunho determinista para instituições cujo desenvolvimento e, notoriamente, o aspecto regional na

constituição da nação brasileira, se fizeram surgir, como foi o caso da mudança de paradigma ocorrida do IHGB para o IBGE; e como foi o caso, também, da discussão hidráulica para os bancos, para os planos federais, para a SUDENE (GOMES, 1994; SOUSA, 2004).

Essa mudança vinha ocorrendo desde a década de 1930, e vinha tomando forma em várias áreas do debate acadêmico e político. No entanto, é notável que seja na década de 1950 que a dominância no âmbito estatal se transforma. Nesse, passamos para um modelo quase inteiramente direcionado para a industrialização e pelo espírito do modernismo (FAUSTO, 1995). Quiçá, as iniciativas desenvolvimentistas no Nordeste não partiram desse movimento dos anos 30, mas partiu desse Estado já consolidado, que já atuava plenamente enquanto primeiro grande artífice de um amplo projeto desenvolvimentista.

Por efeito, entre os anos de 1920 e os anos de 1950, uma mudança radical ocorre no pensamento intelectual e artístico brasileiro, reinterpretando a noção de nação e o Estado brasileiro. O pensamento social brasileiro, nessas décadas, chegou à conclusão de que a interpretação regionalista, em seu viés político, era nociva à constituição da nação brasileira e à formação de seu Estado desenvolvimentista (MESQUITA, 2012; VIANA, 1956); assim, no início da década de 1950, o Brasil já se provia das instituições que viriam a ser o cerne do “nacional-desenvolvimentismo”, visto que as instituições que vigoravam no Brasil nos anos de 1920 já não se encontravam mais no bojo de um projeto nacional hegemônico. Dessa maneira, nos perguntamos: Qual percurso foi necessário para essa mudança?

2. Ponto de partida: das ontologias do desenvolvimento ao pensamento intelectual socialmente partilhado

O termo ontologia se refere, em filosofia, à reflexividade sobre o ser. Importante ressaltar essa condição: não se trata de estudar o ser, na sua materialidade ou na sua consistência biológica e, nem mesmo, puramente, sociológica, em suas redes sociais, mas, simples e precisamente, na reflexividade que o ser faz, produz, a respeito de si. Trata-se de uma questão cuja pertinência inicia com o pensamento pitagórico (Cf. HEIDEGGER, 1993) e parmenidiano-eleático (Cf. verbete *Non-être*, BLAY, 2012: p. 565), mas que ganha uma dimensão mais intrigante – especificamente a dimensão da relatividade reflexiva – com Heráclito (2002). Muitos desdobramentos filosóficos se seguirão, ao longo dos séculos, notadamente o debate aristotélico sobre as modalidades do ser (ARISTÓTELES, 2012), sua renovação com o movimento medieval da Escolástica (Cf. AUBENQUE, 2009) e sua

recuperação, na filosofia moderna, por Hegel e Kant (VIEILLARD-BARON, 1999), que precedem a desconstrução histórico-crítica elaborada por Heidegger (2012), que percebe, no percurso do conceito, um essencialismo que prejudica e reduz a sua dimensão reflexiva.

Uma revolução no emprego do conceito se produz quando, no campo das ciências sociais, György Lukács, que Perry Anderson insere na grande dissidência heterodoxa do marxismo que qualifica de “marxismo ocidental” (ANDERSON, 2019), elabora a noção de “ontologia social” (LUKÁCS, 2018). Não que tenha sido o primeiro autor a trazer para as ciências sociais o debate filosófico sobre a ontologia, mas o debate de Lukács terá, efetivamente, um impacto profundo nas ciências sociais, influenciando tanto no desenvolvimento de uma sociologia da cultura como em pesquisas econômicas e antropológicas que atentam para a diversidade sociocultural e para as diferentes formas de compreender, endogenamente, o que é o desenvolvimento.

Certamente influenciados por essas perspectivas ontológicas e, igualmente, inseridos no esforço coletivo por compreender as ontologias da ideia de Amazônia – ou melhor, especificamente, os conflitos persentes na vida intelectual que procura dialogar com a complexidade das ontologias endógenas presentes nas diferentes populações amazônicas – inserem-se os trabalhos de Fernandes (2010) e de Castro (2011). Dialogando com esses trabalhos, percebemos a necessidade de pensar a respeito da dimensão intersubjetiva, ou, propriamente, ontológica, presente na questão colocada antes.

Creemos que não se trata de perceber “discursos”, ou seja, enunciados politicamente inseridos no mundo social, mas “ontologias”, ou seja, disposições e dispositivos que tentam explicitar o mundo, quando não mesmo explicá-lo, e que, em nosso ponto de vista, incluem disposições discursivas, inclusive.

Se recorremos a essa compreensão é para poder compreender aquilo que se forma antes do discurso: o magma, nem sempre translúcido, de problemáticas que, na maresia das complexidades e das reflexões humanas, resultará em ideias mais ou menos fixas, em autores mais ou menos referenciais e em teses mais ou menos aceitas geralmente. Pois, se desejamos compreender as fontes que estimulam o debate sobre o desenvolvimento, na sua formação histórica pós-1945, o que encontraremos não serão discursos socialmente formatados e, nem, tampouco, padrões científicos, mas sim intuições, sensibilidades, traços que, no caudal do debate intelectual, formam as bases que sustentarão, no futuro, as ideias mais convencionalmente aceitas.

Metodologicamente, assim, recorreremos a uma leitura hermenêutica, ou seja, interpretativa e talvez ensaística, dos debates intelectuais havidos e de suas influência e recorrência. Como antes dissemos, sem nenhuma pretensão de esgotar a complexidade do tema.

O procedimento analítico adotado, nesse sentido, consiste em encontrar traços: traços de ideias, de vontades e de sentimentos na intenção de compreender Estado, desenvolvimento, região, gente.

De acordo com Palmer (1986), o procedimento hermenêutico é uma abordagem interpretativa utilizada na análise de textos, mas também pode ser aplicada em outros contextos, notadamente na compreensão das ideias socialmente partilhadas, na interpretação de símbolos, obras de arte e até mesmo na compreensão de experiências pessoais. Esse procedimento se desenvolve por meio de uma etapa inicial de compreensão do contexto em que o texto ou objeto a ser interpretado está inserido, o que inclui informações sobre o autor, o período histórico, o gênero literário, as circunstâncias da criação e outros elementos relevantes. A partir dessa etapa inicial, procede-se uma leitura atenta dos textos, com a identificação das intercorrências, das repetições, das ênfases e das questões, tanto gerais como específicas, visando a produzir uma contextualização, ou seja, a inserção das ideias perquiridas no seu contexto mais amplo, o que pode envolver a compreensão das correntes filosóficas, culturais e históricas da época em que essas ideias foram elaboradas.

Segue-se uma ação de questionamento, ou seja, de produção de perguntas críticas sobre tais ideias, sensações, influências, traços, objetos, textos. Questões que permitam compreender os temas principais, os símbolos, as metáforas, as imagens presentes, as cadeias de nexos lógicas, as associações; os possíveis significados e, sobretudo, a intenção, do autor, ou dos autores, em comunicar alguma coisa específica, em seu contexto político de disputas simbólicas.

O que se produz, a partir daí, ainda de acordo com Palmer (1986), mas, sobretudo aqui, dialogando com Ricoeur (1978; 2011), seria uma ação dialogal, o diálogo entre o intérprete, nós, a partir de nossa vivência e, sobretudo, do percurso científico no PPGDSTU, e o texto, ou objeto, ou o traço, ou os traços, daquilo que, nós próprios, possamos compreender como enunciações. Nesse jogo dialogal produzem-se interpretação pessoais, cruzamento com referências contextuais mas, sobretudo, diálogo.

É desse jogo dialogal que surgem as sínteses interpretativas, formadas com base nas análises e reflexões que, no horizonte de uma comutação de sentidos, produzida conforme o acúmulo científico de que dispomos, permita uma interpretação coerente e abrangente do texto, objeto, sensações, traços. Em síntese, a abordagem hermenêutica, ou fenomenológico-hermenêutica, é uma abordagem interpretativa que enfatiza a compreensão aprofundada e contextualizada, centrada no desvelamento compreensivo das múltiplas camadas de significado ali presentes e em sua interação com experiência científica e a compreensão do intérprete.

Essa perspectiva torna-se mais completa – e complexa – com a disposição em compreender não apenas a interação leitor/texto, mas, também, as interações intersubjetivas textos/textos – de onde consideramos nosso ponto de partida: as ontologias do desenvolvimento no pensamento intelectual socialmente partilhado, o que tentamos fazer a seguir.

Capítulo 1

Ontologias do Estado e da ideia de desenvolvimento

Com apoio desse referencial pensemos, inicialmente, na problemática do Estado, tal como ela se conforma na intersubjetividade do debate intelectual. Este capítulo se volta para a compreensão do Estado, calcando problemáticas gerais que nos permitem sua percepção e interpretação e, desta feita, perpassando por uma história específica sobre sua elaboração intelectual – as ontologias propriamente marxistas –, e concluímos numa análise ainda mais específica que é o enfoque estratégico relacional.

Perfazermos esse caminho quer dizer adotarmos para nós uma compreensão do como podemos analisar a relação entre o pensamento e a materialidade estatal em contextos dados, sem querer para tanto fugir da análise ontológica da questão, mas nos dando instrumentos plausíveis para essa análise.

É certo, no entanto, que no caminhar da investigação que elabora a genealogia do Estado, descobre-se que nunca houve um conceito único ao qual responde essa palavra. Pelo mesmo motivo, descartamos a possibilidade de encontrar um consenso geral a partir de uma análise neutra (SKINNER, 2010: p. 7).

Assegurar-se essência ou limites naturais do conceito, pela distância da ciência, logra ao mais perto à só delimitação do que fora dito e compreendido em determinada época, delimitando conjunto de autores ou mapeando os embates entre projetos de Estado, os quais vinculam a sua interpretação única sobre o seu papel. Admitimos possível que algumas ideias de Estado tenham predominado nos recortes da história. Cientes disso, não buscaremos dar uma definição única para o que é o Estado, mas procuraremos estabelecer aqui o enfoque que utilizaremos para analisar a relação entre o Estado e intelectualidade.

1.1 Ontologias gerais do Estado

É nesse sentido que, cotejando os percursos anteriores que conformam uma hermenêutica da ideia de Estado, observamos a década de 1970, marcada pela releitura dessa ideia ensimesma em considerações sobre a sociedade civil e sobre o papel dos movimentos sociais – havendo sido consolidado o paradigma da democracia, nesse tempo do pós-guerra, não se pautava mais, essa leitura, ao menos no espectro da reflexão de esquerda, pela revolução armada, ou pelo menos não mais com a mesma força que os Partidos Comunistas

e os movimentos independentistas históricos debatiam nas décadas anteriores. No marxismo, Althusser, Poulantzas, Miliband, Mandel e outros expressam uma renovação de um pensamento sobre o Estado cujos últimos representantes fizeram cena muitas décadas antes – Lênin, Kautsky, Luxemburg ou Gramsci (1997). Outras correntes também foram renovadas: o institucionalismo é resgatado sob novas regras, e conquanto Veblen (2007) é deixado para trás, surgem figuras como Douglas North e Schumpeter.

Nesse contexto, compreendemos que, historicamente, o Estado aliciou, a si, facilidades em satisfazer determinadas demandas em oposição a outras. Essa compreensão se inicia com o conceito de *seletividade estrutural*, proposto por Claus Offe (*apud* MONEDERO, 2018) e, perdendo a sua abordagem determinista, resgatado por Poulantzas (2013), enquanto sua condição estratégica foi explicada (MONEDERO, 2018). Resgatado, à sequência, por Bob Jessop (2017), à confluência do instrumentismo e do estruturalismo (MONEDERO, 2018), o termo da *seletividade estrutural* foi substituído pelo da *seletividade estratégica*, conquanto se compreendesse a determinação histórica da luta de classes no escopo estatal – a determinação dinamicamente histórica dos conflitos sociais, das vitórias em diferentes campos de setores sobre outros, evidenciando a condição representativa do Estado, e cujo resultado incide, estrategicamente, de voltas nesses mesos conflitos irresolutos.

Assim, a atuação do Estado é estratégica e seletiva, acarretando em consequências sociais, remoldando continuamente as estruturas sociais – e estatais –, reverberando na natureza das classes sociais, em seu conflito, em seu equilíbrio de forças e em suas relações com demais classes, consigo mesma e com a natureza, moldando, continuamente, o meio e os elementos nos quais o Estado se fundou, reconformando aquilo que, à guisa de Poulantzas, chamamos de *formação social*. É através desse processo contínuo que se é possível a aproximação e o distanciamento de determinado modo de produção estipulado, imaginado ou idealizado por determinada classe social. Este processo de interação entre a *seletividade Estratégica* do sistema estatal e as forças em competição é o que chamamos de *efeito de Estado* (JESSOP, 2017; MONEDERO, 2018)

Colocada à mesa a importância do contexto estratégico da ação e, notadamente, de seu poder transformador – em conjunto, o que compreendemos por *práxis* –, devemos evidenciar esta *práxis* dada através do Estado mediante as capacidades estratégicas de cada agente – ou classe social – involucradas na estrutura estatal: as diferenças de acesso a essa

mesma estrutura que se definem, concomitantemente, através do contexto eleitoral, da formação histórica de agentes econômicos, do acesso desigual à educação de qualidade, do acesso ao concurso público etc., e as limitações e oportunidades conjunturais, que definem a variância da ação desigual destes mesmos agentes. Em outras palavras, a *práxis* varia em acordo às capacidades estratégicas involucradas na estrutura estatal.

Porém, essas capacidades involucradas são disputadas – a composição tendencial dos acessos e das oportunidades e limitações se sujeitam a estratégias específicas elaboradas por forças sociais cujo objetivo é promover seu interesse próprio no bojo de um quadro de relações entre demais forças distintas. Nota-se, no entanto, que estas demais forças promovem, distintamente, através de estratégias diferentes, os seus próprios interesses respectivos que se querem vincular ao Estado. Depreendemos, então, que as estruturas estatais não são absolutamente restritivas, e embora se submetem às tendências históricas, não são de todo caráter determinista, sendo elas, portanto, estrategicamente seletivas e concedente, desta forma, de uma *seletividade estratégica* ao Estado (JESSOP, 2017, p. 100).

Entretanto, o Estado agencia a criação social de sujeitos e entidades. Isso porque o processo de surgimento do Estado é associado a manifestações de organização e funcionamento social que, essencialmente, se trata da difusão de relações de intercâmbio econômico na sociedade e de relações de produção. Em última instância, tais relações se desvelam nas concepções ideológicas, nas formas nacionais, na cristalização de classes sociais. São os meios diferentes desses fenômenos que se associam ao surgimento do Estado. (OSZLAK, 1978)

Porém, esse mesmo processo de formação estatal tende, paralelamente, a alterar aquelas mesmas condições sociais que prevaleciam, e que culminaram, na origem desse processo. É por isso que as entidades e sujeitos, promovidos pelo Estado, vão se diferenciando no medrar desse mesmo processo estatal. (OSZLAK, 1978)

Ganhando consigo tais diferenciações, os sujeitos e entidades se distanciam ou se aproximam do acesso ao Estado e do benefício de sua política. Desta feita, compreendemos que a *seletividade estratégica*, em bojo histórico, molda, por sua vez, os agentes sociais que primeiramente a determinaram, assim bem como molda a realidade material, institucional e ideológica desses mesmos agentes.

A *seletividade* é essencialmente *estratégica* devido ao caráter relacional entre forças sociais. Portanto, trata-se, também, de um amoldamento para além do cerne individual e

exclusivo das classes sociais, mas – e até necessariamente para o âmago individual –, fundamentalmente, da relação entre classes, entre agentes, entre sujeitos. Destarte, compreendemos que a *seletividade estratégica* dá o tom das relações sociais e das relações com a natureza.

Não nos é estranho pôr a *seletividade estratégica* em um contexto histórico e contínuo – pois que se depreende que, do marxismo, a incessante luta de classes é o motor da história (PLEKHANOV, 1963). As variadas escolas e interpretações marxistas dessa compreensão não se distanciam.

Ademais, sabemos que a história pode ser lida na paisagem (BRUNHES, 1906, 1913; DEFFONTAINES, 1949, 1948; GOUROU, 1951; GIRÃO, 1946; VALVERDE, 2015; MONBEIG, 1952, 1960, 1966, 1972, 1984, 1994; MONBEIG *apud* THÉRY, 2009; MONBEIG *apud* LEMOS, 2009) e o estruturalismo que lhe é conseqüente (DOSSE, 1993). Por efeito, os conflitos sociais, notadamente os de classe, podem ser lidos na paisagem, dando à crosta terrestre a marca humana e contradições ao *ambiente construído* (HARVEY, 1982). O espaço da cidade não escapa à regra, pois nele se inscreve a história, tão movida pela luta de classes, sendo ela, a cidade, uma mostra conseqüente da correlação de forças fundante do processo estatal.

Mas assim como a história apresenta uma dinâmica estrutural conforme lega ao futuro as conseqüências sempre estruturadas do presente e, ao presente, deixa as heranças do passado, o espaço também resguarda consigo um âmbito estrutural. Podemos dizer que o espaço, atrelado à história, condiciona e reproduz relações sociais de produção e de propriedade, condiciona e reproduz aquelas mesmas manifestações de organização e funcionamento social. Manifestações, estas, que se vão especificando em diferentes formas e formulações sociais que contribuem, por sua vez, ao conflito de classes e à manutenção desigual da correlação de forças – nos lembraremos mais tarde de usar a terminologia da *hegemonia*, exercida através do Estado e para o acesso a este.

Portanto, a cidade ganha forma e reproduz a desigualdade de acesso – a injustiça ambiental, a desigualdade racial, que decorrem de escolhas políticas e socioeconômicas e que culminam em conseqüências socioambientais negativas para uns, positivas para outros grupos sociais específicos (MIRANDA, 2020).

Concluimos que o espaço ordenado pela *seletividade estratégica* do Estado reproduz relações sociais que são próprias do *modo de produção* que se faz hegemônico – um almejo

próprio de determinada classe social – e que conforma o elemento espacial da *formação social* em questão em resultante da interação entre tais almejos hegemônicos no Estado e em sua atuação através da *práxis* de determinada classe e entre demais forças sociais.

Em outras palavras, das lutas de classe dessela-se um modo de produção priorizado pelo Estado em meio a uma *formação social* tão específica quanto diversificada – a *seletividade estratégica* a orientar o *efeito de Estado* (JESSOP, 2017).

Por outro lado, a seletividade capitalista não é pura, mas compõe-se por uma tendência eminentemente capitalista, embora disjuntiva, sendo ela uma conjunção de interesses diferentes articulados e emanados de saber-fazer, conjuntos de relações sociais, visões de mundo, estruturas econômicas que, juntas, hora tendem para um tipo de capitalismo, hora para outro. Consolida-se, na tessitura da correlação de forças, situações hegemônicas de parcelas de classe. De fato, a elite dirigente não constitui de forma nem necessária nem regularmente uma unidade, ao que é estruturalmente diversificada (ARON, 1975), acarretando, em consequência, a uma disputa interna pelo espaço e pelo Estado no cortejo da elite dirigente.

A diversidade também perpassa as classes não-dirigentes, ao que elencamos três motivos. Primeiro, porque a tendência seletiva e relacional capitalista que se imiscui na classe trabalhadora não é estratégica a essa própria classe, mesmo que esta possa reproduzir o capitalismo e as suas estruturas de dominação. Segundo, porque inúmeras estruturas sociais e econômicas alternativas ao capitalismo subsistem historicamente, tal o campesinato amazônico (COSTA, 2019), tal outras formas que poderiam ser percebidas na história e no seio das sociedades. Em terceiro lugar, porque surgem processos de resistência derivados da situação hegemônica, e, portanto, delas contraditoriamente filhas, que são capazes de engendrar alternativas tanto novas e quanto essencialmente contra-hegemônicas e, quiçá, capazes também de moldar a formação econômico-social hegemônica na qual ela mesma se origina.

Esta última consideração sobre a diversidade dos segmentos sociais não-hegemônicos possibilita a discussão de seu condicionamento e de sua atuação, ao que se questiona ser ela subjugada pelas relações hegemônicas ou não, aderi-las e reproduzi-las ou não. Ou, por outro lado, se seria possível que tendências e formações internas ao capitalismo possam lhe ser alternativas ou mesmo contra-tendência, anticapitalistas. Trata-se do debate da subsunção ao capitalismo, por meio do qual compreendemos que o Estado também é

disputado – tal o espaço, a região ou a cidade –, não sendo apenas pautado pela seletividade de capitalista, mas sendo moldado pelo balanço da correlação de forças.

Esta diversidade estando no cunho da *seletividade estratégica* do Estado e, desta forma, em sua atuação e resultando em seu efeito – o *efeito de Estado* –, privilegiando uns em detrimento de outros, fragmenta a realidade em lógicas diversas, fragmenta o espaço em relações de trabalho diferentes, em economias diferentes, em memórias divergentes, em formas organizativas, relações de propriedade, relações sociais e com a natureza e em espaços distintos, coexistindo juntos. Sobrepõe-se cidades, e se projetam esperanças e idealizações divergentes, visões de mundo diferente, das quais algumas apenas pautam e são pautadas pelo planejamento público.

Lembrando do processo de criação do Estado, a considerar que as suas bases de formulação são constantemente reformuladas pelo próprio Estado (OSZLAK, 1978), percebemos que a reformulação das instituições, notadamente as de planejamento público, geram em si as novas formas institucionais que, embora imbuídas de *seletividade estratégica* nova, não são um ponto de resolução definitivo e absoluto da correlação de forças da luta de classes – resolvem, contudo, algumas contradições e deixam sempre a desejar, mas novas sempre aparecem – são as *contradições criativas* (LINERA, 2011) que se enquadram na concepção de que o motor da história, o caminhar constante desta, se dá na constante resolução de contradições novas que expressam a luta de classes conforme esta avança.

Por mais que esse processo deixe frustrações – mediante concessões necessárias a seu gradual avanço e, assim sendo antagônico a nunca atingir necessariamente os anseios iniciais os quais almejava –, ele é essencial no processo formativo do Estado. A título de exemplo, considera-se as instituições de planejamento nas quais perpassa e nelas fundamenta esse processo de reformulação, das quais citamos, brevemente, o Fundo Constitucional do Norte (FNO) (COSTA, 2012), o Orçamento Participativo municipal (DUTRA *et* BENEVIDES, 2001), o Plano Diretor Participativo (PDP) das cidades (BURNETT, 2011) ou até o Estatuto da Cidade.

Por mais que não resolvam em definitivo os conflitos sociais e históricos, estas institucionalizações atualizam a correlação de forças sociais sob novas estatalidades, sob novas *seletividades estratégicas* do Estado que, no contexto dessa mesma disputa, dialogam com as estratégias de cada parcela de classe. Por certo que cada “avanço da história” sob novas formas estatais imbuí de nova *seletividade estratégica* e reequilibra a balança da

correlação de forças sociais acarreta, quase que propositalmente (conquanto tais proposituras institucionais raramente alcançam seus almejos iniciais) acarretam em um *efeito de Estado* próprio e renovado, imbuído desta nova *seletividade estratégica*.

Esse efeito angaria consigo, desta forma, um âmbito pedagógico reprodutivo da *visão hegemônica* e de novas formas organizativas, de novas relações sociais, de trabalho e de propriedade, e o modo de produção cuja sua seletividade pretende alcançar é produzido, conformando não necessariamente uma nova *formação social*, mas dando continuidade histórica às contradições da formação vigorante. É possível compreender que o Orçamento Participativo suscita um novo tipo de cidadania e de democracia (AVRITZER, 2003; DUTRA *et* BENEVIDES, 2001; SANTOS, 2002) – e da mesma forma entenderíamos que o Fundo Constitucional do Norte (FNO) e o Plano Diretor Participativo (PDP) das cidades também geram, no mesmo sentido, esse *efeito de Estado* novo.

São exemplo e situações que fazem perceber o quanto a ação social, a ação política e mesmo o modelo de Estado decorrem de processos sócio-ideológicos que podem ser pensados hermeneuticamente, posto que são cursos de experiências, inclusive reflexivas (no que podemos pensar o próprio conceito de “planejamento”) que dialogam com modelos anteriores e presentes, buscando aperfeiçoá-los ou mesmo obscurece-los. Do ponto de vista de uma interpretação hermenêutica, pode-se dizer, a partir de Paul Ricoeur (1988), que as percepções, ideologias e visões de mundo – com sua capacidade sempre tangível de influenciar modelos e projetos de desenvolvimento – são saberes que permitem compreender como a tradição e a inovação se conjugam, como o passado e o presente se comunicam e se interpelam.

Isto dito, compreendemos que, sendo o ato hermenêutico um ato de mediação entre o texto e o leitor, entre experiências anteriores e experiências presentes, entre o estranho e o familiar, a política, a ação de planejamento do Estado ou, até mais especificamente, de planejamento do desenvolvimento é, fundamentalmente, um ato político.

1.2 Ontologias marxistas do Estado

O marxismo apresentou, historicamente, uma imensa variedade de definições e interpretações sobre o Estado e suas dinâmicas. Muitas vezes interpretado enquanto instituição em mãos de uma classe e enquanto instrumento de repressão ou controle social, em alguns momentos a perspectiva mudou para observar o conflito no bojo das próprias

classes. Não é por acaso, por sinal, que um autor central do marxismo italiano, como Cesare Luporini, que tinha formação, também, em fenomenologia, assinalou que o materialismo histórico-dialético consiste, fundamentalmente, numa ação hermenêutica (LUPORINI, 1976).

A problemática do Estado – este atravessado pelas lutas de classes ou interpretado instrumento da classe dirigente –, no fundo, não se distancia da velha questão sociedade/Estado, a qual opõe infraestrutura e superestrutura, materialidade e ideologia, e que se origina não em Marx, não em Engels, mas bem antes na filosofia da história. Se Marx se revela materialista, porém, não é por ignorar o papel essencial da ideologia – a “inversão” do pensamento hegeliano não é uma exclusão da obra de Hegel do horizonte de seu próprio pensamento. Mesmo que os marxismos, de então desenvolvidos, tantas vezes denunciem a instância do pensamento da mesma forma que Bonaparte denunciou aos ideólogos, enquanto duravam suas disputas políticas na França, a superestrutura continua elemento fundamental da teoria marxista.

Consideramos um erro a simples denúncia da esfera ideológica – menos censurável seria denunciar alguma ideologia em específico –, pois que compreendemo-la elemento necessário e complementar à vida material. Ainda assim, procuramos não recair no reducionismo das lutas de classes à dicotomia proletariado/burguesia. Dentre os tantos debates que surgiram desde a publicação dos escritos de Marx, há aquele que nos questiona sobre a própria existência da burguesia na realidade brasileira tal qual é teorizada pela escola marxista (DEAK, 1991). A considerar as disputas pelo aparato estatal, assim como aquelas travadas em seu meio ou aquelas pela esfera ideológica ou de natureza ideológica, considera-se elas permeadas por atores mais diversos que essa simplificação metodológica – se apresentaria um rol de elites industriais, comerciais, empresários dos setores de serviços ou do agronegócio, a igreja, ou a “casa grande”, ou ainda os militares ou a aderência aos liberalismos mais diversos. Vale lembra se tratar de atores que permeiam a história do Estado tão bem quanto a história do conflito – que são não só pontuais, resumidos ou contidos a eventos históricos, mas também, e principalmente, se desvelam no longo prazo das formulações estatais, da criação, da consolidação e da forma do Estado, de sua atuação seleta, seletiva e estratégica.

Por outro lado, nos seria difícil a afirmação de que as massas não ou menos hegemônicas são compostas unicamente pelo proletariado, ou que este mesmo se empenha,

historicamente, na disputa e na construção estatal, ou que pelo menos é nela o único ator frente às burguesias, às elites, às forças conservadores das mais inúmeras naturezas.

Não poderemos dizer, decerto, que a “Revolução de 30”, no Brasil, foi de cunho socialista, mas poderemos afirmar que revolucionou o aparato estatal, e que essa revolução resultou de um acúmulo histórico, de um processo, o qual se expressou com o Governo Vargas, e que de certa forma reproduziu desigualdades em moldes novos. Uma estratégia própria de um aglomerado de elites frente outra, acompanhado da construção de um discurso o qual opunha o modernismo, industrialista, enquanto antítese à sua tese – enquanto antítese ao Brasil atrasado do coronelismo, dos interiores e da agricultura não intensificada, da falta de esforço, do Brasil escravocrata que o Império representava. Antítese, aquela, que a República da Espada não deixou de reproduzir. Verificaremos que a ascensão dos setores industriais foi derivada da seletividade estratégica do Estado brasileiro, a qual foi fruto de conflito, conformando um equilíbrio de forças renovado e, segundo a tese que buscaremos verificar ao longo deste trabalho, se resumia no desenvolvimentismo.

Temos por certo que as elaborações teóricas sobre o Estado acompanharam a própria evolução do aparato estatal, mesmo que alguns elementos tenham estado na proa dessas elaborações ao longo da história: mapearíamos preliminarmente o papel do Estado e a sua dicotomia com a sociedade. De fato, sem uma objetividade para o aparato que lhe faz ser, sem esta se inserir na dinâmica da sociedade ou ao menos não se enquadrar na explicação dada por ela ao mundo ou referente à própria forma como a sociedade enxerga a si, não pensamos ter o porquê da elaboração estatal. As diferentes relações produtivas deram o norte para as relações que firmariam, no sentido do espaço e no sentido do tempo, os Estados diferentes, ou pelo menos as muitas naturezas estatais que estiveram presentes ao longo do globo terrestre. Essas relações sociais, ou relações de produção, permeiam, no que diríamos tanto hegemonicamente como não hegemonicamente, toda a história humana (POLANYI, 2012). Nos inserimos nesta vertente que procura compreender a íntima relação entre o que se chama superestrutura e infraestrutura. Diferenciamos-nos dos autores que dão à infraestrutura o papel determinante da história humana, para buscarmos no elo inevitável entre ambas o firmamento para a realização da humanidade. Com efeito, compreendemos que a esfera em que se localiza a superestrutura, ou simplesmente o mundo das ideias ou o rol das instituições, é necessária à vida em sociedade e à vida em comunidade, necessária para que nos criemos referências e para que dialoguemos, de sorte a nos provermos de referências duradouras que permeiam o espaço.

No que tange, de maneira mais evidente, expressar o nosso pensamento sobre a relação entre o mundo das ideias e a materialidade da vida social, trazemos para cá estas citações da disciplina geográfica – fazendo um rápido parêntese cronológico –, com as quais buscamos sintetizar nosso pensamento sobre a questão – e com as quais Paul Claval (2011) inicia sua *Histoire de la Géographie*, da clássica coleção *Que sais-je?*:

Toute vie sociale repose sur des savoir-faire, des pratiques et des connaissances géographiques : les hommes doivent comprendre le milieu dans lequel ils sont installés pour l'exploiter et l'aménager ; ils ont à s'orienter et à se repérer ; ils ne se sentent chez eux que là où l'espace qui les entoure est marqué de signes qu'ils comprennent et de symboles qu'ils partagent. (CLAVAL, 2011: p. 3)

Les sociétés n'existent qu'inscrites dans des espaces bien délimités. Elles y développent des expériences originales de l'art de vivre et y répondent de manière spécifique aux grandes questions existentielles. (CLAVAL, 2011: p. 7)

Nos tempos modernos – ou pelo menos desde quando os intelectuais passaram a questionar seu papel na sua sociedade – os diálogos e os debates que permeiam a realidade, e a forma como os valores em disputa, e as ideias e as interpretações se materializam e dão a forma das instituições que definem o Estado, são relativos ao papel fundamental dos formadores de opinião e daqueles que, de maneira ou de outra, elaboram a opinião – evidentemente não desprezados cada qual de seu tempo e de seu meio, ainda que como, contraditoriamente, aptos e libertos à mudança de seu próprio meio. Não fora esse o questionamento fundamental, ou pelo menos o questionamento inicial, que propõe a obra de Gramsci (BUCI-GLUCKSMANN, 1990: p. 35 – 36)? Na verdade, seu interesse pela história dos intelectuais é vinculado ao desejo de um aprofundamento no conceito de Estado (BUCI-GLUCKSMANN, p. 36: 1990). Será por tanto que não veremos possibilidade de estudar o Estado brasileiro sem entrevermos o desenvolvimento das ideias sociais e econômicas no Brasil. O desenrolar da natureza estatal acarreta, necessariamente, em uma atuação estatal e, portanto, em uma questão profundamente econômica que é a do *efeito de Estado* e esta mesma repercussão da atuação estatal nas bases próprias em que o Estado se elaborou, indicando-lhe a reformulação e a adaptação a algum novo equilíbrio de poder. Os intelectuais talvez cumpram esse papel que se incumbe da elaboração e reelaboração de um sentido para o Estado, mas também recebem do Estado um sentido novo.

As evoluções de toda escola marxista estão sujeitas a elementos, evidentemente, externos, os quais são de âmbito factual e material, tais os eventos que marcaram a história; mas também a elementos provindos das demais escolas que hora pensaram o Estado, hora pensaram a sociedade, ou hora pensaram a dinâmica Estado/sociedade e, no entremeio do debate público e acadêmico, dialogaram com autores e conceitos marxistas. É importante,

para nós, fazer uma reconstituição breve e cronológica do que fora esse debate durante o século XX. É em resultado desse diálogo que hoje podemos entrever uma relação mais consolidada entre a formulação estatal e o mundo das ideias, o qual, especialmente hoje, é representado pelo papel dos intelectuais e das mídias. Desta forma, consideramos imprescindível o estudo da história do pensamento para estudarmos o Estado; imprescindível, para o estudo do Estado brasileiro, o estudo do pensamento social brasileiro; e imprescindível, para o estudo do Estado desenvolvimentista, estudarmos a história do pensamento desenvolvimentista. É então que nos consideramos aptos a iniciarmos esta tese em história do pensamento econômico através de um capítulo voltado aos âmbitos do Estado.

A relação entre os intelectuais e o Estado foi, talvez pela primeira vez, explorada em Gramsci. Com efeito, é graças às suas contribuições, reelaboradas no caminhar da discussão que lhe segue e lhe faz escola, que podemos, neste trabalho em história do pensamento econômico, iniciar com um capítulo sobre o Estado. Atemo-nos a alguns elementos essenciais perante a obra de Gramsci: em primeiro lugar, a relação entre os intelectuais e o Estado; em segundo lugar, a ampliação do conceito de Estado. Estes são elementos teórico-metodológicos necessários a este trabalho.

Percebe-se, ao longo do *Caderno I* do cárcere, a elaboração de uma bipolaridade metodológica e política que permeará a análise sobre os intelectuais. Desta forma, apresentam-se os intelectuais tradicionais, os quais cumprem papel mediador entre o Estado e a sociedade – funcionários assim da superestrutura, mantenedores do *status quo*, e que expande, através do que podemos chamar de instituições, a extensão do Estado para um sentido mais amplo (BUCI-GLUKSMANN, 1990: p. 55) (e desta forma, nós compreendemos, reprodutores da realidade capitalista através, notadamente, seu papel na condução da interpretação do papel do Estado).

Porém, quando este intelectual ideólogo se encontra no mundo moderno do trabalho industrial e reflete sobre as contradições presentes em sua classe, forma-se um novo tipo de intelectual: o intelectual produtor, orgânico do proletariado (BUCI-GLUKSMANN, 1990: p. 56) – produto do processo histórico revolucionário, agente organizador e persuasor desse mesmo processo.

Revolucionário ou não ou, nesse sentido, o intelectual orgânico ou intelectual ideólogo e tradicional, todos cumprem função na mesma esfera e, portanto, desselamos um papel ativo ao intelectual na mudança da realidade social e institucional. Se a luta de classes

perpassa o Estado, os intelectuais ganham sentidos diversos conforme a complexidade das classes – e desta forma compreendemos ter sido necessário um intelectual novo, ou pelo menos ideias novas para a intelectualidade, que acompanhassem as mudanças na realidade estatal no Brasil do século XX, embora não se tenha travado em toda evidência de uma luta de classes entre proletariado e burguesia, mas de uma luta de classes permeada pela complexidade das diversidades dos setores sociais e regionais brasileiros.

Nesse sentido, o partido político se torna o espaço em que tal intelectual é formado. E o é, perante as lutas de classes, com o objetivo de disputar o Estado para disputar a sociedade –

‘Intelectuais políticos, qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral’. Ou seja: elaborar intelectuais políticos, capazes de desenvolver uma luta de classe hegemônica em todos os aparelhos de hegemonia da classe dominante. (...) Projeto irrealizável sem uma análise aprofundada da sociedade e do Estado. Daí, a verdadeira questão, bem pouco tratada: por que Gramsci se interessa tanto pela questão dos intelectuais? Não é porque uma tal questão política e sociológica representa a pequena engrenagem que permite atingir o centauro maquiavélico de duas cabeças: a força, o consenso, quero dizer: o Estado? (BUCI-GLUKSMANN, 1990: p. 57)

Desta forma, o papel do intelectual face ao Estado só pode ser observado mediante esse espaço pelo qual ele atua na sociedade – o espaço que abriga aparelhos de hegemonia, e que só é alcançado mediante a ampliação do conceito de Estado.

Percebemos, então, que a disputa pelo aparato estatal ainda é o tema central em Gramsci – assim como em seus contemporâneos marxistas –, mesmo que ele se tenha elaborado sua compreensão da ampliação do Estado e solucionado a problemática da atuação marxista perante a dicotomia Estado/sociedade. Essa questão será resgatada três décadas mais tarde, após um longo silêncio na teoria estatal marxista.

Todavia, alguns elementos gramscianos serão preciosos na década de 1970 e no que virá. Efetivamente, o conceito de *Estado integral* terá desenvolvimentos ulteriores dos mais interessantes. Originado em Gramsci, o conceito passará, de maneiras diferentes, e mesmo antagônicas, pelos marxistas estruturalistas Althusser, Poulantzas e Buci-Gluckmann (JESSOP, 2009).

Com efeito, Althusser acolhe o conceito com determinada crítica voltada à filosofia da práxis de Gramsci, assim bem como à sua interpretação sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado e sobre o papel da ideologia. Com efeito, *Politics and History. Montesquieu, Rousseau, Marx*, publicada originalmente em 1972, fora a obra pela qual Althusser iniciou sua discussão sobre o Estado. No entanto, o autor não desenvolveu sua perspectiva sob

alguma visão gramsciana e, ao contrário, podemos lê-lo mais como uma crítica ao autor sardo, mesmo que haja concordância sobre o papel do intelectual, dando importância ao que ambos (e aqui uma pequena continuidade de Gramsci para Althusser) chamaram de sociedade civil e de suas instituições (JESSOP, 2009).

Althusser elabora a sua própria visão sobre a ideologia, a luta de classes e os aparelhos de Estado. Diferencia-se de Gramsci, a ele se opõe. À extensão do Estado, influenciado pelos intelectuais, e à teoria da hegemonia, que apresenta Gramsci, Althusser apresenta os Aparelhos Ideológicos de Estado. Althusser separa três regiões autônomas próprias do capitalismo: a econômica, a política e a ideológica. Mesmo que autônomas entre si, a região econômica apresenta uma determinação última sobre as outras e sobre seus papéis, estabelecendo relações assimétricas. Por outro lado, são essas elaborações das regiões política e ideológica que permitem, quando combinadas, a reprodução total das relações de produção. Os instrumentos desse processo estão na superestrutura, e se especificam enquanto aparelhos repressivos de Estado e aparelhos ideológicos de Estado. Estes últimos, por mais diversos que sejam, se referem a uma extensão própria do Estado, a qual abrange escolas, igrejas, partidos, sindicatos, associações culturais etc., e que desempenham aquela atividade crucial na reprodução do capitalismo e, desta feita, na dominação burguesa. Trata-se mesmo de um atravessamento das relações de classe na sociedade, relações nas quais estes aparelhos do Estado têm sua palavra fundamental a dizer. É essa distinção entre aparelhos ideológicos e repressivos, feita por Althusser, que confere uma certa novidade ao estudo do Estado, e poderíamos fazer este paralelo com a *sociedade civil* de Gramsci, pois que, da mesma forma que Gramsci caracteriza a *sociedade civil* como da ordem privada, Althusser também caracterizará os aparelhos ideológicos do Estado como da ordem privada, em oposição à ordem pública dos aparelhos repressivos. Ainda assim, Althusser considera que público e privado seriam distinções próprias ao direito burguês, ao que se rejeita a noção de sociedade civil. É, portanto, que tais aparelhos se enquadram no bojo do Estado, para Althusser, mas não no bojo da sociedade civil, como coloca Gramsci. (ALTHUSSER, 1975: p. 111 – 113)

Em um pensamento ligeiramente similar àquele de Michael Mann, no que tange a luta de classes, Raymond Aron propõe que a elite dirigente é estruturalmente diversa e não se estabelece nem necessariamente e nem regularmente uma unidade. Sua diversidade se dá no sentido de cumprir mais funções que aquela que a teoria marxista lhe confere. Aron subdivide as elites em cinco grupos distintos, os quais são (ARON, 1975: p. 90 – 94): 1) Os detentores do poder espiritual (onde se enumeram a igreja e os intelectuais); 2) Os

proprietários ou gestores dos meios de produção, nos quais se incluem os grandes investidores, industriais etc.; 3) Os dirigentes de massas; 4) Os funcionários ou administradores; 5) E os chefes políticos, chefes das forças armadas ou da polícia.

Essa distinção se nos revela útil pois que, de certa maneira, afasta-se do Estado propriamente para nele enquadrar algumas questões a mais. Por exemplo, o papel do *poder espiritual* condiria, a nosso ver, com a elaboração de uma visão a se tornar hegemônica (veremos na sessão 2.2.3 o termo da *visão hegemônica*) sobre o próprio papel do Estado – ou simplesmente o trabalho dos intelectuais na reformulação do Estado através das instituições que compõem o Estado ampliado –, mesmo que essa visão se afaste contundentemente do pensamento gramsciano sobre o papel dos intelectuais.

Ademais, Aron propõe a observação de um fato fundamental: a *estrutura dos grupos dirigentes*, ou simplesmente a relação de poder que caracteriza uma sociedade (ARON, 1975: p. 95). Desta sorte, somos induzidos a compreender o Estado, enquanto instrumento das classes dirigentes, como um instrumento em disputa pelas *classes dominantes*, ou pelo menos entremeado por essa disputa e que, portanto, se equilibra em consequência dela.

Percebemos, aqui, que se trata de uma dinâmica assaz diferente daquela proletariado/burguesia, e entenderíamos que as teses e as antíteses são elas mesmas permeadas por contradições e conflitos. Esse pensamento nos será rememorado mais tarde com os trabalhos de Santos (2010) em sua conceituação da *linha abissal*.

De maneira paralela, Wright Mills prefere usar o termo de “elite atual do poder” ao invés de utilizar o termo de “classe dirigente” (MILLS, 1975: p. 95 – 99). Isso, porque entende que o Estado é um equilíbrio entre três grupos políticos distintos, os quais são o dos militares, o dos dirigentes de empresas, e o dos políticos propriamente. Citamo-lo, para sermos mais objetivos:

Ni l'idée d'une 'classe dominante' ni celle de la simple ascension monolithique de 'politiciens buraocrates' ou d'une 'clique militaire' ne suffisent. L'élite actuelle du pouvoir implique une coïncidence, souvent génératrice de malaise, entre les pouvoirs économiques, militaire et politique. (MILLS, 1975 : p. 95)

Althusser trará ao debate algumas considerações mais. Compreendendo-se dentro do longo aporte teórico do marxismo, observará desse bojo a distinta divisão entre *poder de Estado* e *estrutura de Estado*, conquanto também compreende que o Estado é um aparelho repressivo. Ademais, compreende ainda a luta de classes em vistas da utilização do Estado para, seja por meio do *poder de Estado*, dar continuidade à sociedade como tal ou, ainda por

meio do *poder de Estado*, reformular a *estrutura de Estado* até o ponto em que esta não seja mais. (ALTHUSSER, 1975: p. 108 – 111)

Desta forma, também, se estende a compreensão do Estado para além de um aparelho de uso exclusivo de uma classe dirigente, e propõe, de certa forma, a compreensão de que a política, ou mesmo o Estado, está bem além da estrutura a mais limitada do Estado (aparelho repressivo, *à la* Althusser, ou, simplesmente, Estado ampliado, *à la* Gramsci) – e distinguindo assim Althusser de grande parte da releitura de seus predecessores marxistas. Pensar estas estruturas ideológicas sob a distinção entre o público e o privado, justamente, revela da ideologia que entretêm essa divisão. A conclusão de Althusser é que a luta de classes se estende sobre os aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1975: p. 115).

Em relação à mesma década – baixos anos 1970 –, Thwaites (2010: p. 1) nos apresenta o rico debate estabelecido entre Nicos Poulantzas e Ralph Miliband no palco da *New Left Review*, evidenciando a disputa intelectual entre o instrumentalismo e o estruturalismo na teoria do Estado. Por efeito, Miliband analisa a experiência do Estado Benfeitor; e Poulantzas se debruça sobre a dominação estatal.

É um momento em que se “cierra un ciclo de largo silencio en la producción teórica marxista sobre el Estado desde los tiempos de Lenin, Trotsky y Max Adler, sólo interrumpido por la solitaria labor de Gramsci” (TARCUS, 1991: p. 7 *apud* THWAITES, 2010: p. 1). Paralelamente, no Brasil a discussão será fomentada e alguns autores resgatados, notadamente Gramsci (IASULAITIS, 2016).

Como alguns nos assinalam (WALLERSTEIN, 1994; MANTEGA, 1995), é um tempo de profunda decepção. Assim como Mantega (1995) apresenta as considerações que advieram após o ciclo desenvolvimentista da CEPAL, frustradas com os resultados do desenvolvimentismo, Miliband também, paralelamente, coloca que

Un profundo malestar, un universal sentimiento de posibilidades individuales y colectivas que no se han realizado, penetra y corroe toda sociedad capitalista avanzada. No obstante todo lo que se ha dicho acerca de la integración, del aburguesamiento y de todo lo demás, ese sentimiento nunca ha sido mayor que ahora, y nunca antes, en la historia del capitalismo avanzado, hubo un tiempo en que más personas se dieran más perfecta cuenta de la necesidad del cambio y de la reforma. Tampoco ha habido un tiempo en que más hombres y más mujeres, aunque no las muevan intenciones revolucionarias, se hayan mostrado más decididos a obrar en pro y en defensa de sus intereses y expectativas. El blanco inmediato de sus demandas tal vez sean patronos o autoridades universitarias o partidos políticos. Pero (...) el Estado es aquello con lo que los hombres tropiezan constantemente en sus relaciones con otros hombres, hacia el Estado se ven llevados cada vez más a dirigir su presión; y del Estado esperan obtener el cumplimiento de sus esperanzas (MILIBAND, 1988: p. 259 *apud* THWAITES, 2010: p. 3)

O momento da década de 1970, no Brasil, não era diferente – a organização dos movimentos sociais e a atuação consequente, frente ao Governo militar, requeria uma elaboração teórica e uma interpretação sobre o Estado radicalmente diferente daquela entretida décadas antes. Fora um momento intelectualmente próspero que resultou, em parte, em releituras sobre o Estado no Brasil. (IASULAITIS, 2016)

Mesmo assim,

Las dos obras [Miliband e Poulantzas] que volverían a poner en el centro del debate la cuestión clave del poder y el Estado en el marxismo no fueron producidas por dirigentes políticos, sino por sendos profesores universitarios, que siguieron las reglas de la producción académica antes que las urgencias de las prácticas organizadas e inmediatas de los sectores populares. (THWAITES, 2010: p. 3)

No Brasil não fora diferente.

Se nessa década dos anos 1970 víamos aqui o debate cercar a questão do desenvolvimento, na Europa – com Miliband e Poulantzas – o debate cercava o Estado do bem-estar. Suspeitamos que, ao se tratar de precisar o desenvolvimentismo no Brasil, a literatura referente também interpretou o Estado brasileiro, assim bem como, em outros países, tratou-se do keynesianismo e do Estado benfeitor em um mesmo escopo e como um mesmo objeto.

Seja como for, ambos autores trataram da dominação capitalista modelada pela intervenção estatal keynesiana-benfeitora. O tempo em que escreviam era aquele de meio de 68 – envoltos em uma ativação política e social que perpassava também pelo oriente socialista da Europa, pela Ásia e pela América Latina. (THWAITES, 2010)

Miliband era quem, no bojo dessas décadas, defendia a centralidade do conflito de classes na discussão que lhe opunha a visão que privilegiava as mudanças culturais sobre as transformações do capitalismo. Desse jeito, opunha-se contundentemente ao pluralismo democrático, mas também desmentia a ilusão socialdemocrata de que o poder do Estado é alcançado quando se alcança o Governo. (THWAITES, 2010)

Poulantzas, por outro lado, opunha-se à concepção ortodoxa do capitalismo monopolista de Estado e, dessa feita, enquadrava o Estado capitalista dentro dos âmbitos mais gerais da teoria do modo de produção capitalista. O capitalismo monopolista de Estado é a concepção que afirma a dominância do capital sobre a sociedade civil. Poulantzas, ao passar pela brecha teórica que Althusser já abria, considerava as elaborações teóricas fundamentais para a mudança social – em outras palavras, supunha antes as mudanças na sociedade civil para, depois, as mudanças propriamente estatais. (THWAITES, 2010)

Com efeito, à sequência de Althusser, Poulantzas foca na distinção das categorias “modo de produção” e “formação social”, para distinguir, pela primeira, o tipo ideal e, pela segunda, a realidade distinta, específica e historicamente determinada que cada país elabora sobre um aglomerado de modos de produção diferentes do qual um único predomina. Este modo de produção dominante se imprime o caráter nos níveis diferentes do político, da economia, do ideológico e do teórico. No que tange o capitalismo, as instâncias de articulação política e de articulação econômica são, a certo modo, autônomas; por outro lado, no capitalismo, o econômico é o papel predominante e detém, assim, a determinação em última instância. Desta forma – instâncias autônomas do econômico e do político –, ademais, é possível traçar uma teoria do político e uma teoria do econômico separadas, permitindo a possibilidade de se analisar as especificidades da dimensão política. Essas especialidades podem ser entrevistadas nas estruturas específicas de um modo de produção e de uma formação social que constituem o poder institucionalizado do Estado. (THWAITES, 2010)

À sequência de Marx, de Engels e de Althusser, Poulantzas compreende o Estado como um fator de coesão dos níveis diferentes de uma formação social, os quais se desenvolvem de forma desigual. O autor também considera o Estado enquanto uma estrutura, a qual condensa em si as contradições encontradas nas diversidades dos níveis da formação social. O poder do Estado, porém, não proviria dos aparatos próprios do Estado, mas sim das classes, as reais portadoras de poder, outorgando aos aparatos estatais sua capacidade em executar ações. É nesse sentido que Poulantzas compreende que o Estado tem consigo a função principal de unir as classes dominantes (as que têm consigo a proposta de modo de produção prevalente, mas que são diversas, compostas por indivíduos e por grupos que têm entre si interesses conflituosos e competitivos) e separar as dominadas e tendo, portanto, um poder político mais que um poder propriamente econômico – configurando ao Estado uma direção hegemônica de classe. (THWAITES, 2010)

Com o advento do neoliberalismo, uma outra teoria analítica se desenvolve. De fato, novos marcos teóricos são necessários para analisar, com a distância que o tempo impõe e que a história constrói, as décadas precedentes. Os anos de 1970 e de 1980 engendraram profundas modificações no mundo, que se elaboraram em diversas ordens ou âmbitos. Consequência foram mudanças institucionais e comportamentais dos Estados no mundo – vide as considerações sobre a natureza do desenvolvimento, sobre o papel do Estado, sobre a democracia ou sobre os movimentos sociais frente aos Estados conservadores e militares, observações e atuações que se fizeram acompanhadas de reelaboraões teóricas. Por efeito,

no Brasil, algumas obras, mesmo que antigas, seriam destacadas – Gramsci é então lido no país, a questão da sociedade civil e sua relação com o Estado é trazida à tona: discute-se não mais a revolução armada, mas sim a disputa da sociedade, conquanto se entende, já, que o Estado não compreende toda a política (IASULAITIS, 2016). Veremos mais tarde a expressão desses ensejos teóricos no Brasil.

Na década de 1990, a forma e as funções gerais do Estado voltaram à tona na discussão tanto política quanto teórica, conquanto alguns Estados tentassem superar o colapso do bloco soviético e, assim produzindo uma renovação nos interesses dos teóricos do Estado, algumas visões foram desenvolvidas em alternativas para pensar a política um tanto mais além das instituições do Estado soberano. Assim, passou-se a considerar não a relativa autonomia do Estado ou de seu caráter de classe, mas sim as políticas identitárias e a microfísica do poder. De paralelo modo, temas emergiram em oposição a formas antigas – a dialética global-local e a governança a multinível em oposição à preocupação sobre o Estado-Nação ou ao Estado nacional; a oposição clássica entre capitalismo e socialismo e suas formas estatais respectivas para as variantes do capitalismo e de regimes políticos. (JESSOP, 2017: p. 41)

Um conceito em elaboração na época se nos será especial neste trabalho: a *seletividade estratégica*. O conceito se inicia em Claus Offe nos começos da década de 1970, se continua em Nikos Poulantzas e Joachim Hirsch nos confins dessa década e fora reformulado por Bob Jessop (1985, 1999) nos anos 80. Claus Offe caracterizou esse conceito de “estrutural”; e Nikos Poulantzas, lhe retirando toda a configuração determinista, explicou a sua condição “estratégica”, mesmo a lhe denominar de, assim como Offe, de “seletividade estrutural”. (MONEDERO, 2018: pp. 340, 344). Por conseguinte,

Esa insistencia en que la selectividad del Estado respondía a estrategias de actores en un Estado no neutral y con sesgos, y no a determinaciones estructurales inevitables, buscaba incidir en una relación más dependiente de la correlación de fuerzas y menos de las determinaciones estructurales. Sobre esta base, Jessop (2008) habla de ‘selectividad estratégica’. (MONEDERO, 2018: p. 344).

Trata-se de satisfazer algumas demandas mais facilmente que outras (MONEDERO, 2018: p. 344). E essa seletividade é historicamente determinada – o que quer dizer que se configura através de conflitos históricos, que é resultado de vitórias de setores sobre outros e vice-versa, que resulta da condição representativa do Estado e da correlação de forças. Pois,

En definitiva, [Jessop] pone en discusión de manera organizada la agencia y las estructuras. El Estado, insiste Jessop, tiene “tendencias”, no necesarias

determinaciones estructurales. Cuando Miliband dice desde el instrumentalismo que el Estado tiene como función esencial defender los intereses de las clases dominantes, tiene razón en uno de los extremos, pero también la tiene Althusser cuando afirma desde el estructuralismo que el fin del Estado es asegurar la cohesión social en sociedades divididas en clases. Las funciones del Estado no ayudan a su clarificación. Levantar los tejados y ver la sala de máquinas es una operación titánica. Porque las estructuras cambian a los agentes y los estados en disputa cambian las estructuras. Porque las estructuras llevan el sello de una “selectividad estratégica” y porque el modo de actuar de los agentes, que son reflexivos – como somos los seres humanos – está igualmente tatuado con las marcas de las estructuras y, al mismo tiempo, por su potencial de tatuar a las estructuras y orientarlas en diferentes direcciones. (MONEDERO, 2018: pp. 343-344).

Com efeito, o instrumentalismo de Miliband encontra de fato o estruturalismo de Althusser na obra de Jessop (2017). O primeiro nos traz a compreensão do Estado enquanto defensor dos interesses das classes dominantes, e o segundo nos traz essa percepção da objetividade do Estado em manter a coesão social das diferentes classes. Essa tentativa de coesão, entretida por uma classe dominante, se expressa no Estado, em seus âmbitos, em suas formas, e configurará assim o que podemos chamar de *selectividade estratégica*.

Essa atuação estratégica e seletiva do Estado, porém, logra em consequências sociais, reverberando na natureza das classes, moldando o próprio meio e os próprios elementos em que o Estado se construiu, modificando o que, à seguida de Poulantzas, poderíamos chamar de formação social – aproximando-a (ou não) do ideal do modo de produção quiçá almejado pelas classes dominantes. Chamaremos esse processo de *efeito de Estado*.

Na seguida destas teorias apresentadas está o *enfoque estratégico relacional* de Bob Jessop (1999, 2017). A sessão seguinte focará neste enfoque apresentando a nossa perspectiva metodológica sobre o Estado. Desejamos propor a ideia de que o enfoque relacional, no seu diálogo histórico-dialético com as tradições diversas do pensamento marxista, constitui-se, fundamentalmente, por meio de sua disposição hermenêutica.

1.3 O Enfoque Estratégico Relacional

Embora possa parecer incomum, evocamos Hans-Georg Gadamer para iniciar nossa discussão a respeito do enfoque relacional. Fazê-mo-lo compreendendo, com esse filósofo, que "a hermenêutica é a arte da interpretação que busca captar o 'horizonte' de significado no qual um texto ou símbolo está imerso, reconhecendo que o significado é sempre contextual" (GADAMER, 1997).

E onde se fala em relação, em relacionalidade, fala-se, potencialmente, em diálogo. E essa palavra remete, muito precisamente, à hermenêutica de Gadamer, notadamente

quando esse filósofo diz que, "na hermenêutica, o diálogo entre o texto e o leitor é fundamental, e a compreensão é uma fusão de horizontes, onde o leitor traz sua própria perspectiva para a interpretação" (GADAMER, 1997).

Para nós, pensar o Estado requer a compreensão das contradições e dos conflitos que nele se incrustaram, que participaram de sua consolidação e que se expressam, ao longo do tempo, através de sua arquitetura, de seus acessos e de suas intervenções – e, em paralelo, de sua própria interpretação e necessidade para vir a ser. Compreendido, portanto, mais além de sujeito político ou rol de instituições, percebemos o Estado como relação social e realidade histórica profundamente complexa, polimorfa, policontextual e, portanto, mutável (JESSOP, 2017). Por mutável, conseqüentemente, também a sua ideia – a ideia de Estado –, o seu controle territorial, a sua unidade populacional e a sua autoridade política. Mutabilidade, esta, entretida no bojo das relações sociais.

Desta forma, aceitamos a assertiva de que o surgimento do Estado se associa a manifestações de organização e funcionamento social, estas relacionadas a determinantes sociais do processo de formação estatal, e que se caracterizam como a difusão de relações de produção e de relações de intercâmbio econômico, como as formas nacionais, como as concepções ideológicas e como a cristalização de classes sociais. Os diferentes estados desses fenômenos se associam ao surgimento do Estado e, paralelamente, o próprio processo de formação estatal tende a modificar as condições sociais as quais prevaleciam na origem desse processo de surgimento. Desta forma, compreende-se que a existência do Estado promove a criação social de entidades e sujeitos que se vão diferenciando no medrar desse processo. (OSZLAK, 1978: p. 115 - 116)

É nesse sentido que compreendemos que, na América Latina, o Estado se expressa nesse intermitente e emaranhado embate entre o colonizador e o nativo; entre raças; entre a ciência e os saberes locais, e entre as epistemologias; entre o tido justo e o tido injusto; entre o visível e o invisível, que caracterizam a *linha abissal* (SANTOS, 2010) que nos constitui. O Estado expressa, por conseguinte, os conflitos, as disputas, as relações de poder que se institucionalizam nessas terras. O Brasil compreende esse emaranhado de relações construídas na história e que nos vieram da Europa e foram cultivadas aqui, mas que também encontraram aqui outras dinâmicas e nelas se imiscuíram, se entregaram à adaptação, se misturaram com outros fatores, culturas e linguagens. Construimos esse sistema econômico com muito do que a escravidão nos deixou – ou quiçá, a adaptamos, a desenvolvemos e desse

desenvolvimento pudemos desenvolver o capitalismo hoje, brasileiro, marcado pelo racismo, pelas diferenças sociais de classes econômicas, pela diferença de condições de acesso à democracia, pelo machismo, mas marcada também pelas resistências que vamos construindo, e que vamos pautando, e que vamos institucionalizando e dando assim, nesse complexo de relações que o Brasil é, a forma de um Estado diferente.

Buscando ferramentas que nos permitam o estudo do Estado brasileiro e, especificamente, a influência do desenvolvimentismo em sua construção, encontramos na perspectiva do *Enfoque Estratégico Relacional* (JESSOP, 1999, 2017) uma possibilidade de observação da variação das formas, funções e efeitos de Estado entendidos como expressão de um equilíbrio mutável de forças. Por meio dessa noção do equilíbrio de forças compele compreender a luta política entretida por atores, imbuídos de interesses distintos, a qual toma forma e se expressa através desde debates que objetivam a consensuação sobre o que é o interesse comum, a conflitos latentes, a guerras civis, genocídios etc. Esse conflito histórico molda as instituições, os discursos, as estratégias continuamente, dá forma ao Estado, à sua estrutura, à sua arquitetura e guia, seletivamente, as suas ações, as suas intervenções, as quais reverberam sempre na sociedade e, conseqüentemente, nesse equilíbrio de forças.

Essa interação entre a *seletividade estratégica* do sistema estatal e as forças em competição revela o que optamos chamar por *efeito de Estado* (JESSOP, 2017). A título de explanação, dada a importância do contexto estratégico da ação e de seu poder transformador na ótica do *enfoque estratégico relacional*, percebemos as diferenças de acesso à estrutura estatal, as limitações, as oportunidades, segundo os agentes e, a ação destes, a partir do Estado inclusive, a variar segundo as capacidades estratégicas involucradas na estrutura estatal.

No entanto, depreende-se que a composição tendencial dos acessos, oportunidades e limitações estão sujeitos a estratégias específicas de forças precisas que objetivam promover interesses certos dentro de um quadro de relações entre forças distintas, as quais promovem, distintamente, mediante estratégias diferentes, interesses respectivos. É por tanto que as estruturas são estrategicamente seletivas, ao contrário de absolutamente restritivas – concedendo ao Estado uma *seletividade estratégica*. (JESSOP, 2017: p. 100)

De fato, o Estado não é uma superação da sociedade civil, pois mesmo esta sendo historicamente determinada, ela não desaparece no Estado e, por outro lado, todas as suas determinações concretas reaparecem nele (BOBBIO, *apud* IASULAITIS, 2016).

Além de relações entre classes determinadas de agentes que carregam consigo interesses compartilhados, trata-se também das contradições internas destas classes e de quem teve o Estado em acesso – das *bases sociais*, como logo veremos.

A *arquitetura estatal* que um projeto de Estado vincula está sujeita à forma de pensar e compreender o mundo, assim bem à forma de interpretar e compreender a sociedade e de delimitar e compreender a nação e, para tanto, à linguagem tida pelos atores desse projeto (MONEDERO, S.I.). Todos os imaginários e projetos e práticas políticas que adentram no bojo do projeto de Estado – ou seja, que definem e regulam os limites entre Estado e sociedade e proporcionam coesão ao aparato estatal em vistas do cumprimento das tarefas socialmente aceitas – constituem a expressão de uma visão hegemônica e, portanto, privilegiam alguns interesses materiais e ideais em detrimento de outros (JESSOP, 2017: pp. 135, 138). Afirma-se assim o Estado composto em disputas de interesses. Porém, a vinculação desses interesses à forma do Estado requer uma *visão hegemônica* a lhe justificar. Somente assim, vinculados à esfera ideológica, interesses de ordem material poderiam pautar a forma e a atuação do Estado em detrimento de outros.

No que tange o Estado, percebemos assim possível distinguir-lhe os âmbitos subjetivos (de ordem ideológica) dos âmbitos formais (de ordem material). A realidade estando sempre em disputa por atores sociais – ou por *bases sociais* – o embate será feito nos meandros da materialidade, mas também feito nos meandros das ideologias.

Uma curta palavra sobre os quadros seguintes nos explicaria serem os modos de representação, de articulação e de intervenção as dimensões de aspectos formais e institucionais do Estado e, as substanciais, as três restantes, referentes aos aspectos discursivos que dotam o aparato estatal de conteúdo e orientação, que dotam de conteúdo e significado estratégico as características as mais formais. (JESSOP, 2017: p. 104-105)

É importante frisar que cada dimensão entretém suas próprias seletividades estratégicas. Entretanto, não se limitam ao âmbito nacional. Ter estas dimensões em mente, no bojo do uso do *enfoque estratégico relacional*, nos ajuda a perceber as formas normais e excepcionais e o caráter híbrido de alguns Estados, além de suas próprias *seletividades estratégicas*. (JESSOP, 2017: p. 105)

Também, nos serve para desselar a relação entre estas formas e as crises internas do Estado - destas quais podemos citar, em guisa de exemplo mais útil, a crise do parlamentarismo liberal após o auge da política de massas em prol da intervenção econômica

estatal (SCHMITT, 1988 *apud* JESSOP, 2017: p. 105; SCHEUERMANN, 1996 *apud* JESSOP, 2017: p. 105).

Sistematizando esse pensamento em um quadro, e procurando evidenciar as dimensões diferentes do Estado que o enfoque estratégico relacional procura abordar, chegaremos no seguinte:

Quadro 1 - Dimensões de aspectos formais e suas tendências às crises

DIMENSÕES	DEFINIÇÃO	SIGNIFICADO PARA O EER	ASPECTOS DE CRISES
Modos de representação	São às forças sociais acesso ao aparato estatal e a suas capacidades	Acesso desigual ao Estado. Capacidade desigual para resistir à distância do Estado	Crise de representação
Modos de articulação	Arquitetura institucional dos níveis e setores do Estado	Capacidade desigual de dar forma, tomar e implementar decisões	Crise de integração institucional
Modos de intervenção	Modos de intervenção dentro do Estado e fora dele	Diferentes mecanismos de intervenção	Crise de racionalidade

Fonte: Jessop, 2017: p. 104

No mesmo percurso, chegamos, igualmente, a um segundo quadro, referente ao entrelaçamento entre as noções de base social, projeto de Estado e visão hegemônica:

Quadro 2 - Dimensões de aspectos substanciais e suas tendências às crises

DIMENSÕES	DEFINIÇÃO	SIGNIFICADO PARA O EER	ASPECTOS DE CRISE
Base social do Estado	Compromisso social institucionalizado	Distribuição desigual de concessões materiais e simbólicas à "população" com o fim de assegurar o apoio ao Estado, aos projetos estatais, a grupos de políticas específicas e visões hegemônicas	Crise do bloque de poder. Desafeição até os partidos políticos e o Estado. Conflitualidade social, guerra civil, revolução.
Projeto de Estado	Assegura a unidade operativa do Estado e a sua capacidade de atuar	Supera a improbabilidade do sistema estatal unificado, orientando às agências e aos agentes estatais	Crise de legitimidade
Visão Hegemônica	Define a natureza e os propósitos do Estado para a sociedade em geral	Outorga legitimidade ao Estado, definido em termos de promoção de bem comum etc.	Crise de hegemonia

Fonte: Jessop, 2017: p. 104

É com base nessas dimensões que pensaremos o Estado brasileiro. Portanto, se provará útil que analisemos detalhadamente cada destas dimensões.

A configuração específica das forças sociais constitui o que entendemos por *base social*. Para tanto, se lhes é necessário o reconhecimento como sujeitos e a sua organização enquanto agentes políticos, em vistas ao apoio à estrutura, ao modo de funcionamento e aos objetivos do sistema estatal (JESSOP, 2017: p. 119). Desta forma, uma base social do sistema estatal não é inteiramente constituída se lhe carece elementos desse reconhecimento – do qual o próprio Estado contribui – e instrumentos – notadamente no bojo estatal – de organização. Narrativas e entidades de representação de classe podem cumprir esse papel.

Entretanto, as *bases sociais* se configuram em uma diversidade não estável de equilíbrios de compromissos, os quais se refratam no sistema estatal:

Este equilíbrio refleja (y se constituye a través de) los proyectos y las solicitudes presentados por diferentes fuerzas sociales que están representadas tanto dentro como fuera del sistema estatal, las cuales buscan aumentar dicha representación o impugnar sus formas, funciones y actividades actuales. (JESSOP, 2017: p. 119)

Os modos reais de representação política operam em diferentes âmbitos e em diferentes formas, tanto formais quanto informais. Essa dinâmica permite a expressão e a promoção dos interesses materiais e ideais das forças políticas em sua diversidade, em relação aos acessos diferenciados aos centros de formação política e aos de tomada de decisão. (JESSOP, 2017: p. 106)

Separa-se, entretanto, o acesso ao aparato estatal da representação política - as decisões oficiais encontram apoio ou resistência, relegando a representação para longe do Estado. Mas, sim, os canais formais de representação são importantes - e portanto disputados. Eles são relacionados com as funções entretidas pelos partidos políticos, pelos *lobbies* e grupos de pressão, pelos organismos corporativos, pelos movimentos sociais de toda sorte e pelos próprios gestores do Estado. Estes agentes ajudam na organização da base social. Os meios de comunicação também se desenvolvem em um papel importante - e os grupos que não detêm os meios de comunicação hegemônicos se voltam à marginalidade das condições normais e ao uso da comunicação subhegemônica e contrahegemônica, outorgando movimentações de massa de caráter menos institucionalizado: refere-se, para tanto, sob a nomenclatura do quinto poder. (JESSOP, 2017: p. 107)

É típico que os modos de representação tomam a sua forma material a partir da busca por modelos ideias, não exaustivos, os quais em exemplo seriam: o corporativismo, o clientelismo, o parlamentarismo, o pluralismo e a *raison d'état*. Tais formas de representação

concluem em efeitos diferentes na constituição das forças políticas e nas capacidades respectivas destas de aceder ao sistema estatal (JESSOP, 2017: p. 107)

Essa capacidade de acesso, assim bem como a própria constituição das forças políticas, entretêm uma íntima relação com as formas de representação. Em via contrária, mas com igual validade, as identidades e a organização das forças que almejam representação também são relativas à forma de representação vigente - tais forças então representadas, entretanto, se empenharão em reorganizar as formas representativas com o fim de modificar o equilíbrio de poder ou mesmo em vistas de modificar estas mesmas forças em questão. (JESSOP, 2017: p. 111 - 112)

Neste momento, é fundamental termos em mente a vinculação entre forças políticas e o Estado - abandonamos a compreensão de classes a qual as identifica enquanto força política independente, preconstituída, que se utiliza do Estado, este enquanto simples instrumento passivo.

Aunque las clases, como categorías objetivas de agentes económicos, se definen principalmente por su lugar dentro de las relaciones sociales de producción, su peso político depende de las formas de organización y de los medios de intervención a través de los cuales se expresan sus intereses de clase, tanto económicos como de otro tipo. (JESSOP, 2013: p. 112)

Portanto, compreende-se que a luta política de classes é, antes de se tratar de uma luta entre classes, uma corrida para a constituição das classes enquanto forças políticas (PRZEWORSKI, 1977: 371 - 373 *apud* JESSOP, 2017: p. 112) –

Esto refuerza la noción de que el Estado puede estudiarse como un sistema de dominación política, (de clase) cuya estructura tiene un efecto definitivo sobre la lucha social a través de su papel a la hora de determinar la relación de fuerzas y las formas de la acción política. (JESSOP, 2017: p. 112)

Os interesses compartilhados, os agentes, os formadores de opinião, os grupos políticos, os movimentos sociais enfim, etc., constituem o que podemos chamar de *base social*. Identificaremos algumas durante este trabalho – de modo genérico: o setor cafeeiro; as indústrias, as têxteis e as relativas à substituição de importações; mas também aquela gama de pessoas, de jornalistas, de intelectuais acadêmicos ou ensaístas, de técnicos e burocratas, de artistas, de estudantes, que participaram de alguma forma do debate público brasileiro e, nesse bojo, vincularam ideias mais ou menos precisas que incidissem sobre o papel do Estado, e que vinculassem valores ideológicos.

Uma *base social*, por tanto, não se refere exclusivamente ao núcleo detentor do interesse material – mas daqueles que defendem a *visão hegemônica*, que portam consigo a justificativa de um Estado preciso, de um *projeto de Estado*.

A burocratização, em geral, é um marco do Estado - necessariamente, é formada uma categoria especial de funcionários de carreira, a qual, embora trabalhe na gerência do Estado, não entretêm vínculos de propriedade com os meios de administração. Níveis e setores que traversam o Estado, o organizam, estabelecem uma hierarquia em meio a regras formais de responsabilidade legal e financeira e, conseqüentemente, uma estrutura de subordinação. A burocratização, contudo, aumenta ao passo em que se especializam tarefas e se aumentam os níveis hierárquicos. (JESSOP, 2017: p. 114)

Na consolidação da hegemonia de uma fração da população, é necessário que um projeto hegemônico se combine com a arquitetura estatal - a contrário, as estruturas estatais favoreceriam um projeto outro que aquele da classe estruturalmente privilegiada. Desta forma, uma mudança de hegemonia de longo prazo requer mais que a apresentação (e a efetivação) de um projeto hegemônico: requer, também, a reorganização do sistema estatal. (JESSOP, 2017: p. 116)

Nós pensaríamos, aqui e entre parênteses, numa brecha que esta discussão necessariamente abre na realidade brasileira do final desta segunda década: as mudanças governamentais operadas dentro do bojo do próprio Estado, que configuraram o golpe de 2016 e tudo o que sucedeu em termos de atuação estatal.

Os recursos disponíveis para intervenções são organizados pelo Estado através de seus mecanismos institucionais e de seus mecanismos de organização. Tal organização se enquadra dentro de um âmbito distinto, ao lado da demarcação entre o público e o privado, dando forma à arte do possível.

En consecuencia, esta dimensión también se refiere a lo que Michael Mann llama poder infraestructural del Estado: sus capacidades para infiltrarse en la sociedad y organizar las relaciones sociales en todo su territorio basándose en sus decisiones políticas (Mann, 1984: 189; cf. Mann, 2008). (JESSOP, 2017: p. 117)

As formas de intervenção extrapolam o sentido mais estrito do sistema estatal. Inclui-se, para além de uma classificação inicial (a coerção organizada; as leis; o dinheiro, incluindo o crédito e os impostos; e o conhecimento (WILLKE, 1992 apud JESSOP, 2017: p. 118), pois conta-se, também, a dimensão da microfísica do poder estatal. É portanto que esta dimensão do Estado se confunde, naturalmente, com os limites externos do Estado, sobrepondo-lhes com a sociedade civil e com a vida cotidiana. É por consequência o crescente interesse no tema da governabilidade e da governança, conquanto conecta-se o Estado a estas e outras ordens institucionais. (JESSOP, 2017: p. 118)

Porém, ainda é necessário que se oriente os modos de intervenção. Este é o papel que a visão hegemônica virá a cumprir, indicando a natureza e o papel do Estado e lhe oferecendo as diretrizes gerais de sua gestão –

Estas visiones tratan de conciliar lo particular y lo universal mediante la vinculación de la naturaleza y los fines del Estado a una visión política, intelectual y moral más amplia - pero siempre selectiva - del interés público, la buena sociedad, el bien común o un principio análogo de la organización social. Este 'ilusorio' interés público privilegia algunos intereses materiales e ideales sobre los demás, junto a algunas identidades, espacios, temporalidades, etc., y puede adoptar una forma abiertamente inclusiva (por ejemplo, las democracias liberales) o una que sea explícitamente excluyente (por ejemplo, el Estado de *apartheid*). Estas visiones pueden estar relacionadas en un principio con imaginarios económicos, políticos y sociales específicos, y después con la estructura y la lógica más profundas de una formación social determinada y su inserción en el mercado global, el sistema interestatal y la sociedad mundial. (JESSOP, 2017: p. 118)

Desta forma, compreendemos que a concepção de mercado generalizadora da economia, simplificando-a à economia de mercado, é uma visão hegemônica. Da mesma forma, as diferentes ideologias que surgiram a partir da dicotomia Estado e sociedade – são elas o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo (WALLERSTEIN, 1994) –, também são visões hegemônicas. Enquadramos a concepção universalista de economia de mercado dentro da concepção maior da ideologia liberal, mas enquadramos aí também outras tendências, como veremos mais tarde neste trabalho. As visões hegemônicas, portanto, são constituídas em várias camadas e apresentam diversas ramificações mais ou menos específicas que dialogam entre si seja no tempo e na história, seja no espaço, ou seja mesmo no Estado e na sociedade, e dita-lhe as regras, dita-lhe as instituições, apresenta-lhe valores e pauta a vida material, a vida do trabalho, a vida econômica.

1.4 Desenvolvimento – um problema social de conceituação

Falamos em desenvolvimento levanta um amplo leque de possibilidades interpretativas. Diferenciando-se das causas às consequências, cada releitura sobre os processos e sobre os autores desenvolvimentistas revela, vez após vez, reinterpretações novas que, não raras vezes, se querem absolutas e atemporais. Não estamos aqui para condená-las, tampouco para superá-las no mesmo movimento de apresentar uma nova, mas queremos entrever entre elas, a partir de rápida revisão, a dinâmica que as anima na história do pensamento. Temos, em complemento, o intuito de refletir sobre o papel do desenvolvimentismo no mundo hoje – ainda se apresentaria, ele, enquanto ruptura sistêmica viável?

O termo do desenvolvimento responde a várias definições conjunturais. Pré-noções foram estabelecidas ao longo das diversas experiências que lhe são reconhecidas (RIST, 2013).

Longe de ser um *flatus vocis*, o desenvolvimento é reconhecido e identificado de maneiras diferentes através do globo e do tempo. Não podemos deixar de descartar o papel que alguns organismos têm tido no sentido de uma consolidação ou precisão do termo, longe de serem meros observadores e agentes passivos, tanto em um plano internacional – o qual não poucas vezes incidira sobre as questões mais regionais – quanto em plano nacional. Compreendemos, entretanto, que estes agentes reavaliaram suas atuações em alguns momentos. É por isso que podemos dizer que o desenvolvimento (e a sua definição) não é estável a longo prazo. Podemos compreender que a conceituação do termo do desenvolvimento toma precisão e se concretiza conforme a experiência permite a delimitação de seu próprio termo. (RIST, 2013; IVO, 2016; FONSECA, 2015)

Na Amazônia, associa-se o desenvolvimento, comumente, aos Grandes Projetos, conquanto no sudeste é costumeiramente associado à substituição de importações e à industrialização. Em outros países a imagem é outra: quiçá reelaboração do comércio, reestruturação do sistema educativo, industrialização, urbanização – enfim, as associações podem ser diversas.

O desenvolvimento foi identificado e reconhecido, também, de maneiras diferentes através do tempo. É importante percebermos que as associações não foram sempre constantes - a própria noção do termo se consolidou em associações diferentes ao longo da história. Não podemos deixar de descartar o papel que alguns organismos têm atuado no sentido de uma consolidação ou precisão do termo, longe de serem meros observadores e agentes passivos. Em um plano internacional – o qual não poucas vezes incide e intervenciona nas questões mais regionais –, pode-se citar o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial etc. Já no plano nacional, para o caso específico do Brasil, pode-se citar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o próprio Banco Central, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), o Banco da Amazônia, jornalistas, economistas, sociólogos, cientistas em geral. Compreendemos, entretanto, que estes agentes reavaliaram suas atuações em alguns momentos. É por tanto

que podemos dizer que o desenvolvimento (e a sua própria definição) não é estável a longo prazo.

Desta forma, o PNUD, a título de exemplo, procurou introduzir a noção de “desenvolvimento humano” a partir da década de 1990, a qual se alicerça em noções tais que da capacidade humana e dos direitos humanos, e que se contendem no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (IVO, 2016: p. 25). De fato, tais elementos novos vieram em crítica à tendência do pensamento que observava exclusivamente a renda.

Nos anos subsequentes, essa propositura nova é reafirmada:

Quadro 5 - Agenda temática das agências internacionais (década de 1990)

ANO	PNUD	BANCO MUNDIAL
1990	Conceito e medição do desenvolvimento humano	-
1991	Financiamento do desenvolvimento humano	-
1992	Dimensões internacionais do desenvolvimento humano	Desenvolvimento e meio ambiente
1993	Participação popular	Investimento em saúde
1994	Novas dimensões de segurança humana	Infraestrutura para o desenvolvimento
1995	Gênero e desenvolvimento humano	Trabalho num mundo integrado
1996	Crescimento econômico e desenvolvimento humano	Do plano ao mercado
1997	Desenvolvimento humano para erradicar a pobreza	O Estado um mundo de mudanças
1998	Consumo para o desenvolvimento humano	Entrando no Século XX
1999	Mundialização com humano	idem

Fonte: Ivo, 2016: p. 23

Podemos compreender que a conceituação do desenvolvimento se afina, se concretiza conforme a experiência permite a delimitação de seu próprio termo. Mas isso não nos exime de nos precaver metodologicamente.

Nota-se que a aplicação do desenvolvimento é socialmente sentida e percebida, modificando a realidade material e social, tratando-se de um *efeito de Estado* (JESSOP, 2017), conquanto o desenvolvimento se refere à atuação estatal. Portanto, uma reação retorna ao próprio Estado, modificando-o (OZSLACK, 1978). O desenvolvimento, por ser antes sentido, se torna por consequência uma *ideia geral* e, então, é representada por fatos exatos - os Grandes Projetos, a título de rápido exemplo, na Amazônia. O hábito e a percepção que

a prática do desenvolvimento confere o conduz à esfera do pensamento – falaríamos então em desenvolvimentismo. Trata-se da constatação, difusa, de *qualidades marcantes* ou de semelhanças. Conseqüentemente, para a própria (re)elaboração do conceito do desenvolvimento, observa-se as experiências reconhecidamente desenvolvimentistas.

Na nossa precaução metodológica, necessitamos ter em evidência o nosso termo e a sua definição, sabendo identificá-la sem margem de erro possível. Também julgamos necessário que se tenha em destaque a metodologia para tanto.

É nesse ensejo que Gilbert Rist (2013) dá início à sua volumosa obra *Le Développement: Histoire d'une croyance occidentale*. O “desenvolvimento” é uma definição, e portanto se lhe deve ser aplicada todo o rigor como tal - conforme as receitas de Durkheim para a construção de uma definição, na visão de Gilbert Rist. É desta forma construída uma crítica contumaz, metodológica, ao que é apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - o conjunto de prenoções que seus relatórios carregam consigo revelam de economicismo (em termos de crescimento e acesso à renda), evolucionismo social (em vistas à industrialização aos modelos dos países já industrializados), de individualismo (objetivando desenvolver a personalidade dos seres humanos). Revela-se, também, de seu caráter: hora normativo (aquilo que deve acontecer) ou hora instrumental (para quê isso serve) - por vezes termos, ainda, que sugerem a falta ou a insuficiência (termos tais que “mais democráticos e mais participativos”). Essa gama de ideias, porém, não logram em uma definição. (RIST, 2013: p. 34)

Da mesma forma o conceito: é abstrato, e se define sob um número de características constantes e comuns a todos os seus casos e constitui o que por ventura se denomina de *compreensão*. O conceito é universal - não conota, pois sim denota todos os casos possíveis. Separa-se, desta forma, a *imagem* e o *conceito* - a primeira é concreta e particular, e se revela na extensão deste segundo: o conceito, o qual é abstrato e geral. (CUVILLIER, 1954: p. 277)

A formação do conceito é permeada por alguns problemas. Diversas funções intelectuais são questionáveis - o pensamento abstrato existe de fato? E se sim, se o conceito tem a sua existência, como se dá a sua formação? A essa questão psicológica se soma outra: um problema epistemológico – qual o valor da abstração? É possível que não possamos pensar o conceito sem o sustento irrevogável da imagem (do que chamaríamos, no nosso caso, de experiências desenvolvimentistas, reconhecidas hora na imagem de Governos e governantes, hora na de Grandes Projetos, hora em expressões artísticas etc.). Hume,

Berkeley, tomaram partido da crença de que o inteligível se sintetiza no sensível. Portanto o *conceito* se concretiza em *imagem*, e assim um *conceito* se incarna, conjunturalmente, em um exemplo particular. Porém a *imagem* não lhe é limite, pois que o *conceito* é universal e, portanto, sua extensão é ilimitada. (CUVILLIER, 1954: p. 278 - 279)

Em outra via se desenvolve (Huxley, Taine) a *imagem genérica*, a qual mistura as características comuns de todos os objetos exemplares para formar somente um, o genérico. A *imagem genérica* é o intermédio entre a imagem pura e a noção geral. Mas essa via releva de superficialismo enquanto simples extrato ou cópia parcial do real, partindo de uma concepção errônea da *abstração*. De fato, para Taine, essa imagem genérica, longe de ser a ideia geral e abstrata, seria, somente, um esboço, o qual, na tentativa de se lhe precisar, se concretiza em uma imagem particular. Ademais, a própria existência da imagem genérica é dúbia, é mito psicológico conquanto a *imagem* é cópia do real que se consagra a um simples receptor. (CUVILLIER, 1954: p. 280)

Uma outra consideração importante é a da *palavra*. Berkeley assim considera por signo de diferentes ideias (*imagens*) particulares - signo, portanto, que não carrega consigo uma ideia geral sim consigo essa diversidade de *imagens* particulares - que se sugerem ao sujeito de forma indiscriminada pela mesma palavra. É nesse momento que o empirismo se faz nominalista, e culmina com a assertiva de Taine: “Une idée générale et abstraite est un nom, rien qu’un nom, le nom significatif et compris d’une série de faits semblables ou d’une classe d’individus semblables, ordinairement accompagnés par la représentation sensible, mais vague, de quelqu’un de ces faits ou individus” (TAINÉ *apud* CUVILLIER, 1954: p. 281). Ora, a verdadeira questão, por viés desse olhar, é a proveniência da significação do nome, o que lhe faz significativo e compreendido. Portanto retornamos às considerações anteriores ao considerar que se tratam de simples *imagens* ligadas à palavra por associação, ou que se trata, em fato, de um pensamento sem *imagem*. (CUVILLIER, 1954: p. 281)

Paralelamente, se elaboram as considerações sobre o *conceito*. O debate entremeado por Hume, por Ruysen, por Bergson, por Taine, culmina na questão seguinte: o *conceito* não seria mais relativo à nossa ação do que a nossa representação? Nossa percepção, para Bergson, é, na verdade, uma medida - a da nossa possível ação sobre os corpos. A ação sobre estes é, entretanto, a mesma para os de mesma espécie, de sorte que nosso rol de ações é infinitamente menos diverso que nosso rol de formas de sentir. Portanto, classifica-se antes as formas de agir e, então depois, classificam-se as coisas – é assim, através da atividade,

tanto variada quanto unificadora, que perceber o mundo é possível. Portanto, a ideia geral precede a representação, pois é antes sentida. (CUVILLIER, 1954: p. 284 - 285)

Mas, certo, onde está nisso o desenvolvimento? Nota-se que a aplicação do desenvolvimento é socialmente sentida, percebida e modifica a realidade material e a realidade social e, de então, trata-se de um *efeito de Estado*, conquanto - como logo veremos - o desenvolvimento se refere à atuação estatal. Portanto, uma reação retorna ao próprio Estado, modificando-o, atualizando-o. O desenvolvimento, por ser antes sentido (do ponto de vista exclusivo da sociedade, separando-a neste momento do aparato estatal), se torna, por consequência, uma *ideia geral* e, então, é representada por fatos exatos - os Grandes Projetos, a título de melhor exemplo, na Amazônia. O hábito que a prática do desenvolvimento confere, a percepção e o sentimento advindo dessa prática, passa para a esfera do pensamento. Não se trata antes da percepção do indivíduo, nem primeiramente da concepção do gênero do desenvolvimento - trata-se, antes de tudo, de uma constatação, confusa mesmo, quiçá difusa, de *qualidades marcantes* ou de semelhanças. Consequentemente, se torna importante, para a própria elaboração do conceito do desenvolvimento, a consideração e o estudo das experiências reconhecidamente desenvolvimentistas.

Não obstante, o *conceito* é intimamente ligado à linguagem – ligado à expressão de alguma mentalidade coletiva. Ademais, para a escola de Durkheim, a estrutura da sociedade se reflete nos conceitos, a vida em sociedade contribuindo para o pensamento conceitual.

Por consequência, depreende-se que o sentido “vulgar” do termo não deixa de nos interessar. Acreditamos que esse âmbito seja tão importante quanto a própria tentativa de uma definição exata ou universal. A prática do desenvolvimento é percebida, identificada de alguma forma, por diversos atores e autores da sociedade. Na Amazônia, em especial, várias vezes se ergueram contra o desenvolvimentismo, após que o esforço intelectual para a consolidação de sua prática tenha sido de fato efetuado na região tanto por autores locais quanto por demais nacionais, e também tenha sido de fato efetuada a partir de organismos nacionais e organismos regionais. A crítica a essa conduta deve ser estudada em âmbitos maiores do que a análise dos efeitos dessas políticas, e consequentemente, devemos estudar as vozes que constituíram esse tabuleiro intelectual.

Nesse sentido, em uma via teórico-metodológica paralela, o trabalho de Fonseca (2015) logra, também, em uma definição do desenvolvimento. É na tradição weberiana que,

conforme o autor utiliza, um conjunto de atributos, os quais são observados pela razão, constituem o conceito. Este, porém, é um construto mental, o qual se relaciona com a realidade mediante a probabilidade e, desta sorte, não se espera que se encontre todos os atributos do conceito no caso ao qual este se refere, abrindo, assim, um leque de possibilidades às quais o conceito se confere.

Portanto, é mediante a observação das características dos casos reconhecidamente desenvolvimentistas que podemos estabelecer uma definição para o desenvolvimento. Nos trabalhos de Fonseca (2015) não se trata de identificar o passo-a-passo ou a receita, o modelo “correto” ou “ideal” do desenvolvimento, mas sim dos casos concretos – os quais encontram a concretude no reconhecimento deles pela sociedade.

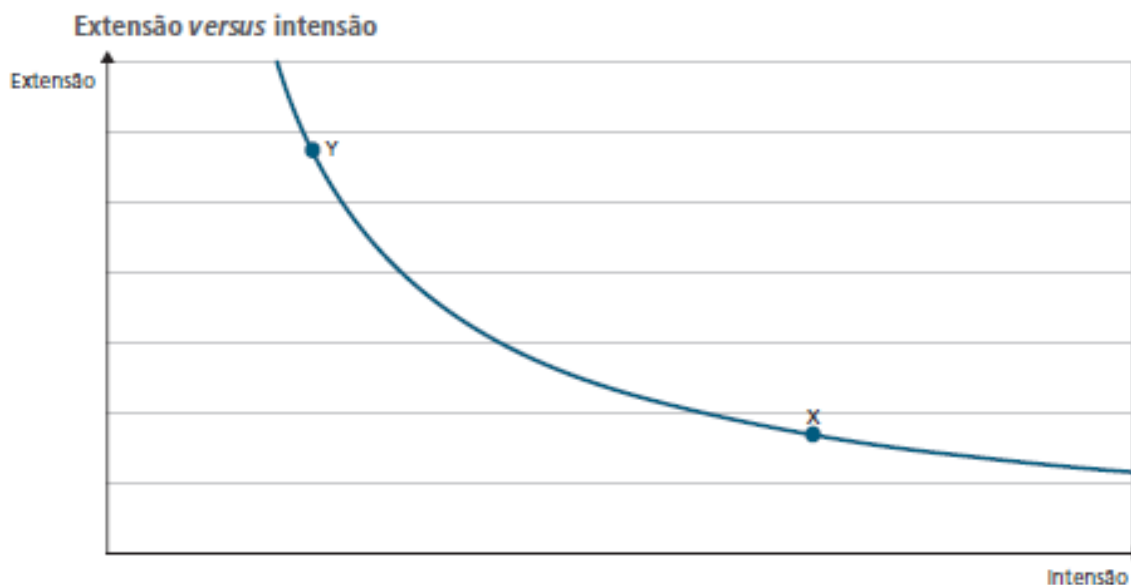
Essa assertiva remete à relação entre *imagem* e *conceito*, Fonseca (2015) faz uso de Sartori (*apud* FONSECA, 2015) - mas este inclui no movimento de *expansão do conceito* uma dinâmica maior: separa-se a “viagem do conceito” (*travelling*), quando casos novos são abrangidos dentro do conceito; e “alongamento” (*stretching*), quando os novos casos observados vêm a modificar o conceito propriamente. Em outras palavras, portanto,

A extensão refere-se ao conjunto de entidades, elementos ou casos abrangidos pelo conceito; é seu significado denotativo, pois diz respeito a quais objetos ou fenômenos o conceito é usado para nomear. Já a intenção refere-se ao conjunto de propriedades ou atributos abarcados pelo conceito; diz respeito ao seu significado conotativo, a certas características comuns que permitem a objetos serem nomeados como tal. (FONSECA, 2015: p. 10)

Percebamos que o primeiro se refere à *imagem* e o segundo ao *conceito* - compreendemos assim que a utilização do termo vem a fomentar essa dinâmica dupla, reavaliando o termo constantemente e assim o modificando.

Astutamente, Fonseca (2015) soube reproduzir essa dinâmica em gráfico, permitindo a sua compreensão para o economista:

Imagem 1 - extensão versus intensão



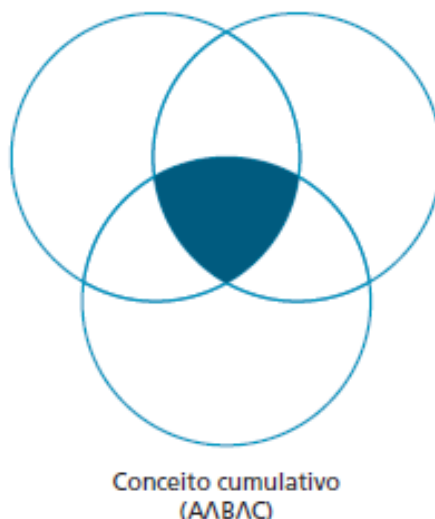
Fonte: Extraído de Fonseca (2015: p. 11)⁴

Paralelamente, apresenta-se três estratégias alternativas de conceituação (SARTORI 1970 *apud* FONSECA, 2015; SARTORI 1984 *apud* FONSECA, 2015; WEILAND 2001 *apud* FONSECA, 2015), as quais são *conceito cumulativo*, *conceito radial* e *conceito clássico*.

A primeira estratégia procura identificar os diferentes atributos caracterizadores do termo para discernir o núcleo comum (*core*), o qual é alcançado mediante a lógica aditiva de intersecção. Aqui, somente são considerados os casos em que todas as características consideradas são observadas. Nesta via, portanto, preza-se pela *intenção* em detrimento da *extensão* do conceito. Consequência da utilização deste método na pesquisa é que, para abarcar os casos que não se configuram exatamente no escopo dessa *intenção*, se crie categorias novas, as quais articulam adjetivos ao conceito principal. Desta forma é aceita a existência de *conceitos radiais*. (FONSECA, 2015: p. 11 - 12)

Imagem 2: conceito cumulativo

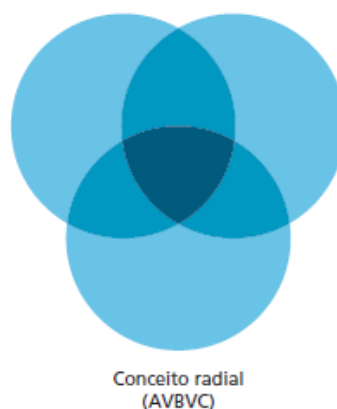
⁴Talvez haja aqui alguma confusão na palavra intensão: distingue-se dela o significado de intenção, o qual comporta o sinônimo da vontade. Fonseca (2015) quis, mesmo, dizer intensão no sentido da intensidade, do tornar mais intenso, do intensificar. A extensão, como oposição à intensão, deixa à intenção uma área maior de trabalho, um foco mais amplo que lhe impede a concentração, a intensão, em um objetivo específico. Desta feita, intensão e extensão se tornam polos opostos. De outra forma, se o uso fosse da palavra intenção, trataríamos, em oposição, da sua falta, o desinteresse – não da extensão.



Fonte: extraído de Fonseca (2015)

Outra estratégia é a do *conceito por adição*. Esta busca conectar diferentes domínios através de atributos pela lógica da inclusão (conectivo *ou*). Prezando pela *extensão* do conceito, esta via inclui nele todas as experiências que apresentam alguma de suas características, incorporando os *conceitos radiais* no conceito principal. Aqueles casos que apresentariam a totalidade dos atributos relativos ao conceito seriam considerados casos completos, e o restante, aqueles que apresentariam somente uma parcialidade das características, seriam denominados de *subtipos reduzidos*. Consequência desta utilização metodológica é que o conceito pode ganhar significados diversos, variados e numerosos em prol de um falso consenso. (FONSECA, 2015, p. 12)

Imagem 3: conceito radial

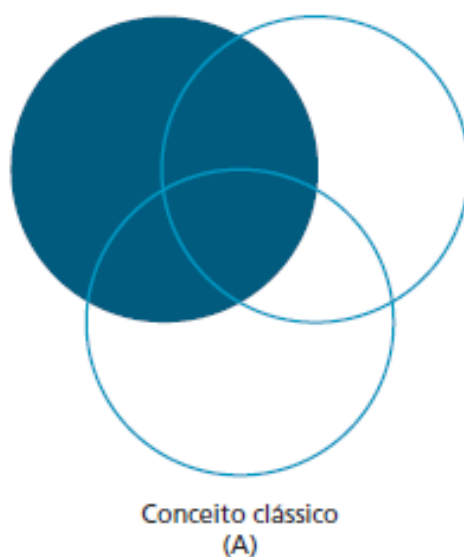


Fonte: extraído de Fonseca (2015)

A terceira via metodológica é a do *conceito clássico* - ou *conceito por redefinição*. Esta é a escolhida por Fonseca (2015) em sua busca pela consolidação do conceito do desenvolvimento. Meio termo entre as demais vias, esta procura identificar os *principais*

atributos, verificados pela observação das várias experiências reconhecidas, para constituir o *core* do conceito. Reconhece-se, portanto, a ocorrência de casos singulares, os quais apresentariam características próprias de sua experiência, sem se desviarem do conceito. Admite-se, portanto, a existência de *subtipos*, os quais apresentam um núcleo conceitual comum, mas que apresentam, cada uma, uma diversidade de características particulares. (FONSECA, 2015: p. 12 - 13)

Imagem 4: conceito clássico



Fonte: extraído de Fonseca (2015)

Assim como para Fonseca (2015), esta última opção nos é favorável na constituição de nossa metodologia - de nenhuma outra forma vemos possível uma metodologia concreta e válida a qual nos apresente, nos organize e nos relacione os casos reconhecidamente desenvolvimentistas, e conseqüentemente a utilização “vulgar” do termo (a qual não se distanciaria de uma metodologia por *conceituação radial*), com uma conceituação concreta. Para tanto, se usaria de experiências e de autores relativos ao desenvolvimento para estabelecer rol a ser analisado e descorticado em vistas de encontrar as características comuns que formariam o *core* (atributos mínimos principais) do conceito.

Nos reaproximamos, assim, da terminologia da *imagem* e do *conceito* (CUVILLIER, 1954), pois que compreendemos, nesse âmbito, que a primeira é a extensão e a segunda é o *core*, o extremo da *intenção*. Podemos, a partir dessa metodologia portanto, perceber as *imagens* do desenvolvimento e relacioná-las ao *conceito*.

No que entremeia o debate filosófico, não podemos deixar de considerar, desta forma, a linhagem que se segue em Hume, em Ruysen, em Bergson e em Taine

(CUVILLIER, 1954): que o *conceito* poderia vir a se relacionar mais à ação do que à representação. O desenvolvimento assim se tornaria a via de ação do homem sobre o mundo - se tornaria a medida de atuação humana -, e se enquadraria, assim, no rol das formas de agir antes que no rol dos sentimentos ou das percepções. É portanto que o *core* do conceito do desenvolvimento precede os casos reconhecidamente desenvolvimentistas - a ideia que orienta a prática estatal desenvolvimentista precede a forma estatal, a qual seria desenvolvimentista. Em via paralela, consideramos, através do *Enfoque Estratégico Relacional*, que as *dimensões substanciais* do Estado lhe pautam as *dimensões formais*.

Entretanto, não podemos desconsiderar o *efeito de Estado* - não podemos desconsiderar que o processo de estruturação da vida material (ou a institucionalização ou formalização do Estado) repercute nos intentos substanciais que o elaboraram. Consequência disso é a modificação das condições sociais as quais prevaleciam na origem desse processo, ao mesmo passo em que se diversificam novas entidades e novos sujeitos sociais (OSZLAK, 1978).

Da mesma forma, dessela-se que o próprio termo do desenvolvimento responde a várias definições conjunturais e que, conseqüentemente, nunca houve um conceito único ao qual responde essa palavra. Podemos, ao mais perto, lograr à só delimitação do que fora dito e compreendido em determinada época, identificando conjunto de autores ou mapeando os embates entre compreensões e práticas desenvolvimentistas, as quais vinculam a sua interpretação única sobre o papel do Estado. Admitimos possível que algumas interpretações sobre o desenvolvimento tenham predominado nos recortes da história.

Da mesma forma, compreendemos que a construção da prática desenvolvimentista se deu em conflitos - e dessa forma, é necessário compreendê-la a partir das contradições e dos conflitos sociais, e para tanto, é necessário mapear os seus autores. Sendo assim, compreendemos que o desenvolvimentismo teve seu papel na consolidação e estruturação do Estado brasileiro, ao longo do tempo, tendenciando em seu prol a *arquitetura*, a *intervenção estatal* e os *acessos* ao Estado.

Todavia, não saberíamos compreender o desenvolvimento sem seu escopo histórico - sem compreender as suas razões e também as suas conseqüências. Identificá-lo assim na história é, ao mesmo passo em que conceitualiza-lo, fundamental para uma aproximação mais completa de sua compreensão. Não esgotamos o assunto, nem mesmo pretendemos apresentar um material de referência duradoura - mas acreditamos necessária a construção

que este capítulo realiza para medrar as discussões que a contemporaneidade exige. Outrossim, entendemos que, ao compreender os passos com os quais as sociedades chegaram até então, podemos melhor conceber caminhos novos sem tomarmos o risco de partir de onde não estamos.

No que entremeia o debate filosófico, compreendemos que o *conceito* poderia vir a se relacionar mais à ação do que à representação (CUVILLIER, 1954). O desenvolvimento assim se tornaria a via de ação do homem sobre o mundo, medida da atuação humana, enquadrando-se no rol das formas de agir antes que no rol das percepções. Assim, o *core* do conceito do desenvolvimento precede os casos reconhecidamente desenvolvimentistas - a ideia que orienta a prática estatal desenvolvimentista precede a forma estatal, a qual se fará desenvolvimentista (é o que percebemos nos trabalhos de James Ferguson (1996)). Em via paralela, no linguajar próprio do *Enfoque Estratégico Relacional* (JESSOP, 1999, 2017), que as *dimensões substanciais* do Estado lhe pautam (ao Estado) as *dimensões formais*.

Não se trata de movimentos opostos, pois o processo de estruturação da vida material (ou a institucionalização ou formalização do Estado) repercute nos intentos substanciais que o elaboraram – é o que o *Enfoque Estratégico Relacional* (JESSOP, 1999, 2017; MONEDERO, 2018) chama de *efeito de Estado*. Consequência disso é a modificação das condições sociais as quais prevaleciam na origem desse processo, ao mesmo passo em que se diversificam novas entidades e novos sujeitos sociais, notadamente no âmbito das ideias (OSZLAK, 1978).

Da mesma forma, compreendemos que a construção da prática desenvolvimentista não se deu sem conflitos. Assim, é necessário compreendê-la a partir das contradições e dos conflitos sociais e, portanto, de seus atores. Mas, todavia, não saberíamos compreender o desenvolvimento sem seu escopo histórico, a reinterpretação contínua de suas razões e consequências.

1.5 Desenvolvimento – um problema histórico de conceituação

O ritmo das *conjunctures* e as tendências de *longue durée* (BRAUDEL *apud* WALLERSTEIN, 1994: p. 138) parecem ter incrustado nos anos de 1989 a 1991 marcos definitivos que separam a história e a classificam. Com estes marcos – a queda do muro de Berlim; a redemocratização da vida política; a Guerra do Golfo Pérsico –, que expressam uma virada de época, se finda o ciclo iniciado com as revoluções burguesas (1789-1989),

aquele da revolução industrial, ou aquele da ascensão do sistema mundo moderno (1450-1989) ou, ainda, aquele do pós-guerra (1945-1989). E se inicia outro. Dessas eras há uma, em particular, a qual mais nos interessa: a do triunfo e da dominância da ideologia liberal (1789-1989). (WALLERSTEIN, 1994) ⁵

De fato floresceram, durante os anos entre 1789 e 1848, três distintas ideologias que se apresentaram contra o Estado na antinomia Estado e sociedade – antinomia central no pensamento político desde a Revolução Francesa. São elas o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. O primeiro acusou a dita revolução de procurar utilizar o Estado contra as instituições básicas da sociedade, as quais são a família, a monarquia, a comunidade, a igreja, as ordens feudais; mas ao mesmo passo viram nele um mecanismo contra a desintegração da moralidade, coisa que as instituições tradicionais já não se viam capacitadas, especialmente com a ajuda das instituições policiais. Os liberais, por sua vez, acusaram o Estado de conter o indivíduo, peça chave da sociedade, e de privá-lo da liberdade de escolha; mas vieram logo a descobrir o quão útil esse mecanismo racional e eficiente que é o Estado poderia se realizar em prol das reformas que almejavam. Já os socialistas viram no Estado um reflexo do desejo dos privilegiados que se confrontava com a vontade geral da sociedade; porém também vieram a construí-lo, especialmente após a experiência de 1848, pois que perceberam que, sem participar dele, ou sem obterem por completo o poder estatal, não resolveriam os obstáculos fundamentais para a transformação da sociedade. (WALLERSTEIN, 1994: p. 140)

Fora prático para os partidos políticos, os que encarnam essas ideologias, reduzirem a cena política a uma dualidade que as opunha às demais. Assim, os conservadores igualavam socialistas e liberais, para além de serem crentes do progresso, na característica de manipularem as estruturas orgânicas da sociedade por meio do Estado. Os socialistas, por sua vez, liberais ou conservadores não passavam de variações sobre a política de defesa dos privilégios das classes altas e do *status quo*, fosse relativo à velha aristocracia ou fosse relativo à burguesia emergente. Já para os liberais, os demais grupos se resumiam ao

⁵ Queremos deixar bem evidente, por meio desta nota de rodapé, e com o fim de não haver alguma confusão à leitura posterior, que o período de “triunfo e dominância” da ideologia liberal se estende de 1789 a 1989, segundo Wallerstein (1994). O neoliberalismo não entra nesta conta, e suas considerações dão material para outro trabalho, certamente posterior, junto com os questionamentos sobre a natureza ou sobre a possibilidade do desenvolvimentismo (e queremos deixar evidente, aqui, também, que esta palavra se difere em significado da do desenvolvimento) no Século XXI.

autoritarismo que impede o florescimento do indivíduo, de todas as suas potencialidades enfim, do ideal liberal. (WALLERSTEIN, 1994: p. 140-141)

Aquelas três diferentes versões de uma dualidade entre três ensejos distintos não deixariam de trazer confusões. Em outras palavras: “durante ciento cincuenta años esta repetida reducción de la trinidad a dualidades generó grandes confusiones” (WALLERSTEIN, 1994: p. 140). Em termos práticos, se nos seria difícil de precisar em qual tendência se situam aqueles defensores da intervenção estatal na economia e aqueles liberais mais convictos. Seria ao menos bizarro, diante de toda a bibliografia que se ergue sobre o desenvolvimento brasileiro, sustentar a tese de que aqueles que capitanearam o processo desenvolvimentista e que, portanto, defendessem a atuação estatal na economia, se compilhassem dentro do próprio ensejo liberal. As disputas intelectuais que marcaram as décadas de 1930 à de 1950, que opuseram Eugênio Gudín a Roberto Simonsen, evidenciam, à primeira vista, um conflito ideológico primordial no que tange a política econômica e os debates decorrentes, e que opõem, historicamente, liberais e keynesianos.

Destarte, o desenvolvimento fora contundentemente uma última e renovada expressão do liberalismo, a qual marcou os anos do pós-guerra. (WALLERSTEIN, 1994).

Sin embargo, (...) en los ciento veinte años que siguieron a 1848, por lo menos hasta 1968, bajo la apariencia de tres ideologías en conflicto unas con otras, solamente tuvimos una, la aplastantemente dominante ideología del liberalismo. Para entender esto, debemos atender al asunto concreto en debate durante la totalidad del periodo, el problema social fundamental que requería de una solución.

La gran "reforma" que se perseguía con objeto de que el sistema capitalista mundial conservara su estabilidad política era la integración de las clases trabajadoras al sistema político y, de esta manera, transformar una dominación basada meramente en el poder y la riqueza en una dominación del consentimiento. Este proceso de reforma tuvo dos pilares principales. El primero fue el otorgamiento del sufragio, pero de manera tal que, no obstante que todos votaran, solamente se darían cambios institucionales relativamente pequeños. El segundo fue la transferencia de una parte del valor global excedente a las clases trabajadoras, pero de tal manera que la mayor parte se conservaría en las manos de los estratos dominantes y el sistema de acumulación se mantendría intacto. (WALLERSTEIN, 1994: p. 141)

(...)

La primera guerra mundial no acabó con este consenso. En realidad, lo confirmó y lo propagó. 1917 fue el símbolo de la propagación del consenso liberal. La guerra se había iniciado con un asesinato en una zona periférica de la economía mundial. Bosnia-Herzegovina. El momento había llegado para que los Estados medulares pensarán en algo más allá del limitado objetivo de integración de sus propias clases trabajadoras y considerarán la integración de ese gran segmento de la clase trabajadora del mundo, de aquellos que vivían en zonas periféricas y semiperiféricas del sistema mundial. En palabras de hoy día, el asunto era la sumisión del sur en formas paralelas a la sumisión de las clases trabajadoras en zonas internas y medulares. (WALLERSTEIN, 1994: p. 142)

A ideologia liberal se emprenhou vitoriosamente na sociedade desde os meados do século XIX. O liberalismo cumpriu seus objetivos e se imiscuiu tanto no pensamento conservador quanto no pensamento socialista. Não estranhamente, os partidos conservadores se fizeram liberais; os partidos liberais, despidos de seus âmbitos alcançados, extenuaram-se gradativamente; e os socialistas, por sua vez, em grande medida aderiram aos preceitos do liberalismo. (WALLERSTEIN, 1994)

Não foi diferente no Brasil, onde o partido liberal se fez conservador e os socialistas aderiam aos anseios industriais da burguesia. Se consolidava o consenso liberal ideológico, e essa tendência veio a moldar o conservadorismo brasileiro. As disputas políticas, no parlamento, se davam entre conservadores e conservadores liberais, estes que se medravam nos anseios modernistas.

Concomitantemente, à problemática norte-sul, uma resposta se elaborou em um liberalismo renovado: o “desenvolvimento (econômico) nacional” (WALLERSTEIN, 1994). A entrada do Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial fora motivada, no âmbito dos discursos, pela ideia de sua participação na segurança mundial em nome da democracia. E com o fim da Guerra, foi a autodeterminação das nações que entrou em pauta. Essas respostas, essas questões, foram apresentadas pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson, que se referia aos três impérios em dissolução – a Rússia, a Áustria-Hungria e o Império Otomano –, que compreendiam zonas periféricas e semiperiféricas da economia mundial – ao que hoje é denominado por “Sul”. Foi após a Segunda Guerra Mundial que o princípio da autodeterminação das nações se estendeu às zonas coloniais. (WALLERSTEIN, 1994)

Este princípio se constitui enquanto analogia estrutural do princípio do sufrágio universal. Tal indivíduo, tal nação: politicamente iguais e soberanos, detentores de um voto único. Nesse contexto, no plano nacional, a redistribuição de uma parte do valor excedente mediante a renda apresentou o Estado Benfeitor. (WALLERSTEIN, 1994)

No plano mundial, o liberalismo wilsoniano deu o passo seguinte: o “desenvolvimento (econômico) nacional” - elaborado em programa, fora aplicado por Roosevelt, por Truman e por seus sucessores. (WALLERSTEIN, 1994)

Não de outro modo fora o Congresso de Bakú dos Povos do Oriente, de 1921, para o qual foram convidados, por Lenin, todos os movimentos nacionalistas e de liberação nacional, para além dos partidos comunistas. O programa do movimento comunista,

mundialmente, veio de então - o antiimperialismo. E o que era este programa, se não a autodeterminação dos povos de Woodrow Wilson, em linguagem agressiva e impaciente? Quando estes movimentos de libertação nacional alçaram o poder estatal em seus respectivos países, após a Segunda Guerra Mundial, praticaram o programa do “desenvolvimento (econômico) nacional”. Não poucas vezes fora rebatizado: programa de desenvolvimento socialista. (WALLERSTEIN, 1994)

De esta manera, así como en el periodo 1848-1914 se puso en práctica el programa liberal de sumisión de las clases trabajadoras en las zonas medulares por medio del sufragio universal y del Estado benefactor, de igual manera en el periodo 1917-1989, mediante una combinación de militancia socialista y una sofisticada astucia conservadora, el programa liberal en la escala mundial -la sumisión del Sur- fue puesto en práctica mediante una combinación de militancia socialista y una sofisticada astucia conservadora. (WALLERSTEIN, 1994)

Paralelamente, os EUA passavam por um momento mais amplo, porém crucial da consolidação de sua política de expansão territorial - a elaboração da Doutrina Monroe. Iniciada em antítese do ensejo bolivariano da América Latina, durante o século XIX a doutrina se voltou à contenção dos avanços europeus sobre o continente americano e à neutralização de qualquer aliança ibero-americana. Fora somente com o século XX que se converteu em “un arma política para dominar, en un brazo comercial para explotar y en un martillo militar para reprimir” (GANDÉSAGUI, 2019).

Efetivamente, a América Latina, durante o século XX, foi marcada por quatro fases da dita Doutrina. São elas: a do “gran-garrote”, caracterizada pelo estabelecimento de enclaves de extração agro-mineiros (1880-1930); a do “bom vizinho”, da industrialização em prol da substituição de importações e da dependência (1930-1970); A da “aliança para o progresso”, em meio à Guerra Fria; e a pautada pelos documentos de Santa Fé, da desindustrialização e flexibilização com políticas neoliberais (a partir de 1970). (GANDÁSEGUI, 2019)

Com o esforço econômico do pós-guerra limitando as ações americanas na América Latina, em 1948, George Marshall, então secretário de Estado, respondeu na Conferência de Bogotá à pressão das lideranças da região ao alegar que a América Latina deveria esperar o soerguimento europeu e japonês. Seja como for, elaborou-se o Ponto Quatro (*Point Four*) – um programa de assistência técnica voltado para todo o mundo subdesenvolvido. É em consequência a isso que, no Brasil, se constituiu a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU) – composta por representantes brasileiros e americanos sob a forma de uma comissão conjunta. Tal comissão representa um marco intelectual no planejamento estatal

brasileiro, consolidando a ideia já presente do setor público na elaboração da nação. (RIBEIRO, 2006: p. 154)

Com o ascenso da administração Eisenhower, em 1953, esse experimento é cancelado. Mas com a volta ao poder dos republicanos, após 20 anos de governo democrata, é ressuscitada uma política de expansão do capitalismo americano dirigida pelo capital privado, em oposição àquela posta pelos democratas, dirigida pelo capital estatal, frequente nos governos Roosevelt e Truman. (RIBEIRO, 2006: p. 154)

De fato, a década de 60 fora marcada pelos resultados do programa de treinamento pessoal militar proposto pelos Estados Unidos para a região, ao mesmo passo em que se entretia ofensiva em vistas a inversões privadas estrangeiras nos países da região sob a pauta de convênios econômicos. Abre-se assim a era do interamericanismo – renovação do pan-americanismo –, era de domínio dos EUA e de uma crescente integração dos aparatos produtivos nacionais, por meio da ação de mecanismos comerciais e financeiros e de inversões diretas de capital, aos Estados Unidos. (MARINI, 2012: p. 176)

Um pouco antes, porém, o presidente Juscelino Kubitschek solicitou a ajuda dos Estados Unidos ao enfrentamento decisivo do subdesenvolvimento, pois que seria a melhor forma de garantir estabilidade política na região, e o conseqüente garante dos regimes democráticos e dos interesses americanos. Anos mais tarde, esta mesma tese será sustentada por Kennedy no planejamento da Aliança para o Progresso. A proposta do presidente Juscelino, conhecida como Operação Pan-Americana, acarretou na formação do Comitê dos 21, o qual, em parceria com os EUA, estabeleceu o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (RIBEIRO, 2006: p. 156)

Justificar a Aliança pelo Progresso em somente um ensejo anticomunista, no cenário da Revolução Cubana, nos parece assim insuficiente. Todavia, a estratégia desenvolvimentista é anterior a essa revolução. No Brasil, os Estados Unidos encontraram aliados valorosos na sociedade para o estabelecimento de sua política externa e bilateral com o país. Ademais, essa convergência fora facilitada com a postura do presidente Kennedy, ao juntar os motivos da segurança nacional à tese do desenvolvimento econômico, demonstrando os interesses dos Estados Unidos iguais aos países subdesenvolvidos (RIBEIRO, 2006: p. 157) – resgatando e atualizando, percebemos, a ideia do destino manifesto que lhe proclamava defensor da democracia no mundo, inaugurando a era em que o “desenvolvimento (nacional) econômico” (WALLERSTEIN, 1994) se estruturou.

Todavia, o desenvolvimentismo se fez expressão dos interesses dos Estados Unidos à linha da Doutrina Monroe. Expressão dessa doutrina, no Brasil, foram, de forma mais específica, a Comissão mista Brasil–Estados Unidos e a Missão Abbink, as quais não só pensaram o desenvolvimento, mas também estabeleceram os alicerces de seu financiamento – algumas de suas principais estruturas de longo prazo. Assim é notória a contribuição dos Estados Unidos no estabelecimento da arquitetura estatal e econômica brasileira, mesmo que variasse, mas sem fugir do âmbito maior, segundo os Governos em questão.

O desenvolvimento do capitalismo assim atrela, necessariamente, em relações de dependência que se alicerçam no seio destas sociedades. A periodização da Doutrina Monroe no século XX coincide, em termos de datas, com o período marcado pelo desenvolvimentismo brasileiro, assim bem com a renovação do liberalismo globalmente, ao passo em que os Estados Unidos se apresentam enquanto defensores da democracia e da ordem na América Latina, tanto durante o período da boa vizinhança, quanto durante a Aliança para o Progresso. Porém, o desenvolvimento também se compreende de forma contrária.

Como um processo que percebemos então análogo ao “desenvolvimento (econômico) nacional”, o desenvolvimentismo tem sido entendido como esforço para a superação da condição histórica e geográfica do subdesenvolvimento. A economia referente surge após a Segunda Guerra mundial com as reivindicações independentistas de número de países ainda colonizados. Esse processo de liberação nacional consolidou um novo sujeito político independente – o Terceiro Mundo –, constituído por interesses comuns de tais nações frente à divisão internacional pós-acordos de Yalta e das antigas metrópoles coloniais. Tais interesses culminaram numa sistematização através da conferência de Bandoeng, em 1955, convergindo no chamando não-alinhamento, negando o modelo internacional da colonização e do imperialismo ao passo em que evidencia um processo de autonomia. (TREILLET, 2015)

Afirmção política ou esforço econômico, o Terceiro Mundo se colocou na história enquanto antítese do colonialismo. As conferências de Bierville e de Bruxelas, respectivamente em 1924 e em 1926, mostraram de antemão a linha discursiva, política, que culminaria no encontro de 1955 – o anticolonialismo e o antirracismo (GUITARD, 1965). É, portanto, evidente que a superação da condição herdada da colonização viria a perpassar pela reestruturação de estruturas culturais.

Assim entendido enquanto processo de autonomia e de autoafirmação, o desenvolvimento se expressaria em frentes diferentes – porém sempre em caráter nacionalizante, suas estratégias voltadas em seus mais diversos âmbitos se misturariam. Alguns exemplos poderiam ser supostos: a formação de blocos econômicos; o exposto no comunicado final da Conferência de Bandoeng; a eleição de patrimônios históricos; os Planos Nacionais de Educação; as pautas de consumo; as fronteiras. O ensejo desenvolvimentista perpassaria assim por âmbitos diversos.

Tal longo e abrangente processo encontra, no histórico da discussão, a terminologia do desenvolvimento. “Economia do desenvolvimento”: expressão econômica desse processo de superação daquela condição (subdesenvolvimento) herdada da colonização e das condições do nascimento do capitalismo industrial europeu e norte americano (TREILLET, 2015), e que quiçá se reproduz sob a forma renovada dos imperialismos.

Mas seja como for, elencamos aqui estes dois enfoques históricos explicativos do desenvolvimento: enquanto renovação do liberalismo (WALLERSTEIN, 1994) - evidenciando essa compreensão da construção global do capitalismo e de suas amarras, a continuação da Doutrina Monroe, dos imperialismos renovados, das dependências, do capitalismo autoritário (VELHO, 2009; TREILLET, 2015), ou expressão da ideologia ou da crença ocidental (RIST, 2013; PARTANT, 1997; RIBEIRO, 2012), como veremos logo adiante; e expressão do Terceiro Mundo (TREILLET, 2015; GUITARD, 1965). Por mais que as definamos como enfoques ou compreensões diferentes, ver mesmo díspares e contraditórias, compreendemos que são resultado de profunda observação e acúmulo realizado dentro dos ensejos próprios da história do pensamento, e não queremos portanto lhes privar de diálogo. Se as apresentamos aqui, porém, é porque as averemos ambas úteis.

A exemplo desse diálogo, e dessa quase mistura intrínseca, é que aquele individualismo que se construiu como um sentido comum (JESSOP, 2017: p. 30) - o que nos lembra a era de predomínio do liberalismo (WALLERSTEIN, 1994) - que tratamos mais acima, presente no Estado do bem-estar keynesiano ou Estado benfeitor, provém do mesmo individualismo que constitui o liberalismo. Trata-se de uma ideologia consolidada em uma história bastante antiga e longa na humanidade ocidental (SIEDENTOP, 2015), que notadamente perpassou pelo momento colonial -

C’était déjà avec la conviction d’être porteurs de la civilisation, qualifiée d’universelle parce qu’ayant vocation à le devenir (conviction fâcheusement entretenue par un christianisme messianique [e nos lembraríamos das bases cristãs do liberalismo (SIEDENTOP, 2015)], que les Européens partirent à la conquête

du monde, qu'ils se livrèrent à des génocides et à d'effroyables destruction [o autor aqui se refere à obra de Eduardo Galeano - *As Veias Abertas da América Latina*] qu'ils anéantirent des civilisations parfois plus anciennes et plus raffinées que la leur, qu'ils imposèrent enfin leur tutelle à d'innombrables peuples vaincus. Ils justifiaient leur domination brutale en affirmant apporter à ces peuples les bienfaits de la civilisation (et du salut éternel).

(...) les Occidentaux usèrent d'une système de légitimation qui demeure aujourd'hui vivace (puisque'il justifie le développement, c'est-à-dire la position internationale qu'ils ont acquise) et dont il faut chercher l'origine dans l'idéologie occidentale qui sous-tend aussi bien le capitalisme que le socialisme (PARTANT, 1997: p. 38)⁶

Ademais, tais raízes liberais, bem como a ideologia, crença ou utopia desenvolvimentista se concretizam, materializam-se em instituições. Resgatamos aqui, nessa ideia, outro autor – Ribeiro (2012), ao se debruçar sobre o diverso *campo do desenvolvimento* de forma que o compreendemos similar à *base social* do Estado, evidenciando-a para além do próprio território nacional, e estabelecendo também o *modo de articulação*, as quais são as instituições do desenvolvimento, as quais julgamos bastante atreladas à sociedade civil (organizações de tipos diversos governamentais e também não-governamentais, “igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras” (RIBEIRO, 2012: p. 199), elabora, também, uma percepção do que, para nós, embasados em Jessop (2017), são relações sociais que constituem o Estado e lhe dão a sua forma:

A estrutura e a dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses, que são articulados por meio de processos históricos de estruturação de redes. (RIBEIRO, 2012: p. 199)

Essa é a construção histórica de uma *seletividade estratégica* (JESSOP, 2017) a qual demonstra o Estado enquanto relação social, conquanto permeado por um equilíbrio de poder. A constituição das referidas redes revela o Estado medrado na história – revela, na verdade, o âmbito formal do Estado. Este é um exemplo, dentro do rol da literatura, que apresenta uma relação entre a ideologia e a formação institucional. Neste caso específico, ela tendo o desenvolvimento por ideologia/utopia, estabelece a relação entre o desenvolvimento e a formação do Estado. A observação que nos apresenta Ribeiro (2012) o coloca, junto a Gilbert Rist (2013) e Partant (1997), no rol de autores que compreendem o desenvolvimento enquanto crença ou ideologia que se quer universalista e se associa à ideia de crescimento – ideia desenvolvida no âmago do liberalismo.

⁶ E nos lembraríamos, então, da consideração sobre os partidos comunistas e o congresso de Bakú (Wallerstein, 1994), assim como, como veremos mais tarde, as críticas ao Partido Comunista Brasileiro que advieram em especial a partir da década de 1960.

Entenderíamos que todas essas raízes liberais – ou as diversas expressões de uma mesma raiz – permeiam o desenvolvimentismo mesmo quando interpretado como antítese à colonização, como superação do subdesenvolvimento ou antítese aos imperialismos renovados do século XX.

À diferença dessas compreensões divergentes do desenvolvimento, entretanto, ou em continuidade, nós procuramos compreender o desenvolvimentismo a partir de sua íntima relação com a história do pensamento, a partir da interpretação nossa de seus pensadores como agentes simbióticos do desenvolvimento e, destarte, sem adotarmos uma compreensão determinista da história sobre a intelectualidade e nem portanto o contrário. Não seria possível, por exemplo, compreendermos hoje que o Terceiro Mundo é expressão do anticolonialismo (TREILLET, 2015; GUITARD, 1965) se, no entanto, autores diversos não tivessem levantado essa voz - na intelectualidade da economia notadamente, como fora a voz da CEPAL, mas em outros espaços também, como fora o Congresso de Bandoeng, todo o acúmulo para a sua realização e o que viera em derivação -; mas não podemos descartar o paralelo contraditório que fora, invariavelmente, a influência dos EUA na construção econômica do Brasil e da América Latina (MARINI, 2012; GANDASEGUI, 2019; MORGENFELD, 2016) notadamente nas mesmas estruturas que caracterizam o desenvolvimentismo ou o Terceiro Mundo. Com a mesma contradição é que entendemos o Estado interventor, o qual caracteriza o desenvolvimento (FONSECA, 2015) e se apresenta como antítese do liberalismo, mesmo que também se nos apresente enquanto expressão renovada desta mesma ideologia (WALLERSTEIN, 1994).

Il faudrait être à la fois philosophe, économiste, et historien, et savoir bâtir une histoire des doctrines économiques telle que l'on n'en a point encore écrit, et qui pourrait servir de base à quelque intime synthèse de l'histoire des idées et de celle des faits! (VILLEY ET NÊME, 1996: p. 7)

É necessário ter em conta as dialéticas que permeiam o âmbito das teorias – ou pelo menos tentar, no prol da consolidação de uma metodologia futuramente melhor.

1.6 Breve revisão de autores do desenvolvimento

O surgimento do debate desenvolvimentista é atrelado aos fatos materiais que o próprio debate percebe. Essa compreensão se enquadra no próprio ambiente o qual estuda, de maneira que não nos é permitido separar a realidade material estudada da intelectualidade que elabora essa concepção e sua percepção.

Com efeito, o surgimento das teorias do desenvolvimento floresce no pós-Segunda Guerra em concomitância à formação de organismos multilaterais –

(...) a Organização das Nações Unidas (ONU), visando a consolidação de uma governança global para o novo contexto geopolítico do pós-guerra, a formulação de acordos internacionais para o crescimento do comércio internacional, sobretudo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e a fundação do Banco Mundial com vistas à reconstrução dos países devastados pelo conflito revelam que o cenário se havia tornado propício a uma espécie de compromisso global em nome da estabilidade econômica pró-crescimento. (NIERDERLE ET RADOMSKY, 2016: p. 7).

Compreendemos esse “compromisso global em nome da estabilidade econômica pró-crescimento” como o wilsonismo (WALLERSTEIN, 1994) – uma mudança discursiva bastante oportuna para a economia norte-americana – e como expressão da ideologia ocidental associada à expansão de mercados (RIST, 2013; PARTANT, 1997), ou simplesmente, em outras palavras, renovação da ideologia liberal (WALLERSTEIN, 1994). É nesse momento que a liberdade se iguala ao crescimento econômico – tal como a liberdade individual permite o alcance – *l'épanouissement* – de todas as capacidades do indivíduo e se traduz como tal na ideia do crescimento econômico. Percebemos essa elaboração das instituições do pós-guerra, portanto, como expressão da renovação da proposta mundial do liberalismo. A ideia da estabilidade, também, repousa sobre a existência destas instituições, as quais representam a organização ou a institucionalização do mercado, notadamente, em detrimento de outras formas de organização da vida sócio-econômica (POLANYI, 2012).

Ribeiro (2012), a partir da compreensão do desenvolvimento enquanto ideologia e utopia – paralelamente a Rist (2013), para quem o desenvolvimento é uma crença ocidental –, compreende que um conjunto de atores providos de interesses, que redes e instituições, se cimentam a partir dessa ideologia/utopia (RIBEIRO, 2012: p. 212). Essa proposição resulta pensar que o desenvolvimentismo precede a formação desses organismos internacionais.

Ademais,

Para países como os Estados Unidos, que tomaram a dianteira dessas negociações, era fundamental buscar aliados para o capitalismo, respondendo aos desafios impostos pela Guerra Fria, pela expansão territorial da União Soviética e pelo avanço do ideário socialista, que conquistava forte apelo em certos segmentos sociais. (NIERDERLE ET RADOMSKY, 2016: p. 7)

O desenvolvimento do capitalismo, assim como o desenvolvimento do socialismo, durante a Guerra Fria, conquanto partam dos mesmos pressupostos ideológicos liberais (WALLERSTEIN, 1994), revelam o desenvolvimento econômico enquanto instrumento

utilizado pelos dois lados para a disputa que medrou o referido conflito. Não obstante, não eram os únicos atores em cena –

Por outro lado, os países latino-americanos encontravam na reconfiguração das relações econômicas e políticas internacionais uma oportunidade para romper com os constrangimentos que historicamente determinavam seu baixo dinamismo econômico. (NIERDERLE *ET* RADOMSKY, 2016: p. 7)

Não poderíamos excluir desse movimento os países africanos e asiáticos que também configuraram o ensejo do Terceiro Mundo (GUITARD, 1965; TREILLET, 2015) – construção mais antiga que a do período que configura o desenvolvimentismo (para o referido período, ver Wallerstein (1994) e Nierderle *et* Radomsky (2016)), vistos os esforços para os Congressos de Bruxelas e de Bierville (para os referidos congressos, ver Guitard (1965)), mas vistos, também, os esforços feitos nos âmbitos do Estado de alguns destes países (MACHADO, 2009), os quais cumpriam o mesmo ensejo de formação nacional e de anticolonialismo (por via econômica e institucional, mais que por via ideária como também fora nos Congressos de Bruxelas, de Bierville e de Bandoeng).

De fato, se “Na América Latina, o sonho da superação do subdesenvolvimento alimentava expectativas e utopias com o progresso industrial” (NIERDERLE *ET* RADOMSKY, 2016: p. 7), era porque com a emergência da República, em concomitância à abolição da escravidão, procurava-se modernizar a sociedade brasileira, que ainda se mantinha de cunho conservador e hierárquico, encontrando no trabalho e no esforço o caminho para o progresso apesar das dificuldades impostas pelo meio (MACHADO, 2009). Constatamos que esse ensejo (o qual teríamos dificuldades em não chamar de desenvolvimentista), estava presente na realidade brasileira muito antes do ano de 1945, como nos indicam Nierderle *et* Radomsky (2016: p. 7), e poderíamos ao menos supor que se encontrava na gênese do desenvolvimento (a mesma gênese que Fonseca (2004) nos apresenta) se outorgarmos ao desenvolvimento, propriamente, desde já o limite inicial dos anos de 1945.

Todavia, já

A Primeira Guerra Mundial provoca uma série de fatores que sacode a velha apatia das nações subdesenvolvidas e as empurra na busca do desenvolvimento econômico. Zamora (1976[1966]) aponta os principais aspectos. Primeiro, a inserção do capitalismo em países subdesenvolvidos os coloca em contato com o padrão de consumo dos países desenvolvidos, o que instiga o desejo da sua população em imitar esse padrão de consumo. O nacionalismo, que ganha forte impulso na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, atina os países subdesenvolvidos a lutar pelo progresso não apenas no campo econômico, mas também no campo político e social, com a finalidade de fortalecer a sua própria nacionalidade. O desenvolvimento para os países subdesenvolvidos passa a ser

considerado como sinônimo de uma profunda transformação de ordem político-social, considerada condição indispensável para a justiça e o progresso. (GUIMIERO E CÊPEDA, 2011: p. 23)

Uma consequência desse processo na intelectualidade econômica foi a formação da teoria do subdesenvolvimento, construída com base em Perroux, Rosenstein-Rodan e Manoilescu, enquanto campo específico da ciência econômica (GUIMIERO E CÊPEDA, 2011: p. 23). Por certo, o ponto de partida da ciência econômica regional, ou ao menos de seu *mainstream*, é a percepção da desigualdade na distribuição espacial seja de atividades, seja de fatores de produção, e tais autores buscariam na racionalidade dos agentes (do Estado notadamente) a resolução de tal situação (ROMÃO NETTO, 2016). Identificamos essa racionalidade dos agentes, notadamente do Estado e das instituições estatais ou econômicas, como âmbito prático do neoinstitucionalismo.

Da mesma forma, podemos compreender que esse processo de liberação nacional que caracterizou o desenvolvimento socialista (WALLERSTEIN, 1994) bem como o “desenvolvimento (econômico) nacional” – ao outorgar uma voz (um voto, nos âmbitos das Organização das Nações Unidas), sob os preceitos do liberalismo, aos países que, no bojo desse mesmo processo, formularam o Terceiro Mundo –, e que entendemos ser esse mesmo processo do nacionalismo ao que se refere Guimiero *et al* (2011), viria a ser o nacionalismo que Fonseca (2004) se refere enquanto pilar fundamental do conceito do desenvolvimento, e que se associa necessariamente à intervenção racional e planejada da sociedade – do Estado.

Mesmo que Fonseca (2004) indique o *nacionalismo* que caracteriza o desenvolvimento provir desde o século XIX e ser de origem brasileira, interpretamos que, ao contrário de Guimiero *et al* (2011), o *nacionalismo* não se inicia com a Primeira Guerra Mundial, mas bem antes, enquanto processo que coincide uma origem nacional e uma origem global – de fato, Guimiero *et al* (2011) explicita que o *nacionalismo* “ganha forte impulso Primeira e na Segunda Guerra Mundial” (GUIMIERO *et* CÊPEDA, 2011: p. 23), de sorte a deixar entender que o *nacionalismo* respectivo precede esses eventos. A ciência econômica só viria a absorver a questão no pós-ssegunda guerra (conforme o apresentado a partir em Nierderle *et* Radomsky (2016: p. 7)).

Ademais,

Outro fator apontado por Zamora (1976[1966]) faz referência a desigual relação comercial entre países produtores de produtos primários e os países industrializados, visto que os preços dos produtos primários são constantemente afetados pelas crises mundiais, dado que é a fonte principal de divisas dos países

subdesenvolvidos. A longo prazo esta relação comercial tende a favorecer os países desenvolvidos devido aos altos preços dos produtos industrializados, enquanto os preços dos produtos primários tendem a decair, se comparados aos produtos industrializados. (GUIMIERO E CÊPEDA, 2011: p. 23)

De fato, a economia de colonização compôs os países respectivos em vistas ao comércio internacional em formação. Para tanto, estruturas artesanais e industriais foram desmanteladas em prol da especialização primária (TREILLET, 2015: p. 45), outorgando a consideração de países periférico a estes.

Além disso, nos países africanos em especial, todo progresso econômico foi estagnado com a colonização. Acrescenta-se as consequências do trabalho forçado tanto na Ásia quanto na América Latina até os dias de hoje. A imposição da monetização da economia viria a agravar a cena, tornando obrigatória a produção para a venda e a apropriação privada de terras comunitárias (TREILLET, 2015: p. 45 – 46). Na América Latina não fora diferente.

Relações econômicas, relações sociais, trocadas firmemente pelo capitalismo trariam consequências: a destruição da coerência dessas sociedades entravando qualquer possibilidade de progresso endógeno legou um Estado impossibilitado de levar a cabo uma industrialização coerente de longa duração. A industrialização, porém, se trata de um círculo vicioso: à mercê da importação de bens de produção, necessitava de reservas em divisas – portanto, manter a especialização primária (TREILLET, 2015: p. 48).

Voltando um pouco no debate e focando no bojo teórico, entrando propriamente no rol de economistas pensadores do desenvolvimento, a sucessão dos momentos históricos tais a Revolução Industrial, a Segunda Guerra Mundial e a referida reconstrução do pós-guerra, foram elementos influenciadores à formação da ideia de desenvolvimento a qual se formulou Rostow. “O conceito de desenvolvimento, segundo Rostow, é vinculado ao crescimento econômico, o qual se daria com a industrialização, significando, portanto, modernização” (CONCEIÇÃO *et al*, 2016: p. 11).

Nós entenderíamos assim uma tripla igualdade: modernização, industrialização e crescimento econômico seriam sinônimos que nos apresentariam uma quarta igualdade comum – a com desenvolvimento: palavra síntese dessas múltiplas igualdades. Quiçá algum destes elementos faltara antes do marco de 1945. Seja como for, o desenvolvimento de um programa econômico aplicado à tipologia do desenvolvimento ganha sustentabilidade após esse marco.

Rostow (1974) terá importância significativa nesse âmbito. Traçando estágios para o desenvolvimento, o autor elabora um passo a passo, quase uma receita, embora embasada na análise de sociedades reais, enquadradas em momentos históricos mais ou menos precisos. De outra maneira que Ragnar Nurse e Gunnar Myrdal, Rostow (1974) observa o desenvolvimento a partir de um ângulo diferente, e conseqüentemente produz uma distinção, no pensamento econômico, entre o pensamento advindo dos países capitalistas centrais do pensamento dos demais, dentro mesmo do bojo do desenvolvimento. (CONCEIÇÃO *et al*, 2016: p. 11)

Aceito, porém, pela ortodoxia, Rostow (1974) entrevê o desenvolvimento atingido mediante a intervenção estatal em setores da economia, em vistas a igualar o crescimento industrial à modernização. Efetivamente, ele elaborou sua análise embasado no momento histórico do pós-guerra, em que se procurava acelerar o crescimento econômico, diminuir a pobreza através da industrialização compulsória e aumentar a renda. À obra centrada nessa conjuntura, se soma a análise econômica de confronto de sociedades diversas, sob a procura do estabelecimento de bases e condições necessárias à modernização. (CONCEIÇÃO *et al*, 2016: p. 11 – 12)

Rostow (1974) estabelece o crescimento econômico (ou o desenvolvimento) atingível por cinco etapas – de sorte a poder classificar as sociedades. Seriam elas: a sociedade tradicional, as condições para a decolagem, a especialização do trabalho, a decolagem, o caminho para a maturidade, e o consumo em massa. (CONCEIÇÃO *et al*, 2016: p. 13; ROSTOW, 1974)

Percebe-se um pensamento assaz evolucionista que entende o desenvolvimento como situação estável a ser alcançada mediante uma via única. Seria com essa compreensão, embasada nos valores universais do consumismo e da evolução contínua, que alguns autores percebem uma ideologia ocidental.

Ademais, seguir à risca a receita rostowiana levou à dívida externa e à disparidade social extremada em alguns países. De igual modo, a atuação estatal em prol desse desenvolvimento muitas vezes ultrapassou os limites que são as ditaduras. (CONCEIÇÃO *et al*, 2016: p. 15)

Mas o evolucionismo também esteve nas obras de Schumpeter, pois se trata antes da inovação ou da organização dos sistemas produtivos mediante a inovação (PIVOTO *et al*: 2016: p. 17 - 27). Consideraríamos, também, que o empreendedorismo que a teoria

schumpeteriana requer para sustentar o desenvolvimento somente é encontrado em certas configurações sócio-econômicas não presentes nos países ditos em desenvolvimento. Como Rostow, Schumpeter se enquadra nestes teóricos que pensam o desenvolvimento a partir do que poderíamos nós chamar, a partir de Boaventura de Sousa Santos (2010), de norte epistemológico.

Consideraríamos, também, que o empreendedorismo que a teoria schumpeteriana requer para o desenvolvimento somente é encontrado em certas configurações sócio-econômicas que não configuram, necessariamente, os países ditos em desenvolvimento e também não, necessariamente, os países desenvolvidos. Como Rostow (1974), Schumpeter se enquadra nestes teóricos que pensam o desenvolvimento do que poderíamos nós chamar, a partir de Boaventura de Sousa Santos (2010), de norte epistemológico.

Apresentando aqui Rostow (1974) e Schumpeter, percebemos que a compreensão desenvolvimentista se distingue pelo menos em duas interpretações divergentes: esta primeira, a qual subentende a via única do processo, universal, a ser seguida à risca por todos os países do mundo; e a segunda, acreditando na diversidade histórica e estrutural que apresenta cada país, entrevê à realidade local um processo econômico diferente daquele entretido, historicamente, pelos países já desenvolvidos.

Neste momento, percebemos que a compreensão desenvolvimentista se distingue pelo menos em duas interpretações divergentes: esta primeira, a qual subentende a via única do processo, universal, a ser seguida à risca por todos os países do mundo; e a segunda, acreditando na diversidade histórica e estrutural que apresenta cada país, entrevê à realidade local um processo econômico diferente daquele entretido, historicamente, pelos países já desenvolvidos.

De modo algum uma compreensão suplanta a outra no tempo – foram quiçá concomitantes, mas o que há de certo é que fora esta segunda que pautou, à CEPAL, o desenvolvimentismo brasileiro até meados dos anos de 1960, quando houve a *crise do desenvolvimentismo brasileiro* (BIELSHOVSKY, 1996). Porém,

a ideologia de Rostow permeia pertinazmente as discussões sobre desenvolvimento. No caso da agricultura, ela encontrou sua expressão maior nas políticas de modernização levadas a cabo desde os anos 60, as quais têm como pressuposto a ideia de que os sistemas tradicionais de produção, tidos de antemão por atrasados, necessitam ser substituídos pela moderna agricultura tecnificada, com vistas a sustentar um elevado padrão de desenvolvimento industrial. Isso se deu com a vigorosa intervenção do Estado, nas áreas de crédito, pesquisa, extensão rural, etc., visando a promover mudanças técnicas, políticas e mesmo socioculturais, com o intuito de inculcar um novo espírito capitalista em um meio

rural até então qualificado como sendo sinônimo de atraso [...]. (CONCEIÇÃO *et al.*, 2016: p. 15)

Com Hirschman e Furtado, observamos outro grupo de pensadores que, avessos ao caminho único para o desenvolvimento, consolidaram uma compreensão de que o próprio pensar desenvolvimentista tem de ser elaborado nos meandros da realidade à qual ele se refere. Hirschman se estabelece na intelectualidade econômica como principal defensor do que será chamado de economia do desenvolvimento. Porém é, ao mesmo tempo, um de seus maiores críticos. Com efeito, o autor se opõe àquela visão do caminho único, e roga pela observação das particularidades históricas referentes a cada país.

Nesse sentido, Hirschman designou algumas características à então chamada economia do desenvolvimento, as quais são (NIERDELE *ET AL.*, 2016: p. 46): a rejeição ao monoeconomismo, inscrevendo-se assim à tradição keynesiana; a crítica ao princípio da reciprocidade das vantagens nas relações econômicas entretidas entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, de sorte a crer, contrariamente aos economistas mais liberais, na inexistência de benefícios das leis de mercado ao nível do comércio internacional e, assim, aproximando-se da teoria cepalina da deterioração dos termos de troca.

A economia do desenvolvimento se volta para a resolução desses entraves ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, resolução que perpassaria necessariamente pela industrialização conduzida pelo Estado.

Paralelamente, a tipologia “centro-periferia” (PREBISCH, 1949) provém dessa percepção de que cada setor executa um papel novo no capitalismo. Nesse rol de atores, a periferia assume o aspecto de produtora de matéria prima e produtos primários, conquanto o centro assuma a tarefa da metrópole. Somente em finais do século XIX que tais países iniciariam um processo de industrialização.

É nesse sentido que a produção primária vem a ser de suma importância para o desenvolvimento industrial. O início da agroindústria, na América Latina, pôde impulsionar de início tal processo, aumentando as exportações para as nações ditas desenvolvidas. Consequência fora o aumento da necessidade de mão de obra, do que se aumentava a renda da população. Porém, as exportações eram insuficientes para suprir o desfalque da balança comercial com o alto nível de importação. (PREBISCH, 1949)

É a industrialização tardia que viria a explicar a baixa exportação. A elasticidade da renda da demanda acarretou na deterioração dos termos de troca – a demanda de produtos

manufaturados se tornou maior que a de bens primários, mediante aumento de renda da população. Esses países só vieram a se tornar exportadores a partir da produção dessas matérias primas e do crescimento da agroindústria, no entremeio das duas grandes guerras, e com a grande demanda decorrente, que os países da América Latina puderam se tornar exportadores. Isso criou uma relação de dependência entre esses países periféricos e os desenvolvidos - relação tal que, com a alta concorrência interna na América Latina e a alta demanda por manufaturados, fez com que os preços de produtos primários tendessem a cair. Por fim, trata-se de imensa discrepância entre as condições de vida dos países ditos centrais e dos ditos periféricos - os primeiros a exportarem a preços baixos e importarem a altos, do que se encadeava a diminuição de salários. (PREBISCH, 1949)

Com esse rol de autores, a ciência econômica do desenvolvimento se volta para a resolução desses entraves ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, que perpassaria necessariamente pela industrialização conduzida pelo Estado.

1.7 Considerações sobre a Sustentabilidade do Desenvolvimentismo hodierno

Diante da bibliografia extensa que confere ao desenvolvimentismo a sua diversidade, percebe-se algumas tendências diferentes que se apresentam entre elas as principais: as teorias da modernização (Parsons; Rostow (1974); Eisenstadt; Schumpeter; entre outros), a teoria da dependência (CARDOSO *et* FALETO, 2000; Tavares; Oliveira; Singer; Sunkel; Paz; Rodriguez; Marini (2012); dos Santos; Bamberger; Sader; Frank; Amin; Galtung; entre outros) e o desenvolvimento sustentável (Schumacher; Carson; Boulding; Georgescu-Roegen; Daly; Odum ; entre outros). Repartidas nos recortes da história, elas não são alheias ao mundo que as envolve – mundo pautado pela própria prática desenvolvimentista –, e percebe-se que das críticas sempre renovadas estabelecidas no seu bojo, há uma dinâmica própria que lhe permite a subsistência nesta continuada renovação crítica.

Dessa forma, é correto inferir que o desenvolvimentismo surge no pós-guerra (WALLERSTEIN, 1994; NIERDERLE *et* RADOMSKY, 2016) – mas também é correto dizer que surge antes (FONSECA, 2004; PEREIRA *et* MENEZES, 2008), no Terceiro Mundo: num intento independentista, econômico e antirracista para superar as heranças da colonização (GUITARD, 1965; TREILLET, 2015). Ainda mais antiga pode ser identificada a sua gênese: no Brasil, no século XIX, culminando na experiência de modernização do Estado iniciada com Vargas (FONSECA, 2015).

Todavia, é o contexto do pós-guerra que consolida esses elementos em uma teoria: a teoria da modernização. É quando o conceito do desenvolvimento é vinculado ao crescimento econômico, viável apenas pela industrialização, a qual significa modernização

(CONCEIÇÃO *et AL*, 2016; ROSTOW, 1974). Podemos enquadrá-la no que Sousa Santos (2010) chama de norte epistemológico – partindo do ocidente, num processo de expansão de mercados associado à ideologia universalista, opondo pré-moderno a moderno, selvagem a civilizado (RIST, 2013; PARTANT, 1997): concepção na qual a modernização é colocada como processo irreversível e necessário em mudança social unidirecional, mediante planejamento racional.

Porém, aquele intento independentista ganhou significações novas, já relativas aos imperialismos renovados – com Hirschman (NIERDELE *et RADOMSKY*, 2016) e Furtado, consolida-se a compreensão de que o pensar desenvolvimentista deve ser elaborado a partir da realidade à qual se refere. Em um rico processo teórico, os primeiros passos para fora da teoria da modernização foram dados. Consagradas nas ciências econômicas, outras palavras puderam ser usadas: substituição de importações e diferença dos termos de troca (PREBISCH, 1949; TREILLET, 2015; MANTEGA, 1995; ESCOBAR, 2007). Essa discordância sobre o comércio internacional veio a abalar a teoria da modernização.

Mas não demorou para que o nacional-desenvolvimentismo decepcionasse: outra análise crítica surge frente ao crescimento das desigualdades (MANTEGA, 1995; BIESCHOVSKY, 1996) – frustrações com a atuação da teoria da modernização, da qual a CEPAL fora expressão última, quase renovada: carregava consigo a anterior visão teleológica da história, na qual o subdesenvolvimento é a presença de estruturas arcaicas ao capitalismo. É uma visão de cunho liberal, própria da teoria da modernização, mas que também é uma interpretação marxista (HARMAN, 1998). Por efeito, interpreta-se que o Estado se torna sujeito da história conforme supera as classes sociais, encaminhando-lhes ao progresso – ideia que culmina e justifica autoritarismos.

Surge então Caio Prado Júnior em ruptura com as teses do feudalismo⁷ ao elaborar a do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Gunder Frank traz um debate feito pela nova esquerda norte-americana e Marini (2012) elabora a teoria da superexploração dos trabalhadores periféricos, que culmina com a tese do subimperialismo brasileiro. (MANTEGA, 1995)

Nasce a teoria da dependência dentro de um arcabouço intelectual diversificado diante do fatalismo anterior, procurando soluções ao desenvolvimento capitalista, mesmo

⁷ Caio Prado já estava presente no debate público desde a década de 1930.

que não autônomo nem nacional, pois que se liga dependente e associado ao capital estrangeiro (MANTEGA, 1995; CARDOSO *et* FALETTO, 2000). Considera a heterogeneidade e violência estrutural e o *surplus* para explicar, ainda, a falta de desenvolvimento; mas não mais enquanto etapa, mas como processo funcional histórico da formação do capitalismo (CARNOY, 1988). Ainda que de um ponto de vista diferente à teoria da modernização, a teoria da dependência resgatava a centralidade do comércio e da industrialização capitaneada pelo Estado.

Todavia, a hegemonia do desenvolvimento sob a crença do crescimento constante de bens que culmina na antecipação de um futuro melhor, somente se consolidou em uma dupla ilusão: infinidade dos recursos naturais, e prosperidade material para todos mediante universalização do modo de produção ocidental (RIST, 2013).

É com o desenvolvimento sustentável que essas ilusões procuram ser questionadas, despindo-se da ideologia ocidental, pois não mais sob os auspícios da modernização tal qual antes entendida, mas sob os auspícios da equidade e responsabilidade ecológica⁸. Diferente assim das teorias precedentes, talvez o desenvolvimento sustentável tenha conseguido tirar do desenvolvimentismo o que lhe havia de liberalismo e autoritarismo: tenha sido a ruptura final e conclusiva. Mas não seria isso completamente distante – tão distante quanto é o contexto de toda outra era (WALLERSTEIN, 1994) – do desenvolvimento, enquanto conceito e prática?

Ou, quiçá, o desenvolvimento sustentável não vem a ser mais uma ruptura no âmago do desenvolvimentismo – como tantas outras antes –, que converge, sob a renovação das esperanças, outra vez a ideologia ocidental?

Apesar de tudo, compreendemos que o desenvolvimentismo pautou o Estado – como também tem sido pautado por ele. Não só um programa foi elaborado, mas a arquitetura estatal também. Propriamente, percebe-se o estabelecimento de um Estado desenvolvimentista (FERGUSON, 1996) do qual herdamos muito no século XXI. Porém, seria possível dizer que o desenvolvimentismo continua a dar sua palavra sobre o Estado? Termos herdado um conjunto de instituições e saberes não confere necessariamente uma tendência para o devir estatal. Talvez em algum momento fosse pertinente procurarmos essa

⁸ Vide a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92); a Agenda 21 e a Agenda 21 Brasil; a Convenção Quatro das Nações Unidas sobre Mudança Climática; A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972)

ruptura: quando o Estado deixa de ser pautado pelo desenvolvimentismo e tateia rumos novos – “o fim era da dominância da ideologia liberal” (WALLERSTEIN, 1994).

Não se trata de desselarmos a tendência histórica que segue a formação estatal, mas – afastando-nos de todo determinismo histórico – percebermos os meandros das correlações de forças na construção do futuro e do próprio Estado. É certo que recentemente se nos apresenta uma ideologia autoritária, cuja expressão econômica é pior que um neoliberalismo (e que ao Estado dá outros rumos (COMIN, 2017)) – desconstrução das heranças deixadas pelo período desenvolvimentista, nota-se –; mas por outro lado, há outro projeto, gestado no âmago das experiências de resistência e das experiências alternativas ao capitalismo, e que, também, estão longe de querer resgatar as experiências e formas do desenvolvimento, mas procura construir um Estado diferente (LINERA, 2010), o Estado-novíssimo-movimento-social (SANTOS, 2002).

De fato, as novas práticas democráticas que acompanham o estabelecimento deste Estado colocam a tônica da democracia nos movimentos sociais (rompendo com a tradição individualista da “democracia liberal”, à qual o desenvolvimento tanto se apega (WALLERSTEIN, 1994)). Diz-se respeito ao Orçamento Participativo municipal (DUTRA *et* BENEVIDES, 2001; TATAGIBA *et al*, 2013; FPA, 2012; CON, 2013), à democratização das tarefas de coordenação e à fiscalidade participativa (SANTOS, 2002), à e-democracia (MARQUES, 2014; BIMBER, 2001), ao Plano Diretor Participativo (PDP) das cidades (BURNETT, 2011) e, até mesmo, a novas formas representativas de acesso ao Estado (LINERA, 2011; JESSOP, 2017) etc.: instituições longe do escopo desenvolvimentista, que não o reproduzem, mas que lhe tomam como ponto de partida em certa medida, assim bem como partem da disputa com o outro referido projeto.

Notemos, ainda, as particularidades históricas e estruturais diversificadas no âmago das dinâmicas regionais, que conformam formações sociais específicas – em oposição ao puro modelo do modo de produção –, e que devem ser levadas em conta na construção de uma via de mudança social sistêmica. Essa observação (mediada pelo Estado) da realidade econômica, porém, só é possível mediante uma resultante precisa da correlação de forças que designe ao Estado uma seletividade estratégica (JESSOP, 2017) capaz de observar esses sujeitos e processos socioeconômicos regionais esquecidos e mitigados pelas ideologias

correntes associadas ao desenvolvimentismo e ao final da década de 80⁹ (COSTA, 2012; COSTA, 2016), estabelecendo institucionalidades novas (COSTA, 2016), integrando-os à institucionalidade estatal.

Nessa ótica das correlações de forças, o desenvolvimentismo não está nos horizontes tangíveis pela construção da disputa. Disputa, inclusive, pelas utopias – que hoje são diferentes (VEIGA, 2017) –, pela visão hegemônica enquanto dimensão do Estado (JESSOP, 2017) –, já bastante distantes daquela utopia/ideologia (RIST, 2013; PARTANT, 1997) que guiou o desenvolvimentismo no século XX.

Tendo o desenvolvimento enquanto utopia ou ideologia ocidental, nos questionamos se a construção do futuro – por intermédio da construção do Estado e de sua atuação – se dará pelo retorno a essa ideologia, ou se não cabe erguer ideologias novas para este século. Ideologias, diga-se, que interpretam o Estado e a economia, que excluem e incluem sujeitos e processos, que priorizam e se embasam em determinadas relações de produção e de propriedade e, conseqüentemente, requerem e produzem estruturas materiais da reprodução social, garantindo-lhe a sua sustentabilidade.

Os diversos desenvolvimentismos estiveram reunidos durante o século XX, embora não raramente em contradição, e por seus processos críticos garantindo sua continuidade em um escopo dinâmico. Foi esse processo que pautou um modelo de Estado, o qual, hoje, dos conflitos sociais e do momento histórico, não parece fazer mais sentido (WALLERSTEIN, 1994). Está em nossa bagagem, é verdade – mas quiçá não está à nossa frente.

Nenhuma, das inúmeras críticas que o desenvolvimento angaria ao longo de seu percurso na história do pensamento, lhe deu um fim. Pelo contrário: foram rupturas para continuações, renovações, que abriram novos ciclos de utopias, de vontades, de sonhos que se materializaram em formas institucionais e políticas públicas. Quem sabe se o desenvolvimento sustentável, como seus precedentes, não tenha vindo reacender a chama do desenvolvimentismo na velha lareira da ideologia ocidental – ou tenha, por outro lado, resgatado o jargão do desenvolvimento para um sentido novo.

⁹ Enquanto ideologia, trata-se do economicismo estruturalista, do ecologismo e do neoliberalismo. (COSTA, 2012)

Capítulo 2

Ontologias do pensamento político e social brasileiro

Até aqui, pudemos perceber a cisão que o desenvolvimentismo apresentou contra o modelo oligárquico de Estado. Elencando as características dos modelos e pensamentos desenvolvimentistas, classificando-os em quadros comparativos, procuramos entrever em ambos os modelos e as junções que, apesar de um movimento disjuntivo, ainda lhes mantinham conectas em uma continuidade histórica e racional. Hoje, podemos melhor completar esse quadro, alocando-lhe atores e autores, fincando-lhe em problemáticas maiores da sociedade brasileira, creditando-lhe estruturas desfeitas e refeitas sob o movimento só da história. É um passo longo este que almejamos, longo no que abarca tantas décadas de pensamento social brasileiro, longo no que abarca diferentes formas que a estrutura estatal brasileira já tomou – e para tanto, escolhemos perfazer este trabalho em divisões, não para tanto autoritárias.

2.1 Elementos gerais para uma ontologia do pensamento político e social brasileiro

O pensamento político e social brasileiro se iniciou como certa configuração ou extensão do pensamento lusitano. Essa extensão objetivava a conceituação dos “novos” povos da América, com os quais os portugueses entravam em contato. Essa conceituação dos povos é contextualizada no escopo maior da história da Península Ibérica e de Portugal e suas colônias. Consequentemente, a mestiçagem, o povo e a escravidão foram os temas prediletos do iniciante pensamento político e social brasileiro (WEFFORT, 2011).

Será somente após a independência que um pensamento mais centrado no país emerge (FAORO, 1987) sem, para tanto, tanger a questão racial – o que ocorrerá somente no momento da abolição da escravidão (SKIDMORE, 2012). Esse pensamento novo, porém, é voltado para o estabelecimento de referências à nação recém-independente, longe de se interessar em interpretar o país (RICUPERO, 2008).

Ora, toda a tradição brasileira de busca de identidade nacional demonstra, em seus textos fundamentais, um propósito muito mais amplo do que o de simplesmente descrever ou definir a nação. Sua ambição é a de suprir certas carências que impediriam os brasileiros de ocuparem o lugar de agentes da construção de seu próprio destino nacional, reduzindo a posição de dependência cultural externa em que se encontravam (ou ainda se encontram) acuados. (SOUSA, 1994: p. 18).

Nesse momento que precede a inauguração da teoria social brasileira, que precede a consolidação do sistema universitário, ainda quando a reflexão versava sobre o “deve ser” do Brasil, o pensamento político e social do país se constituía nas formas de um discurso jurídico, o qual se preocupava, antes de tudo, na problemática da consolidação do Estado nacional, visando a sustentação de propostas de reformas constitucionais, e contribuiu de fato nesse sentido através de autores tais Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Francisco Campos e Nestor Duarte, os quais se preocupavam com o tema do Estado nacional brasileiro ou, aliás, com a sua inexistência (LAMOUNIER, 1982 *apud* IASULAITIS, 2016).

A preocupação com a formação de um Estado nacional não vinha a ser aleatória para a geração intelectual dos anos de 1920, e a prática do discurso jurídico se revelava mais questão de método, porquanto, em parte, tratava-se de técnico-intelectuais atuantes no bojo do próprio aparelho estatal e que, em sua atuação política, procuravam dar esse sentido novo ao Estado, reorientando-o juridicamente, de forma a mais técnica possível, a partir das bases estabelecidas com a Constituição de 1891, e acusando, por efeito e por princípio, as orientações liberais que culminaram no pacto oligárquico, nos seus procedimentos, fossem eles constitucionais, mas fossem também eles inconstitucionais. Por suposto, o nome mais relevante desse movimento fora o de Alberto Torres. (MESQUITA, 2012: p. 26)

Chamamos atenção para o fato de que esse discurso jurídico não é o único em cena a querer fazer a nação brasileira, pois paralelamente,

A literatura do Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexiste nas literaturas dos países de velha cultura. Nelas os vínculos neste sentido são os que prendem necessariamente as produções do espírito ao conjunto das produções culturais; mas não a consciência, ou a intensão, de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura. (CANDIDO, 1981: p. 18, *apud* SOUSA, 1994: p. 20)

Percebemos assim que se trata de um movimento maior, que nos apressaríamos em chamar de movimento de sociedade, ou pelo menos de movimento de intelectualidade. Se bem os discursos jurídicos e os discursos literários dizem respeito a categorias intelectuais diferentes, consideramo-las nesse mesmo bojo que se esforça – nos seus respectivos meios diferentes – de definir o Brasil no trabalho de construção da dupla dimensão da identidade.

Pois, se, por certo, definíssemos o Brasil pela diferença, faltava ainda a sua definição de si para si – ou, como nos ensina bem Ortiz, lembrado por Souza (1994: p. 19), faltava dizer o que constitui, propriamente, essa diferença. É precisamente no teor da diferença, ou aliás no conteúdo do nacional, que o debate se fez.

[...] no que se refere ao Brasil, é surpreendente que pessoas que descendem fundamentalmente de colonizadores ou de colonos emigrados, cuja situação sócio-econômica e cultural é tributária desta origem, possam tão facilmente exprimir o sentimento de se sentirem oprimidos por uma empresa de colonização estrangeira, da qual, na realidade, são muito mais representantes do que vítimas.

É necessário lembrar, de início, que a colonização do Brasil, em sua essência, com a ressalva do esforço jesuíta, teve muito mais o caráter de uma colonização territorial do que uma colonização de culturas nativas. Os índios foram exterminados, expulsos ou assimilados do que propriamente colonizados. Também, no que diz respeito aos africanos, a violência foi muito maior do que aqui está em jogo na imposição de uma cultura alheia: foram aprisionados, retirados à força do lugar em que haviam vividos seus antepassados e escravizados. Tratá-los como colonizados é, além de uma tentativa de adoçar a pílula, perder de vista a particularidade da situação: toda a luta dos negros brasileiros para revitalizar suas tradições africanas não tem como origem a revolta contra a colonização, mas contra a escravidão. (Souza, 1994: p. 29-30)

Se essa “paixão em se mostrar colonizado” (Calligaris, 1991: 163-164 *apud* Souza, 1994) é um movimento intelectual que já se encontra na formação da literatura brasileira e se encontra ainda hoje, de maneira já homogênea, podemos chegar à conclusão de que esse mesmo sentimento esteve presente na formulação de demais trajetórias intelectuais brasileiras. É nesse sentido que podemos nos lembrar dos processos intelectuais contraditórios do bojo desenvolvimentista no país – um movimento anticolonial terceiro-mundista num pós-guerra quase longínquo, seguido de um movimento crítico mas ainda desenvolvimentista. Fora precisamente esta crítica feita à CEPAL, a qual poderíamos encontrar uma tradução apropriada nas palavras de Souza (1994):

[os descendentes de europeus] em solo americano, encontrem dificuldades na afirmação de sua filiação, vendo-se obrigados, para adquirirem identidade, a inventar para si uma tradição fundada na recusa de valores que no entanto lhes são essenciais” (p. 30)

Esse específico desenvolvimentismo brasileiro – que questionaríamos ser o primeiro – antes fazer esse movimento original de se voltar à metrópole para contradizê-la, resgata essa tradição latino-americana de afirmar a diferenciação para consolidar o todo nacional. Nacional-desenvolvimentismo junta essa tendência nacionalista nesse esforço, mas traduzido em pauta econômica. Nacional-desenvolvimentismo, não para superar de vez a Europa, mas para renovar a tradição “como esses adolescentes mal seguros, que negam a dívida aos pais e chegam a mudar de sobrenome” (CANDIDO, 1981: P. 28 *apud* Souza, 1994, p. 23). Não fora essa precisamente a crítica que Mantega, ao abordar as consequências sociais e econômicas desse desenvolvimentismo no Brasil, endereçou à CEPAL? Ou não fora essa a renovação dos colonialismos no âmago próprio da colônia – as fronteiras evidentes que divide o Norte do Sul, mas que executam também, no profundo ser do Sul, a mesma divisão (SANTOS, 2010; MENESES, 2009).

A literatura hispano-americana consegue formular sua própria identidade no início do século XIX. Porém,

(...) não voltam os seus olhos em direção à sua terra e sim em direção a Paris. Partem em busca do presente. Os primeiros escritores hispano-americanos que tiveram consciência de si mesmos e de sua singularidade histórica formaram uma geração de desterrados. [...] Literatura de evasão e, portanto, tentativa de fusão com a vida moderna, esforço de recuperação do presente. Queriam estar ‘ao corrente’, estar dentro da corrente universal” (PAZ, 1990: p. 128 apud SOUZA, 1994)

A historiografia brasileira em muito procurou desselar o país a partir da história do litoral brasileiro. O resgate do interior do país se fará somente no final do século XIX, colocando à frente problemáticas tais a da mestiçagem, apresentando-a como o cerne da identidade brasileira. Resgata-se, também, determinadas experiências de fronteiras, tal o bandeirante a constituir a identidade paulista e se propor, de então, uma identidade brasileira pelo desbravamento e descobrimento do interior do país – o processo do trabalho da terra não lavrada e a identificação com a terra por meio do processo de trabalho conformariam o sentimento necessário à formulação da nacionalidade.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) teve, por efeito, um foco preponderante sobre a história e as expressões coloniais. O século XIX é de reflexão sobre a identidade do Brasil, dada a sua identidade política estabelecida no debate internacional. É em oposição que o final do século desvela um pensamento outro, outorgado nos processos federativos, regionalistas e descentralizados que lidavam com a mesma problemática para si: a da mestiçagem, a da herança da escravidão e a da herança de sua abolição. É nessa pauta – então evidenciada – que, primeiro, surge o argumento de que o processo de miscigenação compele a um atraso eterno do país frente às grandes potências europeias e ao mundo desenvolvido; mas surge, logo após, o argumento contrário: que a miscigenação é a saída àqueles aos herdados. Seja como for, o debate que circunda a transição do século XIX ao século XX atesta a miscigenação.

No seio desse debate, alguns autores, tal José Veríssimo, defenderão a migração europeia para fomentar o branqueamento do processo de miscigenação. Com Gilberto Freyre, o debate muda – advindo imerso nessas discussões desses autores, ele vem a defender uma visão de diferente de identidade, dando a ela uma “virada de chave” no que se via como negativo transformar-se em, não meramente positivo, mas capacidade. Atrelada a essa questão, advinha também a questão da regionalidade e, no momento em que anda a ocorrer um debate positivista sobre desenvolvimento, sobre um futuro positivista, Freyre questiona a possibilidade do alcance fácil da modernidade – aterrar o passado se denota uma tarefa

difícil – e propõe algo inteiramente novo ao pensamento brasileiro: o processo de construção da identidade cultural regional, formulada no trabalhar e conhecer a terra (evidentemente tão e regionalmente diversa na vastidão nacional) que é, também, um processo de adaptação do homem à terra.

Paralelamente, circulava pelo mundo um afã naturalista em oposição aos romantismos precedentes, uma vontade por ciência expressa também na literatura e expressa na própria forma de elaborar e demonstrar o pensamento. Opõe-se, nesse intento, um Brasil idealizado – representado não raras vezes pelos tempos do Império – a um Brasil material dos interiores.

É extenso o debate intelectual, em seus diversos níveis, da literatura à política, passando pela medicina, pelo direito, pelo jornalismo, pelas narrativas naturalistas e pelas afobações militares, a respeito do Brasil.

Essa reflexão nos permite ir ao encontro de Benedict Anderson (1983) e ao seu debate sobre as “comunidades imaginadas”. Embora não seja estritamente um teórico hermenêutico, Anderson produz um diálogo interessante, ao explorar a formação das identidades nacionais como construções sociais e ao discutir como as narrativas e a linguagem desempenham um papel central nesse processo. No centro dessa perspectiva está, justamente, a questão da idealização da identidade cultural e territorial, de onde também se pode cotejar a construção social da ideia de Brasil.

Tal pensamento não se encontra distante da obra de Martin Heidegger (2012), para quem a hermenêutica não é apenas uma técnica de interpretação, mas uma maneira de ser-no-mundo, e, portanto, uma abordagem filosófica que revela como a compreensão está enraizada na existência humana (2012). Com isso queremos dizer que as interpretações sobre o “ser” do Brasil, embora ideológicas, embora atravessadas por escolas de pensamento, contextos específicos das épocas em que foram produzidas e embora produzidas a partir de experiências profissionais e inserções sociais específicas, tendem a se constituir como “verdade” para os autores que as produzem. Elas tendem a se constituir como buscas – ou explorações, construções – por um determinado ser. Como coloca Heidegger (2012), a hermenêutica não trata apenas de entender palavras, mas de compreender o ser, o mundo e a própria existência: o ser do Brasil não deve ser visto fora dos sujeitos que o elaboram.

2.2 A Discussão Desenvolvimentista no Brasil

Elencamos nesta sessão alguns autores chaves para a compreensão do tema do desenvolvimento brasileiro. Estabelecer um diálogo entre tais requer estabelecer os parâmetros desse diálogo, pois que não são autores que se versam sobre as mesmas problemáticas e nem mesmo com a mesma metodologia ou referencial teórico. Utilizaremos Guido Mantega (1995), Pedro Fonseca (2004), Bielschovsky (1996), Gustavo Lins Ribeiro (2012) e Flávio Rabelo Versiani (2010). Cabe-nos deixar em evidência as diferenças entre tais autores: uns se versam sobre a história do pensamento da economia política brasileira (MANTEGA, 1995; BIELCHOVSKY, 1996), compreendendo o desenvolvimentismo exclusivamente pela perspectiva cepalina (BIELCHOVSKY, 1996); outros, irão estudar exclusivamente o desenvolvimentismo brasileiro o compreendendo como formação ideológica (FONSECA, 2004; FONSECA, 2015; RIBEIRO, 2012), distanciando-o da discussão da economia política.

De fato, Mantega (1995) não quer fazer uma teoria do desenvolvimento – sua preocupação se versa muito mais na história do pensamento da economia política do Brasil. Por isso, podemos estabelecer um diálogo direto entre Mantega (1995) e Bielchóvsky (1996). Mas, por outro lado, precisamos ter maior cautela ao trazermos para a mesma discussão Fonseca (2004) e Ribeiro (2012). Estes dois últimos tratam diretamente do desenvolvimento. Fonseca (2004) procura realizar uma análise dos governos – o que foi o governo desenvolvimentista. O campo das ideias, abordado por Mantega (1995) e Bielchóvsky (1996), não se refletem necessariamente no Governo ou no Estado. Ao contrário deles, Fonseca se interessa pela ideia dos gestores, não dos pensadores. Preocupa-se com as ideias de Vargas, de Kubitscheck, de quem executa o desenvolvimentismo. Encontramos em Ribeiro um meio termo, pois que este associa o desenvolvimento a uma crença associada à estrutura de expansão de mercados – referindo-se em grande medida a técnicos mas, necessariamente, crença que se reproduz na intelectualidade. Seja como for, usaremos Fonseca (2004) para entrevermos a gênese do desenvolvimento – ou as ideias, econômicas e políticas inclusive, que lhe possibilitou a nascer. Com Mantega e Versiani, exploraremos um pouco do pensamento econômico e do debate entremeado estabelecido durante o período do desenvolvimentismo. Trataremos, em síntese, de ideias que circundam o desenvolvimento e que lhe dão sustância do que, propriamente, a concepção desenvolvimentista.

Com efeito, compreendemos a existência de uma relação entre a formação da discussão da economia política e a execução de um projeto desenvolvimentista no país através de alguns pontos de ligação. Trataremos de elucidá-los a seguir.

Em primeiro lugar, técnicos, gestores ou pensadores se incluíram dentro do escopo maior do período de longa duração que é o da dominância da ideologia liberal. Compreendemos, nesse sentido, que o fazer do Estado, notadamente na formação do Estado Novo, não dizia apenas respeito aos nomes da literatura, ao *intelectual profeta* (LECLERC, 2003), de cunho *inovador* (LECLERC, 2003), *orgânico* (GRAMSCI, 1997), mas também ao *dissidente* (LECLERC, 2003), àquele respectivo à *inteligência* (Leclerc, 2003) que conformaria, na proposta de um novo Estado, o *expert* (LECLERC, 2003), o novo técnico de Estado capaz de suprir as necessidades novas e oriundos de espaços formativos novos – a universidade, notadamente.

Certamente, essa gama que perfez o conjunto da intelectualidade orgânica, desenvolveu suas expressões vinculadas a essa estrutura histórica de formas diferentes, porém estas formas não deixaram de se encontrar no bojo desse movimento maior de formação do Estado e das bases do desenvolvimentismo. Da mesma maneira, esses sujeitos partiram de realidades diferentes – sejam relativas à formação intelectual, relativas à localidade em que cada atuava etc.. Também, as curtas durações que entremearam suas vidas e atuações, seja no bojo do desenvolvimentismo, seja no bojo da formação da discussão sobre a economia política brasileira, respeitaram a dialógica entretida entre as curtas durações, as médias e as longas. Ademais, admitimos a coexistências de durações médias – concomitantemente ao tempo do desenvolvimento, duravam também outras: a do regionalismo, a do pós-guerra, a de certa democratização da vida pública brasileira, a da formação da economia política enquanto ciência no Brasil. Admitimos possível que estas médias durações tenham dialogado entre si – isso, pois que atuam na mesma realidade material e intelectual, já estruturada pela mesma longa duração às quais estas médias dizem respeito.

A formação dos técnicos que estiveram presentes em toda sorte de instituição responsável pelo desenvolvimento não poderia escapar do meio intelectual que os rodeia – em especial quando foram formados academicamente no meio que elaborou a discussão da economia política. Podemos dar o exemplo do IBGE, porquanto fosse ocupado por técnicos e gestores formados nas universidades consequentes à política educacional que Vargas

implementou no país. Também, a *seletividade estratégica* do Estado seleciona seus quadros, os burocratas, consagrando os *experts* (LECLERC, 2003), notadamente aqueles que condizem com o *projeto de Estado* entretido pelo próprio *aparato estatal* – exemplo disso são os concursos públicos que, historicamente no Brasil, permitem que uma população, legalmente determinada, possa aceder a um cargo estatal. Um paralelo pode ser retrassado em Ribeiro (2012), ao tratar da burocratização causada pelo próprio desenvolvimento ou por sua instituição.

De fato, o concurso público é um método de seleção de servidores para cargos na administração pública introduzido para substituir os métodos anteriormente utilizados em todas as agências governamentais. Tal instrumento foi transformado em um valor fundamental do serviço público no Brasil, o que se inicia em um paralelo ao período republicano, começando na década de 1930, quando esse modelo de admissão foi disseminado por todo o país, passando pelo regime militar e pela mais recente redemocratização, até 2018.

Tal reforma administrativa se caracteriza como um processo de formação do Estado, e a busca por mérito e racionalidade foi o mote discursivo utilizado como justificativa para o estabelecimento de novas técnicas e práticas governamentais para a admissão ao serviço público, conferindo legitimidade ao método dos concursos públicos.

Além disso, a economia política brasileira se desenvolveu passo a passo com o próprio desenvolvimentismo no mundo. As preocupações que se elaboraram no pós-guerra foram aquelas que elaboraram a economia regional, esta bastante íntima à temática do desenvolvimento, da qual muito se tem por fonte na literatura econômica brasileira. A economia política e a técnica desenvolvimentista beberiam assim das mesmas fontes intelectuais, herdando ao escopo técnico o caráter secular e sagrado advindo do recolhimento intelectual de suas fontes teóricas, secular e sagrado por dar ao técnico de Estado, ao *expert* (Leclerc, 2003), ao *modo de intervenção* (JESSOP, 2017), um sentido e um papel subjetivo – um *projeto de Estado* (JESSOP, 2017) – na construção do Estado.

De fato, tanto a técnica desenvolvimentista ou, aliás, a sua institucionalização (como o planejamento, o saber-fazer planejador, as instituições referentes tais o DASP e o IBGE), assim bem como a discussão acerca da economia política, dizem diretamente respeito ao papel do Estado brasileiro e de seu devir. Refletem sobre ele, atuam consequentemente da forma que podem, mas atuam também com ele e através. As ideias e práticas de ambos

grupos comporiam, necessariamente, esse *projeto de Estado* que arquiteta o *modo de articulação* estatal e sua consequente atuação – atuação pautada pela *visão hegemônica* que ambos grupos entretém derivada da longa duração do predomínio da ideologia liberal e, de forma mais específica, por essa duração média que é a renovação do liberalismo que pauta o Estado interventor (o wilsonismo ou, de maneira mais clara, o *desenvolvimento (econômico) nacional* (WALLERSTEIN, 1994)) – e conformariam assim uma única *base social*.

Ademais, Boris Fausto nos diz que “O projeto de industrialização, com exceção de nomes como o de Roberto Simonsen, foi aliás muito mais dos quadros técnicos governamentais do que dos empresários” (FAUSTO, 1995: p. 327). Para Romão Netto (2010, *apud* ROMÃO NETTO (2016)), alguns *autores-atores* (BRANDÃO, 2007 *apud* ROMÃO NETTO, 2016) compreenderam que as estruturas administrativas do Estado podiam influenciar a cultura política da sociedade e atuaram nesse sentido através do Estado. Desta forma, nós podemos conceber que alguns dos pensadores da economia política brasileira (dentre os citados por Romão Netto (2016), é o caso de Bresser Pereira) puderam exercer também o papel de atores. Demais pensadores que atuaram no Estado (Romão Netto (2016) nos fala em Oliveria Vianna, Visconde do Uruguai e Guerreiro Ramos), entretanto, não compuseram a discussão da economia política brasileira, mas participaram ativamente da discussão sobre a administração estatal e a sociedade brasileira e contemplaram temas tal o desenvolvimento econômico nacional. Ademais, notamos que o tema do papel do Estado, relacionado à cultura política ou à democracia, foram temas bastante relevantes na bibliografia brasileira. Precisamente, estes quatro autores que Romão Netto (2016) traz à tona, versaram sobre este tema elaborando

percepções de como interferir nos processos de desenvolvimento econômico da nação como na cultura política da sociedade a partir das reformas das instituições político-administrativas brasileiras, supondo tanto o possível fortalecimento de uma cultura política democrática a partir do desenvolvimento econômico, quanto a premência de uma cultura política particular para fazer persistir a democracia e encaminhá-la para um *ethos* mais republicano (ROMÃO NETTO, 2016: p. 212).

Ora, já mapeamos essa associação entre o desenvolvimento e a democracia, e nos lembraríamos que o “desenvolvimento (econômico) nacional” (WALLERSTEIN, 1994) provém, no âmbito dos discursos, da defesa da democracia e da apresentação dos EUA – ou quiçá, da apresentação do mundo ocidental – enquanto defensores dessa democracia. Ademais, assinalamos que a compreensão que desenvolvem esses autores não é a nossa –

conforme o já apresentado em nosso referencial teórico, somos tendentes a pensar que antes a cultura política desenvolve algum âmbito institucional ou formal do Estado do que o contrário, embora o contrário seja justamente a consequência do primeiro movimento (nos referimos ao *efeito de Estado*).

Outra questão que vem à tona é a definição que alguns autores (RIST, 2013; PARTANT, 1997; RIBEIRO, 2012) dão ao desenvolvimento: enquanto crença ou ideologia. Entrevemos, portanto, que a mesma crença no progresso que caracterizou do ocidentalismo, ou essa mesma ideologia do ocidente, pautou não só o desenvolvimentismo, mas a sociedade em geral, notadamente o pensamento relativo à nação, ao papel do Estado e, também, à economia política, no que tange tanto autores acadêmicos ou de relevância acadêmica, como também a população de forma geral, notadamente as *bases sociais* do Estado. Todavia, somente nos seria permitido admitir esse entendimento se nos alinharmos a essa compreensão sobre o desenvolvimento enquanto crença ou ideologia – não cabe a este trabalho adotar alguma dessas vias, mas somente observá-las.

2.3 A gênese da ideologia desenvolvimentista no Brasil

De fato, o desenvolvimentismo foi a ideologia que mais influenciou a economia política brasileira e o pensamento latino-americano no medrar dos anos 1940, concomitante à reestruturação pela qual o mundo passava após a Segunda Guerra. Mas foram os anos de 1930 que abriram alas ao desenvolvimentismo no país. A história dessa consolidação, porém, se inicia bem mais cedo. Saber o desenvolvimento brasileiro possível foi um processo intelectual lentamente gestado através das décadas entremeadas ao fim do Império e ao Estado Novo.

O ensejo desenvolvimentista, enquanto ideologia consolidada, tem raízes díspares no Brasil, traçadas em debates diversos e antes dispersos, iniciados ao final do século XIX, e relacionados, de uma forma ou de outra, a questões como a proteção da indústria, o nacionalismo e a discussão sobre o papel do Estado na construção de um projeto de nação para o Brasil. (FONSECA, 2004)

Teria sido somente no início do século XX que a conjunção destas diversas pautas, (nacionalismo, industrialização, papelismo) – combinadas com uma filosofia positivista então em voga entre meios intelectuais republicanos – acarretaria na constituição definitiva

de um projeto desenvolvimentista, encarnado de maneira bastante nítida pela figura política de Getúlio Vargas (FONSECA, 2004).

Dessa maneira, no Brasil, o desenvolvimentismo se inicia cedo em quatro embates simultâneos, mas separados. São debates que versam sobre a natureza da nação, sobre o melhor tipo de produção no país, sobre a natureza da moeda e de sua circulação, e sobre a base filosófica e metodológica do pensamento. Quatro elementos discordiosos, quatro sínteses de debates profundos constituíram assim o desenvolvimentismo brasileiro em primeira mão.

Todavia, redes relacionadas à expansão e ao crescimento econômico já existiam desde meados da Revolução Industrial, operando projetos de infraestrutura de grande escala, os quais Ribeiro (2012) reconhece como “a quintessência dos ‘projetos de desenvolvimento’” (RIBEIRO, 2012: p. 200), ou como “expressões extremas” do campo do desenvolvimento. Uma articulação material internacional ou uma *forma objetiva* já precedia em algum aspecto a consolidação de um Estado associado ao desenvolvimento e que, na visão de Ribeiro (2012), objetivavam conectar áreas isoladas a sistemas amplos de mercado, associando-as a formas de produção respectivas à expansão de sistemas econômicos.

Alguns outros ingredientes da história já haviam sido jogados – o nacionalismo já se grassava no Brasil e, quiçá, seja o elemento o mais antigo do desenvolvimentismo brasileiro: críticas ao exclusivismo metropolitano, a aspectos certos da condição colonial, e, por fim, projetos de separação. O nacionalismo se revela de forma mais nítida a partir do século XVIII, quando se associa à defesa da independência. Com a chegada do século XIX, e em especial a partir de sua década de 20, o nacionalismo se torna marcante e exacerbado ao polarizar a política partidária entre o partido reconhecido brasileiro e aquele reconhecido português. (FONSECA, 2004)

Decerto, a origem do processo de formação do Estado nacional, na América Latina, implicou na substituição de uma autoridade centralizada e da subordinação dos poderes locais diversos no bojo do processo emancipador. Entretanto, o estabelecimento de um processo de integração nacional não se deu em função da identificação com esse precário componente idealista da nacionalidade - a luta emancipadora. (OSZLAK, 1978: p. 137)

Contudo, é interessante percebermos que o nacionalismo não se opunha ao liberalismo nesta época (FONSECA, 2004) – pelo contrário, entendemos que o

individualismo que o liberalismo carrega consigo faz da nação um sujeito individual (e, por conseguinte, indivisível), e isso era o maior desejo do ensejo nacionalista.

Traríamos para cá as considerações já feitas na sessão anterior sobre a relação entre o nacionalismo e o desenvolvimento de forma global. Tratamos agora de especificar para o caso brasileiro.

Seja como for, esse nacionalismo faz a defesa da indústria – Alves Branco (ministro) e Joaquim José Rodrigues (deputado e ministro da fazenda) se fazem representantes maiores dessa associação, conquanto defendessem uma política tarifária que protegesse os capitais nacionais empregados em indústria fabril, além de cobrir o déficit do Estado. Ademais, para Alves Branco, a indústria não se opõe às atividades primárias, pois complementa-as sim, reduzindo a dependência a mercado externos. É a partir de então, todavia, que todos os defensores da indústria, fossem eles radicais ou moderados, fariam uso do discurso nacionalista. (FONSECA, 2004)

Podemos então identificar esta primeira *base social* que vincula ainda não o desenvolvimento, mas antes sim esse seu elemento fundador que é o nacionalismo, enquanto *visão hegemônica*. As indústrias têxteis, portanto, foram pelo menos parte da origem material dessa *seletividade estratégica* que guiou o Estado brasileiro a adotar medidas (como as políticas tarifárias) que se encontrariam no *savoir-faire* do desenvolvimento e em seu rol de intervenções (*modo de intervenção*). Mas as indústrias têxteis não foram a única *base social* na gênese do desenvolvimentismo brasileiro.

Em oposição, outros nacionalistas desenvolvem uma herança diferente para o desenvolvimentismo brasileiro. É o caso de Alberto Torres, Américo Werneck e Eduardo Frieiro – são eles os nacionalistas agrários, os quais glorificavam em ufanismos a paisagem natural do país. Da observação dessa natureza que entendiam privilegiada desenvolveram uma ideia à base das vantagens comparativas, a qual aconselhava a especialização primária diante da escassez de mão de obra e de capital e da abundância de recursos naturais. (FONSECA, 2004)

Werneck, assim como Alves Branco, compreendia que a indústria e a agricultura não se opunham, mas entendo que, de qualquer forma, a agricultura é base à indústria, de sorte que acusava o protecionismo de causa da inflação. Isso não justificava posição liberal, pois que defendia a intervenção estatal em vistas à agricultura e à agroindústria, assim bem como defendia a redução de taxaço de produtos agrícolas. (FONSECA, 2004)

Em certa oposição se mostrava Eduardo Frieiro, pois que, em certo fisiocratismo, defendia a vida pacífica do campo em oposição à vida europeia que era copiada e reproduzida sob a forma dos centros urbanos e desprezava, assim, todo intento protecionista, toda sociedade industrial e qualquer capital estrangeiro. (FONSECA, 2004)

Alberto Torres será outro que desselará das virgens matas e do caráter agrícola e rural da economia e da vida social brasileira o ensejo anti industrialista. Influencia-se pelas teses sócio-biológicas, acima contempladas, mas inova ao condenar a imigração sob a justificativa de que esta enfraqueceria o caráter resistente, suficiente e necessário para a vida econômica, profundamente rural e difícil, do país. Enalteceu assim o autóctone e as etnias locais. (FONSECA, 2004)

Até então, distinguimos, no seio mesmo dos debates nacionalistas que fomentaram o desenvolvimentismo brasileiro, um litígio intelectual importante – aqueles defensores da indústria e que defendiam o diálogo com o capital externo, e aqueles defensores da agricultura, que condenavam todo diálogo externo. Tal diferença, entretanto, não os impediu de entrarem juntos na mala que, futuramente, os debates desenvolvimentistas carregarão consigo – pelo contrário, enriquecerão tais debates e práticas desenvolvimentistas. Distinguiremos agora uma outra tese: os defensores da indústria.

Já pudemos tratar de como o industrialismo se alicerça no discurso nacionalista. Uma resposta fora dada por estes três últimos autores abordados. Uma contra resposta segue: o período que marca a última década do Império e as primeiras da República respirou algum modernismo.

Com o advento da república e com a abolição da escravidão, procurava-se modernizar a sociedade brasileira, ainda hierarquizada e conservadora, encontrando no trabalho e no esforço a via para o progresso malgrado o meio (MACHADO, 2009).

O industrialismo se tornou garante dessas ideias, estabeleceu-se enquanto *espírito republicano*, identificando o Império ao marasmo e à vida rural, ao atraso e à escravidão. O modernismo, representado pela indústria, viria assim a se opor ao passado e representar os passos para o futuro. (FONSECA, 2004)

Não falaríamos, assim, de um *projeto de Estado*? O modernismo representaria uma mudança nas dimensões estatais ao propor uma transição para um compreendido Estado moderno. A condenação do Estado imperial (vida rural, atraso, escravidão etc.) nos parece ser elemento necessário à desconstrução de seus alicerces. *Dimensão subjetiva* do Estado, o

modernismo fora assim expresso por uma *base social* consideravelmente diversa - uma *seletividade estratégica* em construção no entremear de interesses advindos de setores sociais diferentes -, mas que se encontrava em oposição àquela que gestara o período imperial.

É nessa época que se consolidam os conceitos de *indústria natural* e de *indústria artificial*. Respectivamente, representam os defensores da indústria sobre a matéria prima local (extensão do setor primário) – e, devido a isso, não necessitadas de protecionismo, pois que abundavam de mão de obra e de terra –; e, já estas segundas, estava o rol de indústrias só possíveis mediante forte protecionismo. (FONSECA, 2004)

Nesse entanto, os defensores da primeira denunciavam o artificialismo com estes seguintes argumentos:

o alto volume de capital exigido, incompatível com a realidade do país; a estreiteza do mercado interno para fazer face à escala de produção mínima, o que resultava produção com alto custo médio, bastante superior ao dos produtos similares importados; a escassez de mão de obra qualificada para operar tecnologias sofisticadas; e, finalmente, o prejuízo que trazia ao consumidor nacional, forçado a pagar mais caro por bens de qualidade inferior. Daí a responsabilizar as indústrias artificiais – ou o setor secundário, como um todo - pela inflação não restava grande distância, e esta foi a tônica desde o Encilhamento até meados do século XX, inclusive se constituindo em um dos argumentos mais utilizados por segmentos da União Democrática Nacional – UDN para criticar a política econômica dos governos de Vargas. (FONSECA, 2004: pp. 6 – 7)

A defesa da indústria, entretanto, tomou rumos antiliberais. O liberalismo fora acusado de promover a estagnação econômica e conter o Brasil à produção primária. Em oposição, a indústria seria o garante da superação desse atraso, do marasmo representado pelo Império e ainda defendido pelos liberais – a própria independência efetiva do país se daria, somente, através da industrialização. O final do Império se marca, assim, em um debate econômico que separava liberais de industriais. (FONSECA, 2004)

Este sentido preciso da indústria enquanto fator de superação de uma realidade coincide com o sentido que o Terceiro Mundo dará, anos mais tarde, ao desenvolvimento. Superação de uma condição herdada, superação do subdesenvolvimento - esse discurso já encontrava nos fins do Império a sua existência, ou pelo menos o seu germe, mais de meio século antes da Conferência de Bandoeng.

Desta forma, contudo, a indústria é associada não só ao nacionalismo, mas também à independência – o que queria dizer (tal como proferia o paraense Serzedelo Correa) um

rompimento com a condição colonial, a qual era característica dos países exclusivamente agrários. (FONSECA, 2004: p. 7)

Efetivamente, a “economia do desenvolvimento” (TREILLET, 2015) é a expressão desse intento de independência. Podemos dizer expressão material ou expressão econômica, a qual se traduz no industrialismo.

Não se trata, porém, do descarte da agricultura – para Serzedelo Correa e os seus, era ante sim uma relação de complementaridade. De igual modo, é complementar a relação entre indústria natural e aquelas artificiais. Entretanto, criticava-se ao comércio:

O grande vilão, objeto de críticas mais ásperas, era o comércio. Antônio Felício dos Santos considerava-o parasita, bem como Amaro Cavalcanti, o mais prolífico autor dentre os mencionados, tendo publicado inúmeros trabalhos sobre economia, boa parte deles em defesa da indústria. Antecipando-se à futura tese cepalina da deterioração dos termos de intercâmbio, percebia uma relação entre especialização primária e crise do balanço de pagamentos. (FONSECA, 2004: p. 7)

Entretanto, todo esse nacionalismo – e fosse nacionalismo industrial ou agrário – não descartava o capital externo, pois que realisticamente encontrava nele o financiamento necessário à realização da indústria brasileira. (FONSECA, 2004)

Porém, o industrialismo será fomentado contundentemente a partir dos anos de 1930, e em especial nas três décadas seguintes a 1950. De fato, 1930 representa um marco divisor no que toca à política econômica, pois que a crise econômica mundial e seus efeitos no setor cafeeiro, em conjunto com o fim da República Velha, veio a passar da fase de políticas orientadas aos interesses das lavouras de exportação para a da orientada aos grupos ligados à indústria. (VERSIANI, 2010: p. 868)

É deste modo que Furtado compreende a superação da condição colonial, a qual transferiu os centros de decisões da política econômica ao favor dos interesses da indústria. É interessante notar que Furtado considera que tal processo se enquadra em uma relação de forças. (VERSIANI, 2010: p. 868)

Essa é uma mudança contundente no que tange a *seletividade estratégica* do Estado brasileiro. A correlação de forças encontrando outro ponto de equilíbrio ou outra resultante, mais favorável à materialização do Estado desenvolvimentista - mais favorável à materialização dos interesses dessas *bases sociais* (notadamente da indústria) -, de fato podemos concordar com Furtado de que, conseqüentemente, os centros de decisão da

política econômica fossem outros - e que outra também fosse a forma pela qual essa decisão se elaboraria e se encaminharia pelo território brasileiro.

Outra leitura se nos apresenta: o *âmbito subjetivo* do Estado brasileiro fora gestado no apresentado até aqui, e 1930 é o marco em que esse âmbito se traduz em um âmbito outro - consolida por fim o *âmbito formal* do Estado desenvolvimentista. Trata-se de um processo de consolidação, processo dinâmico e diverso, o qual medra o Estado desenvolvimentista durante as décadas respectivas - mas não podemos ignorar o marco que a década de 1930 é.

No que tange a política comercial, o período caracterizado pelas lavouras apresentava o livre-cambismo como opção predominante, colaborando para uma visão liberal (VERSIANI, 2010: p. 868) dos deveres do Estado.

Entretanto, contrariamente à crença de Furtado, para Versiani (2010), ambas elites, agrárias e industriais, não encontrariam entre si tamanhas divergências que pudessem lhes pôr em conflito mas, ao contrário, viram aspecto continuador nas posturas pós-1930, revelando do industrialismo pré-1930.

Contudo, é somente a partir de 1930 que políticas que visassem o favorecimento da indústria nacional se tornaram frequentes e articuladas, ao passo em que maior fora a influência de industriais nessas decisões (VERSIANI, 2010: p. 891). Podemos interpretar essa presença enquanto *base social* no Estado, tendo ela a partir da década de 30 encontrado melhores meios de se fazer representada no Estado e articulada através de um projeto – o desenvolvimentista.

O debate acerca da indústria e da nação, porém, não foram exclusivos. A saúde das finanças foram também ponto de discussão importante. Ou seja, discutia-se o lado prático da atuação estatal, a operacionalização da política econômica. Tal tendência derivava dos embates entre jusnaturalistas e positivistas, no seio do direito brasileiro, sendo o orçamento equilibrado um ponto comum entre os dois blocos intelectuais. (FONSECA, 2004)

Pensar a economia a partir do crédito, ter a ela em mente o déficit público e os empréstimos, era novidade. Argumentava-se em prol do crescimento econômico. Tais conceitos se tornarão futuramente norteadores para a política desenvolvimentista. (FONSECA, 2004)

Os autores respectivos, porém, não eram os únicos que fomentavam o debate. Contra eles se erguiam os metalistas – crentes do padrão ouro e da conversibilidade, herdeiros da

tradição econômica convencional e amantes da Grã-Bretanha. E esse embate remontava à época do Império.

Aqueles metalistas se ancoravam na política cambial, procurando estabilização na relação entre balanço de pagamentos e política monetária. Por outro lado, os papelistas se importavam ante sim com o nível de atividade econômica, alegando que a oferta de moeda deveria condizer com as atividades produtivas, conquanto não as interferisse negativamente, e se mantinham em discurso do bom senso, não carregando consigo o rol teórico que os metalistas tinham na bagagem. Pressupõe-se que os metalistas se formavam numa base social de rentistas, e que os papelistas se organizavam sob a égide pura dos interesses comerciais, mesmo que ainda desnuda de uma doutrina consolidada. (FONSECA, 2004)

Seja como for,

Fica claro, na análise desse período histórico, que a defesa da regra das finanças sadias não é exclusiva dos liberais nem se associa exclusivamente aos interesses cafeeiros ou dos representantes do setor primário. Os papelistas inovam ao propor, mesmo que remando contra a maré, certa presença maior do Estado na defesa da produção, argumentando em prol de uma política econômica mais flexível, respondendo às flutuações da conjuntura. Se esta é importante geneticamente para o desenvolvimentismo, faltava-lhe, todavia, outro elemento fundante para sua configuração histórica: uma intervenção com propósito de construir um futuro desejável. (FONSECA, 2004: p. 13)

Em resumo, sob o enfoque estratégico relacional, podemos entrever na discussão gênese do desenvolvimento o quadro de proposta seguinte:

Quadro 6: Seletividades na gênese do desenvolvimento

BASE SOCIAL	Papelistas Interesses comerciais	Monetaristas Rentistas	Setor Cafeeiro Agricultura	Indústria Fabril	Indústria
PROJETO DE ESTADO	-	-	-	-	Modernização Integração Nacional
VISÃO HEGEMÔNICA	-	-	Nacionalismo Ufanista	Nacionalismo	Espírito Republicano Nacionalista Independência Efetiva
MODO DE INTERVENÇÃO	Crédito	Padrão Ouro e Convertibilidade	Políticas orientadas aos interesses das	Políticas Tarifárias	Crédito e Política Tarifária

			lavouras de exportação		Intervenção Estatal Política Orientada aos Grupos ligados à Indústria
MODO DE ARTICULAÇÃO	-	-	-	-	Transferência dos Centros de Decisão da Política Econômica ao Favor dos Interesses da Indústria
MODO DE REPRESENTAÇÃO	-	-	Coronelismo	-	-

Fonte: Autor

Ao observar estes espaços vazios no quadro, podemos supor da crise em que se encontrava o Estado imperial e a República Velha, mas também observar a junção de elementos que formaria a *estratégia seletiva* do Estado desenvolvimentista (última coluna do quadro). Trataremos mais tarde de completar essa coluna, quando nos debruçarmos um pouco mais sobre o sistema universitário estabelecido a partir da década de 1930, sobre as instituições de planejamento estatal e sobre os concursos públicos a partir da Constituição de 1937. De fato, somente com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil é que estas *bases sociais* conseguem se fazer efetivamente representadas no Estado brasileiro. Ademais, estes elementos que perpassaram pelas referidas crises viriam a completar a bagagem que consolidaria o desenvolvimentismo.

Este quadro é comparativo entre *bases sociais* que atuaram na realidade brasileira entre os anos fins do Império e durante o Governo Vargas. Evidentemente, nem todas tinham uma resposta ou uma proposta para tudo – justificando os espaços vazios – e, portanto, se adequavam à realidade institucional em que se inseriam.

Ademais, não se trata de uma diferenciação num escopo único de tempo, colocando-as em sucessão ou lado a lado, em concomitância, no mesmo período. A atuação e as proposituras de cada uma se diversificou no tempo, mas procuramos lhes estabelecer o que lhes foi de mais constante. Suas propostas não foram necessariamente válidas para a totalidade do Estado; ocasionalmente, empregadas parcialmente; o fato é que se encontraram

em embate nesses anos, e esse embate culminaria na hegemonia do setor industrial em fins do Governo Vargas.

Contudo, o diálogo entre tais elementos alcança um ápice: os anos de 1930. Por efeito, esse período que é anterior ao modelo desenvolvimentista mais focado na industrialização, o setor exportador representava o componente mais dinâmico da economia brasileiro, sendo o maior responsável pelo crescimento da renda nacional e sendo, também, o foco de atuação das políticas econômicas. O modelo de crescimento econômico de então se atrelava totalmente ao componente externo, caracterizando a economia brasileira de dependente e de reflexa. Se abriam então as décadas de 1930 a 1960, características do *nacional-desenvolvimentismo*.

2.4 O antirregionalismo

Oliveira Vianna foi o crítico político de maior exponência da Primeira República. Sua inspiração política era declarada: Alberto Torres e Sílvio Romero, autores de pensamento antiliberal, de pensamento autoritário e nacionalista. Essa tendência intelectual se opunha ao então chamado “regionalismo”, vendo nele a origem dos problemas da nação. Problemas, estes, que eram da assimetria de poder entre as unidades da federação brasileira, da concentração de renda e de decisão política. Regionalismo, portanto, como atraso estrutural da nação. (MESQUITA, 2012: p. 22)

A interpretação desse regionalismo pode ser percebida de quatro diferentes formas. A primeira, o considera origem da desagregação das elites regionais; a segunda, como estímulo das ideias separatistas; a terceira, responsável pela crise econômica que envolveu as commodities de exportação; e, por fim, a quarta, como ataque à cidadania, concentrador de privilégios nas oligarquias. (MESQUITA, 2012: p. 23)

De toda forma, o regionalismo – como materialização da ideologia liberal na política, e executado como estadualismo, formalizado pela “Política dos Governadores” de Campo Salles – foi assim interpretado como a causa da ruína da Primeira República por esses teóricos políticos dos anos 20. O desvirtuamento propugnado pelo regionalismo, portanto, do ideal republicano de Governo – desvirtuamento da unidade nacional – se alastrou para a cultura política republicana, corrompendo-a ao permitir os seus vícios habituais oligárquicos. (MESQUITA, 2012: p. 23)

Fugindo das ilusões imediatas, não vemos esse liberalismo como a fonte moral daqueles que prezam pela justiça social – longe disso, está ele na origem das vicissitudes conservadoras. Lembremo-nos que a busca obsessiva pela identidade nacional, que perfazia o pensamento social brasileiro desde há muito, resultou na reedição continua do ato do descobrimento, mas de um Brasil imaginado, de um Brasil contraponto àquelas origens europeias, um Brasil homogêneo e, por assim ser homogêneo, desprovido daquilo que lhe traria uma inata originalidade: o reconhecimento das suas diferenças (SOUZA, 1994: p. 37). Incapaz – da mesma sorte que o é de produzir a ficção na sua literatura – de produzir e de compreender diferenças, de aderir a regionalidade à compreensão do Brasil. É esse Brasil homogêneo que herda o pensamento social brasileiro.

Mas, de fato, a cultura oligárquica das elites brasileiras não esvaneceu em 1889. De fato, as classes populares não foram de imediato admitidas no processo da democracia representativa e, desta feita, não houve revolução estrutural, institucional, com o instante da Proclamação em prol democrático. Se a Constituição de 1981 foi um consenso, no entanto, o fora mediante as repetidas intervenções militares que se deram na sociedade civil, resultando ele na escolha, enquanto solução a mais imediata, do federalismo, equilibrando o poder regulatório da União e o poder executório dos Estados Federados, realizando-se nova divisão política e territorial. (MESQUITA, 2012: p. 24)

Se tal escolha foi feita, porém, o fora pelo argumento da vastidão do território nacional e da conseqüente necessidade de ampla – e logo descentralizada – administração pública. Caberia, portanto, aos Estados Federados o alcance da mais longínqua porção de terra do território nacional. Deveria, nos termos das finalidades práticas do novo modelo de administração pública, ser oficialmente considerada. Esperava-se que a descentralização do poder público angariasse esses efeitos esperados – efeito este estabilizador. (MESQUITA, 2012: p. 24)

Foi essa a única mudança efetiva com o advento da República, em termos de política nacional. Outras mudanças viriam, parcialmente, no decorrer do tempo e no decorrer do esforço intelectual por um pacote de reformas que consolidassem um Estado liberal. Mas, todavia, assinala-se que essa efetiva mudança na política nacional, e em sua administração – regionalizada – que efetivou o regime federativo, dependeu antes sim da presença do liberalismo nas instituições próprias do Estado brasileiro de então, notadamente republicano. Consolidou-se assim o pacto oligárquico, e a repressão contra movimentos que clamavam

participação política foi fortalecida mais que nos tempos imperiais (LESSA, 1988; 1988 *apud* MESQUITA, 2012: p. 24 – 25)

A contraposição apresentada por Oliveira Vianna se valia da análise da realidade social do Brasil analisada através de sua experiência histórica. Essa experiência, no entanto, se compunha pelo protagonismo das elites latifundiárias, insolidárias e patrimoniais, incompatíveis com os preceitos necessários à construção de um poder público que se almeja em uma república de base democrática e participativa. A “federação centrífuga” é, portanto, incompatível técnica e objetivamente com a república. É essa incompatibilidade que seria, aos veres de Oliveira Vianna, o motivo das crises estruturais que permeariam a Antiga República, e que, em outras palavras, se apresenta como a inserção do liberalismo nas estruturas no Estado à realidade brasileira. (MESQUITA, 2012: p. 25)

O paradigma antiliberal de Oliveira Vianna se soma às demais críticas nacionalistas que, nos anos de 1910, conformam uma tendência intelectual coesa, delimitada a partir do lançamento de *A Organização Nacional* por Alberto Torres, que acusava a mentalidade das elites estaduais por sua ignorância da realidade (eminentemente rural) brasileira e, desta feita, sua metodologia de importação de modelos ideários e institucionais. (MESQUITA, 2012: p. 25)

Trata-se, por efeito, de uma incompatibilidade entre dois mundos, entre a realidade concreta do rural brasileiro, e o mundo artificial que caracteriza o urbano. Esse é o método de interpretação, dualístico, que prevaleceu na intelectualidade histórica e sociológica dos anos 20. (MESQUITA, 2012: p. 22)

Destarte, esse corpo crítico centrou a sua análise da vigência dos fenômenos em paralelo ao regime federativo e que o consubstanciavam, sejam eles o oligarquismo, o coronelismo e o estadualismo. Juntos, estes fenômenos conformaram um pacto político que ensejou um predomínio determinado das elites oligárquicas estaduais junto aos chamados coronéis locais, fazendo frente ao Poder Executivo Federal, a autoridade pública nacional. Regionalismo – no sentido léxico que a palavra tomou então –, portanto, frente e contradizente ao nacionalismo e à unidade nacional. (MESQUITA, 2012: p. 25)

Como consequência desse antiliberalismo, ou antiregionalismo, ou ainda ante esse modelo de federação centrífuga, firmou-se uma noção concreta, cultivada em argumentação quase técnica, jurídica, constitucionalista, mas também cultural e histórica, prevendo um Estado forte por ser centralizado, racional ao coordenar esforços inter-regionais, controlador

no sentido da burocracia e do saber, e perfeitamente adequado frente às necessidades (e dificuldades) históricas de um Brasil ainda, de certa forma, imperial, atrasado, oligárquico, cujos interesses múltiplos encontravam no mercado político, institucionalizado sob a forma da antiga República de marechais, a alternância dos interesses regionais, estes tais nocivos aos interesses maiores da nação.

Se essa era, porém, a visão desses críticos do início do século, algo mudou na década seguinte, e tão logo uma visão regionalizante da realidade brasileira refez surface, e tão logo uma noção de brasilidade se refez outorgada pelos regionalismos diversos que se fizeram e que se fazem na descoberta de um Brasil trabalhador nas fronteiras do desconhecido ou nas fronteiras do humano. Se a noção liberal foi refutada pela geração de 20, a geração posterior não deixará de construir menos um Estado centralizado, mas resgatará a região no entender o país, e resgatará a região no planejar aquela ação coordenada e, mais que isso, planejada a partir das estruturas que ela própria se criará.

2.5 O debate racial dos anos 1920

Na passagem do século XIX ao século XX, um movimento intelectual eugenista se forma através do mundo. Ancorado nas teorias raciais e evolutivas que emergiram no século XIX – e nos preconceitos e oportunismos imperialistas herdados e ainda medrados –, tal o darwinismo, um pensar social faz surface para, nestas bases parcialmente selecionadas das ciências biológicas – pois que os termos de cooperação e de sociedade, tão bem explorados pelos biólogos na época, foram ignorados para que fossem lembrados e resgatados, no pensar social que adviria, somente a disputa, o espaço vital, a eugenia –, pensar o social e o Estado. (SOUZA, 2022; ADAMS, 1990)

Como coloca Stepan (1990):

Second, the history of eugenics in Brazil shows that eugenics cannot be understood merely in terms of the Anglo-Saxon variant—the evidence shows that it constituted a different variant, scientifically and ideologically. The world eugenics movement helped shape Brazilian debate, but eugenics was also reshaped in Brazil and adapted to suit its intellectual topography and social agenda, becoming a major element in the ideological reformulation of what race meant for the Brazilian future. (STEPAN, 1990: p. 144)

O eugenismo está presente no Brasil desde – pelo menos formalmente – após a Primeira Guerra Mundial, tendo, por marco, a fundação de uma sociedade eugênica, precedida apenas por alguns anos das sociedades eugênicas inglesa e francesa. Isso indica uma consonância no Brasil do que se pensava na Europa. (STEPAN, 1990: p. 110)

Na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, a preocupação sobre o Estado Nacional se fez latente devido, notadamente, a sua degeneração. No Brasil, por outro lado, de forma quase contrária, se medrou um otimismo para se pensar, ou pelo menos se renovar o pensamento, sobre a nação e sobre o Estado, pois que os parâmetros europeus, até então adotados, se haviam sido degenerados. Restava-se, assim, pensar o Brasil a partir de si próprio, de dar soluções genuinamente brasileiras a problemas genuinamente brasileiros. (STEPAN, 1990: p. 110)

Ademais, a entrada do Brasil na Guerra fez com que as elites brasileiras pensassem e debatessem sobre as capacidades do país (FAUSTO, 1978: p. 401-426).

É nesse entanto de quebra de parâmetros e de atuação que, por volta dos anos de 1920, o movimento eugenista no país se associa ao patriotismo e quer prever um papel mais importante do Brasil no cenário mundial. (STEPAN, 1990: p. 110)

Para além disso, um segundo motivo para o advento formal do eugenismo, no Brasil, se refere ao debate da chamada questão social, ao debate da saúde, da miséria da população trabalhadora, notadamente negra e miscigenada, apenas a 30 anos da abolição da escravidão. Tratava-se, por efeito, de um momento de urbanização do país industrialização no qual se juntavam a imigração de países europeus e os problemas herdados da colonização, e herdados de uma abolição sem responsabilidade social. (STEPAN, 1990: p. 110)

De fato, uma ruptura acontece no momento da abolição, quando a raça se torna uma problemática da definição do nacional brasileiro. Com o acesso à cidadania que se outorgava ao negro, recém liberto da escravidão, este se incluía na equação que delimitava a ainda nascente nação brasileira. Incomodava, portanto, à intelectualidade essa miscigenação na conformação nacional e no sangue, da qual ela própria não se podia escapar. (SKIDMORE, 2012)

O negro se transforma então em problema, não mais em solução – notadamente econômica. Se à intelectualidade do país o negro até então fora a raça ideal para o trabalho, não era mais o caso (SKIDMORE, 2012). Ficara esse lugar vazio, e tão logo foram levantadas as hipóteses que hora queriam da raça branca na imigração brasileira, hora queriam outra na regional.

Contudo, era comum o debate público tergiversar sobre o melhor “tipo” de trabalhador para a nação – se seria o caso de aproveitar a mão de obra local, se seria o caso de realizar migrações internas no país, se seria o caso de trazer imigrantes europeus.

Discutia-se, nesses meandros, ainda, se seria o caso de branquear a sociedade através da imigração. (STEPAN, 1990: p. 110)

Porém, esse início de século é marcado por um processo de organização social da classe trabalhadora, especialmente dos trabalhadores das indústrias, conquanto também se intensificavam os protestos. A elite brasileira, de modo geral, se viu ameaçada, mas as formas de opressão também se aperfeiçoavam, tangendo não só a polícia, mas também a comunicação, também a narrativa, também a forma de ver e rerepresentar o negro, o trabalhador oriundo da abolição, depreciando-o como doente ou mesmo como causa de doença, como pervertido, como bêbado etc. (STEPAN, 1990: p. 110)

O modelo de Estado então vigente não conseguia resolver essa situação de conflitos sociais, notoriamente esse sentimento de medo. O *laissez-faire*, o liberalismo dogmático e os preceitos liberais importado e, portanto, o regionalismo constituinte do Estado Oligárquico de então, não pôde resolver a questão social, abrindo as alas aos movimentos críticos que propuseram a sua reformulação, propuseram um novo papel para o Estado, conquanto suas novas estruturas eram almeçadas com o objetivo de tornarem mais harmônicas as relações sociais no país, notadamente as relações entre funcionários e empregadores. Queria-se, portanto, um Estado interventor, um Estado que intervinha diretamente na resolução do problema social, na resolução da pobreza, do conflito, da saúde pública, na resolução da questão racial. (Fausto, 1995)

É, por efeito, que os eugenistas brasileiros se distinguem dos eugenistas britânicos, pois que, se para esse país do velho mundo, a experiência falha do Estado cuja legislação procurava o conforto, o auxílio, o bem-estar social, deixara marcas quase perenes em seu pensamento social, para o Brasil, cujo pensamento social apenas engatinhava o seu caráter quisto genuíno, quisto liberto das influências europeias, para pensar esse então “problema social” que melava no seu bojo da saúde pública à produção nacional, passando pela questão racial, o movimento eugênico aqui se associava, por outro lado, à bandeira da luta social, da luta por uma legislação social, por uma legislação de bem-estar. (STEPAN, 1990: p. 110)

Um terceiro fator viria a fertilizar o terreno do eugenismo no Brasil: a ausência do ambiente universitário consolidado. Com efeito, os trabalhos em biologia se mantinham enclausurados nas escolas de medicina e nos institutos de agricultura ¹⁰. O país continuava

¹⁰ No que se destacaria o Instituto Oswaldo Cruz e o seu processo de criação (STEPAN, 1990: p. 110).

sendo um grande consumidor de ciência, mais do que era produtor, mas as vitórias sucessivas contra as doenças que assolavam o país, contra as epidemias, contra pragas, deram enorme credibilidade à então chamada ciências sanitárias e a seus atores – o profissional científico. Fora um momento de entusiasmo com a ciência, intimamente associado ao modernismo, dando visibilidade a uma classe médica que integrava novas instituições estatais com um objetivo político claro: a saúde. (STEPAN, 1990: p. 110)

De forma associada, um quarto fator se revela também desse debate maior em voga – o debate racial enquanto cerne da discussão social sobre as capacidades do país, mas também sobre a sua essência e devir enquanto nação. A ciência, nesse intuito maior do pós-abolição, aparece como instrumento de poder e de autoridade no seio desse mesmo debate. (STEPAN, 1990: p. 110)

Os anos que seguem à abolição, até a formação do ambiente universitário brasileiro, foram palco para esse dilema da mestiçagem que Skidmore (2012) sugere ter constituído o país. O “problema” se tornava maior diante da complexidade que se apresentava à intelectualidade quando pensava sobre si e se encontrava no lugar da mestiçagem – um extrato preciso da negritude, na época conhecido como “mulatos”, que tinha acesso à elite do país (Skidmore (2012) apresenta, como exemplo desse contexto, José do Patrocínio e André Rebouças). Seria um movimento suicida o de aprovar as teses da degenerescência racial, porquanto esta miscigenação fosse inegável. No bojo dessa preocupação, não demorou para que as vantagens da miscigenação fossem levantadas para o debate. (SKIDMORE, 2012)

Longe, porém, de darem fim à teoria racista, tal levantamento fora apenas uma saída pela porta dos fundos, revelando mais de uma preocupação com um processo de branqueamento. Promover esse branqueamento significava, conseqüentemente, um rol de políticas públicas, do qual a da imigração, como preferência pela europeia e como a proibição da imigração asiática e africana, seria o exemplo mais evidente. (SKIDMORE, 2012)

Nota-se a existência dessas duas tendências no escopo racista: a primeira, que quer identificar na miscigenação as razões das dificuldades e mazelas do Brasil enquanto nação; a segunda, que quer nesse mesmo processo de miscigenação encontrar a solução para esses mesmos problemas. (SKIDMORE, 2012)

2.6 O pensamento desenvolvimentista brasileiro – 1930 a 1960

Mas, quiçá, faltara à junção dos elementos da gênese alguns outros: o desenvolvimento enquanto ideologia é herdeiro direto da tendência keynesiana, comumente apresentada como opositora evidente do liberalismo neoclássico, e que tem, no caminho de seus percursos, os autores da Teoria da Concorrência Imperfeita (Pietro Saffra, Joan Robinson e Edward Chamberlin) e aqueles preocupados no entendimento dos ciclos econômicos no ensejo de neutralizar os períodos de contração (Joseph Schumpeter, Michael Kalecki e John M. Keynes). Com efeito,

para garantir a sobrevivência do capitalismo se tornou necessário renovar a economia política com nosso instrumentos de interpretação e intervenção, capazes de solucionar as contradições mais prementes da acumulação de capital, tais como: a anarquia da produção, a queda da taxa de lucros, a superprodução de mercadorias, o desemprego, as oscilações do mercado, e outras preocupações que afligiam crescentemente a burguesia. Naturalmente não cabia, para os teóricos da burguesia, lançar mão da teoria marxista, a despeito desta ter previsto o caráter anárquico do capitalismo e suas crises periódicas (...) e assim, na esteira dos percalços do capitalismo, surge um novo filão teórico, no seio da própria economia política burguesa, com vistas a superar a ineficiência do liberalismo econômico face à recorrente instabilidade da economia capitalista, por meio de uma maior intervenção do estado nos domínios da economia (MANTEGA, 1995: p. 25)

No bojo desse keynesianismo, destacavam-se alguns pontos para o entendimento desenvolvimentista: a alocação ótima de recursos não é promovida pelo automatismo do mercado e, ao contrário, causa capacidade ociosa, desperdício e desemprego; é portanto que o Estado deve intervir diretamente na economia, tanto na administração da coisa pública no que tange a defesa, a educação, a saúde etc., tanto na regulação das atividades econômicas, quanto agente direto da produção, dos investimentos e gastos da sociedade, quanto à determinação de setores favorecidos em vistas ao equilíbrio da produção na estrutura econômica. (MANTEGA, 1995: p. 26-27)

É contumaz identificar a estratégia de superação da condição herdada pela colonização, a qual caracteriza o desenvolvimento – industrialização, nacionalismo, intervencionismo, são casos que evidenciam o núcleo duro do conceito (FONSECA, 2015). De fato, a mudança das estruturas econômicas legadas perpassa por um processo de industrialização. Mas entendemos que a afirmação política do terceiro mundo não se trata, nesse âmbito, de se apresentar simplesmente oposição ao passado colonialista, mas sim contraposição ao primeiro mundo, aos imperialismos de toda sorte, legando permanência aos preceitos liberais do wilsonismo.

Versar-se-á ainda, no medrar das décadas, sobre as estruturas culturais e filosóficas: o Plano Nacional de Educação e o debate e eleição dos patrimônios históricos, materiais e imateriais; as epistemologias do Sul. As instituições, por consequência, seriam nesse processo mudadas das suas formas europeizadas para as condizentes às subjetividades identitárias locais (DE MEDEIROS, 2019).

Porém, se fez questão a superação da estrutura econômica instituída na especialização primária perdurante após a independência, pois as possibilidades de escolha econômica foram duramente limitadas através da colonização com modificações econômicas e sociais irreversíveis (TREILLET, 2015: p. 48).

Nesse ínterim, a dualidade entre *bases sociais* - a corrente agrária, que no Brasil é liberal e vinculada aos interesses agroexportadores, e a corrente intervencionista e industrial, vinculada à acumulação industrial - fora muitas vezes percebida na história da intelectualidade brasileira - evidenciando a construção de uma *visão hegemônica* -, e embora acreditamos, como Versiani (2010), que tantas outras vezes se tenham misturadas, caminhado uma ao lado da outra sem no entanto entrarem em conflito, a diferença é notada. E fora percebida, em especial, ao longo dos anos 50.

É ao contrário de Mantega (1995: p. 12) que entendemos que essa discussão apresentou intelectuais diversos e instituições especializadas antes dos anos 50. Um confronto teórico verdadeiro por certo entre os economistas vingou a partir dessa década. Mas as sementes do debate já estavam postas, sem polarizar a intelectualidade do país mas a caminhar nesse sentido em conjunto com as instituições que se faziam notadamente a partir da década de 30, tal o sistema universitário. Ademais, as discussões referentes a essas pautas de modo algum tangiriam apenas economistas.

É essa implementação de instituições que visassem o planejamento e o consequente desenvolvimento que identificamos enquanto *arquitetura estatal*, enquanto *modo de articulação* do Estado desenvolvimentista. Dentre os tantos exemplos que podemos dar dessa consolidação, e que veremos mais tarde, encontramos um de transição ao Estado desenvolvimentista: a constituição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em oposição ao antigo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o qual evidencia a fuga da discussão do âmbito dos economistas.

Já na década de 1940, o debate econômico no país caminhava em vias de polarização. De um lado, Eugênio Gudim defendia o monetarismo econômico, repetindo os princípios da

regulação automática de mercado e a decorrente alocação ótima de recursos. Gudin pregava a teoria das vantagens comparativas, e se associava às oligarquias agro-exportadoras e à burguesia comercial importadora. (MANTEGA, 1995)

Do outro lado, Roberto Simonsen, empresário e líder da Federação de Indústrias de São Paulo, elaborou um pensamento desenvolvimentista que acarretasse no *status quo*, se mantendo intervencionista. Se associava às alas modernizantes da burguesia industrial brasileira e, indiretamente, com as forças sociais projetadas com a expansão urbano-industrial, as quais eram ligadas a um processo de acumulação industrial e que careciam de apoio estatal frente à concorrência externa, à falta de insumos e de estrutura. (MANTEGA, 1995)

O projeto representado por Simonsen era empenhado por setores sociais diferentes - militares, classe média, empresariado industrial em sua maioria, proletários instigados por lideranças de setores diferentes, intelectuais etc.. Mas, no todo, tal projeto feria ao mínimo os interesses oligárquicos, propondo avanço da industrialização através de proteção tarifária e investimento em infraestrutura. O setor exportador, nesse sentido, se tornaria fornecedor de matérias primas e alimentos requeridos pela expansão urbano-industrial por intermédio de divisas para as crescentes importações. (MANTEGA, 1995)

Nesse sentido, se tratava de uma transformação conservadora. Pressupunha-se reformas econômicas e sociais, com elevação da renda *per capita* e melhoria do nível de vida além da qualificação de técnicos. Mas as reformas sociais eram assistencialistas, como criação do Serviço Social do Comércio (SESC, criado em 1946) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, criado em 1942). Ressoava às classes médias, às forças armadas e a sua principal interessada, a burguesia industrial. (MANTEGA, 1995)

Como quaisquer liberais organizados da época (WALLERSTEIN, 1994), a corrente liberalista no Brasil definiu com seu antigo discurso da regulação automática do mercado. (MANTEGA, 1995: p. 12). Serão outros, ainda que liberais, vinculados estes àquela corrente wilsoniana do “desenvolvimento (econômico) nacional” (WALLERSTEIN, 1994) – estes mesmos aos quais Mantega (1995) identifica CEPAL –, que desenvolverão projeto outro. Não diversamente, a CEPAL participou ativamente da polêmica sobre o desenvolvimento. (MANTEGA, 1995)

Tal “transformação conservadora” evidencia o que foi um reequilíbrio de poder das elites nacionais - entre as “oligarquias agro-exportadoras e a burguesia comercial

importadora” e “militares, classe média, empresariado industrial em sua maioria, proletários instigados por lideranças de setores diferentes, intelectuais etc.” - acarretando em uma mudança na *seletividade estratégica* do Estado dentro do escopo do desenvolvimentismo. O *modo de articulação* do Estado já não podia corresponder à mesma *base social* e, portanto, fora adaptado. É compreensível que técnicos fossem realocados, que diretores de instituições estatais fossem trocados – um impacto desse reequilíbrio afetaria também o *modo de representação*, e a nova *base social* do Estado (com as suas contradições), assim, seria contemplada.

Quadro 7: Seletividades nos âmbitos do Estado brasileiro no início do período desenvolvimentista

<p>BASE SOCIAL</p>	<p>Oligarquias Agro-Exportadoras</p> <p>Burguesia Comercial Importadora</p>	<p>Militares</p> <p>Classe Média</p> <p>Empresariado Industrial</p> <p>Proletários</p> <p>Forças Sociais Projetadas com a Expansão Urbano Industrial</p>
<p>PROJETO DE ESTADO</p>	<p>-</p>	<p>Intervencionista</p> <p>Moderno</p> <p>Assistencialista</p> <p>Integração Nacional</p>
<p>VISÃO HEGEMÔNICA</p>	<p>Regulação Automática de Mercado</p>	<p>Modernização</p> <p>Positivismo</p> <p>Espírito Republicano Nacionalista</p>
<p>MODO DE INTERVENÇÃO</p>	<p>Monetarismo</p>	<p>Industrialização</p> <p>Crédito</p> <p>Proteção Tarifária</p> <p>Investimento em Infraestrutura</p>
<p>MODO DE ARTICULAÇÃO</p>	<p>-</p>	<p>Instituições de Planejamento</p> <p>Bancos Públicos e de Desenvolvimento</p> <p>Empresas Estatais</p>

		Transferência dos Centros de Decisão da Política Econômica ao Favor dos Interesses da Indústria
MODO DE REPRESENTAÇÃO	Coronelismo	Concurso Público Tecnocracia

Fonte: do autor

Não poderíamos deixar de entender que ambas tendências se encontram e se misturam, e caminham juntas mesmo que em conflitos, em dissonâncias e em disputas. Mas esse caminhar junto, justamente, origina o estatal brasileiro – conforme compreende a interpretação do *enfoque estratégico relacional* tendo, diante de nós, o Estado enquanto relação social. Destarte, encontraríamos um primeiro resultado dessa quase soma no *Estado Cooperativo*, de Boris Fausto (1995), mas estas tendências se distinguiriam um tanto mais, nas décadas seguintes, e por consequência a forma do Estado – e os debates intelectuais, notadamente –, acompanhando tais mudanças, se modificaria.

Com efeito, é a partir da década de 1950 que o debate do desenvolvimento encontra o do subdesenvolvimento – surgem autores como Raul Prebisch (1949), Gunnar Myrdal, Ragnar Nurkse. Mas é a partir de herança deixada por Simonsen, no caso da CEPAL, dando-lhe consistência a partir da liderança intelectual exercida pelo grupo de Itatiaia, que se formaria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB, criado em 1955). Trata-se de tradição nacional-desenvolvimentista, de inspiração cepalina, que logrou na Comissão Mista Brasil-EUA, no Grupo Misto BNDE-CEPAL, que orientaram o Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reparelhamento Industrial (no segundo Governo Vargas) e o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. (MANTEGA, 1995)

Não poderíamos deixar de relacionar essa “transformação conservadora” à atuação dos EUA, por si influenciada pela natureza da Doutrina Monroe vigente nesse momento, a qual pautou, pela parte dos EUA, a criação dessa Comissão e do Grupo Misto e, consequentemente, o Governo Vargas no que tange o Plano de Reabilitação e o Governo Kubitschek no que tange o Plano de Metas.

Desta forma, percebemos que, de fato, a *base social* do desenvolvimentismo brasileiro, pelo menos em parte, se encontra também além das fronteiras nacionais –

conforme Ribeiro (2012) elenca no rol de atores, os quais representam segmentos (internacionais, nacionais e locais), que constituem o campo do desenvolvimento.

A tradição cepalina, a qual é dita nacional-desenvolvimentista por modelo de substituição de importações, se estrutura por autores tais Celso Furtado com suas linhas mestras do processo de substituição das importações e Ignácio Rangel, com a análise do caráter prematuramente oligopolista da economia brasileira. Ambos os autores se aproximam, se complementam. Mas é com Maria da Conceição Tavares que o primeiro modelo analítico da economia brasileira surge sob o título da substituição de importações. (MANTEGA, 1995)

É curioso notarmos que a CEPAL se estruturou sobre aquela ótica da constituição do Terceiro Mundo, a qual põe em evidência o subdesenvolvimento. Mas a sucessão isebiana encontraria a ótica diferente na constituição das ditas comissões, no bojo da reforma conservadora lograda, no Brasil, por Simonsen. A formação desse segundo âmbito do desenvolvimento, que em primeira mão se elaborou a nível mundial e capitaneado pelos Estados Unidos, e que expressa uma renovação do liberalismo, parece então ter sido reelaborada e apresentada nos âmbitos nacionais pela própria *base social* que representava.

Como dito, é nessa época que se polarizam dois grandes blocos no debate econômico do país: o das oligarquias agro-exportadoras com a burguesia comercial importadora; e o bloco que ganhava projeção com a expansão urbano-industrial e que eram ligados à acumulação industrial, sendo eles nacionalistas, carentes de proteção à concorrência comercial externa e carentes também de infraestrutura produtiva e de insumos à produção. A Vargas, se associa o projeto de Simonsen em dinâmica de retração do setor agro-exportador, em quadro ideológico centrado em um forte nacionalismo porém sem excluir a colaboração internacional. (MANTEGA, 1995)

Já com a publicação dos Cadernos do Nosso Tempo (1953-1956), se consolida a ala dos intelectuais de centro-esquerda; em 1955, Juscelino Kubitschek cria o ISEB, o qual era subordinado ao MEC e fortemente ancorado na CEPAL, e tinha por função a discussão dos problemas nacionais e o auxílio à elaboração de programas de governo. (MANTEGA, 1995)

Em paralelo, o pensamento ligado ao Partido Comunista Brasileiro disputava as preferências da esquerda com o bloco anterior, o qual era representado por Celso Furtado. Com a pretensão de formular uma análise marxista da realidade brasileira, se embasavam nas teses da 3ª Internacional sobre os países atrasados – nas de Lênin sobre a Rússia czarista

e em sua proposta de revolução democrático-burguesa, formulada em 1905. Portanto, ressaltavam a semifeudalidade da agricultura brasileira, apontando a causa da não industrialização do país na agenda exportadora de produtos primários, conquanto o imperialismo se mostrasse o principal obstáculo para o desenvolvimento nacional¹¹. (MANTEGA, 1995)

A atualização de um programa liberal, no que tange a defesa da autodeterminação dos povos (a qual deriva, lembramos, de um dos preceitos fundamentais do liberalismo) condizia com a mesma questão apresentada por Lenin durante esse encontro entre os movimentos de libertação nacional e os partidos comunistas. Como levantamos mais cedo, o programa de desenvolvimento socialista se iguala ao do “desenvolvimento (econômico) nacional”. (WALLERSTEIN, 1994)

A crítica que alguns autores fazem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, por Guido Mantega (1995), é que o partido quis, em nome do desenvolvimento etapista do socialismo, apoiar o Governo Vargas a partir da concepção de que este, representando o capital nacional, se contraporía ao capital estrangeiro. Pois Mantega coloca:

A ideologia desenvolvimentista ganhava impulso no Brasil com a adesão de boa parte da esquerda, inclusive do Partido Comunista Brasileiro, cujas teses e proposições principais também desembocavam na industrialização como meta prioritária para a situação brasileira naquele momento (MANTEGA, 1995: p. 12)

E do entanto não podemos nos desprender da colocação de Wallerstein (1994) sobre os partidos comunistas. Em efeito, desse movimento, a liderança se juntou ao grupo de intelectuais denominado “Grupo de Itatiaia”, organizado no Caderno de Nosso Tempo, que se transformou em 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vinculado ao Governo Kubitschek, e que se encarregava de então pela elaboração dos programas de governo. No entanto, apresentavam-se “uma versão ligeiramente mais nacionalista do desenvolvimentismo na sua formação cepalina, a ser praticado por um governo curiosamente muito liberal com o capital estrangeiro como o de Kubitschek” (MANTEGA, 1995: p. 12-13). Eles se enquadravam dentro dos ensejos do desenvolvimentismo enquanto renovação do liberalismo.

Do mesmo modo, se tratou de um processo de acumulação entravada, no bojo da expatriação do excedente que mesmo o desenvolvimentismo proporcionou, que por este

¹¹ Encaminhamentos, estes, que paralelamente nos lembram dos encaminhamentos conceituais do Congresso de Bakú.

motivo não logrou em diferenças que o projeto desenvolvimentista havia prometido. De fato, a revisão que Mantega faz sobre as décadas de 30 a 60 - sobre o primeiro ciclo do desenvolvimento -, se elabora em crítica à CEPAL, ao Governo Vargas e ao ISEB. Este era o núcleo duro do pensamento desenvolvimentista deste primeiro ciclo. (MANTEGA, 1995)

Com a década de 60, se abre uma época não só de incertezas, mas de decepções que levantarão mobilizações populares - das quais Maio de 68 será a expressão mais marcante – e profundos debates acadêmicos em paralelo. No Brasil, rolde autores conferem ao desenvolvimentismo cepalino releituras críticas – Mantega (1995), Bielchóvsky (1996) entre outros estarão no cerne dessas reinterpretações. Quando percebem que as utopias que acompanharam o surgimento do desenvolvimentismo não foram alcançadas, e que o desenvolvimento caminhava em direção contrária, essas releituras permitiram um soerguimento novo da teoria e da prática desenvolvimentista, apontando novos caminhos para as velhas utopias. Trataremos em seguida de verificar.

2.7 Vargas e o Estado de Compromisso

Ao encontro daquelas tendências que prevaleceram e se cultivaram nos meares do início do século, com a consolidação do sistema universitário no Brasil, consolidou-se também uma metamorfose no pensamento político e social do país. O ensaísmo que prevaleceu nas décadas precedentes é deixado de lado e uma linguagem pautada pelo rigor científico floresce. Florestan Fernandes é o grande nome desse momento. Por efeito,

ao longo da década de 1950, há um salto de qualidade e um rápido crescimento das Ciências Sociais como atividade universitária organizada, ainda que nesse momento haja um predomínio da Sociologia, em especial da Sociologia do Desenvolvimento, na definição do que se entendia por conhecimento científico da realidade (...).

Com este breve panorama, é possível perceber, portanto, que os temas referentes ao povo e ao Estado formaram o pensamento brasileiro (...). Do mesmo modo, nota-se a prevalência durante décadas daquilo que Lamounier chamou de “ideologia de Estado”, em especial na sua faceta voltada para o desenvolvimento econômico que ganhou tanta importância ao longo da década de 1950. (IASULAITIS, 2016: p. 126)

Nessa época, o Governo Vargas fora orientado por um equilíbrio de forças bastante específico que desenhava a necessidade da substituição de importações em manter ao seu lado ainda o setor de exportações de bens primários para obter as divisas necessárias à importação de bens de produção necessários à referida substituição – não haveria, assim, divergência de interesses no início do processo de industrialização (MANTEGA, 1992). Dessa forma, a elite agrária que caracterizou o Estado Imperial e a República da Espada

continuou a se articular no Estado brasileiro. Esse equilibrismo político que entretia o Governo Vargas configurou o que Boris Fausto (1995) chamou de *Estado de Compromisso*.

Com efeito, até os anos de 1930, a política brasileira fora pautada pela dinâmica do *café com leite* – uma forma de articulação pensada entre os Governos estaduais e o Federal; um pacto oligárquico que configurou a hegemonia de um *bloco de poder*. Justamente, Boris Fausto (1995) traz à tona a crise desse pacto, a qual resulta em situação em que nenhum grupo ou classe consegue hegemonizar o Estado – notadamente, esse é o período Vargas, é o *Estado de Compromisso*, o qual se faz permeado por um conjunto de atores que não estabelecem, entre si, uma hegemonia clara (conquanto os industriais ainda não são hegemônicos e os agrários perdem a hegemonia que cultivavam no período anterior).

Boris Fausto (1995) identifica, nesse conjunto, uma “complexa base social e política” da revolução de 1930. Nesse grupo, contudo, não estavam presentes a indústria e a classe média. A primeira ainda era bastante incipiente e a segunda, bastante “heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome” (FAUSTO, 1995: p. 325). Nem mesmo Vargas se tornou de imediato representante do empresariado. Entretanto, “antes ou depois de 1930, a aproximação com o Estado era fator decisivo para o fortalecimento da burguesia industrial” (FAUSTO, 1995: p. 326). A revolução de 30, na verdade, representou um grupo assaz heterogêneo, o qual compreendia os atores de certo regionalismo das oligarquias, do desejo de reformulação do sistema político que se associava à juventude e aos tenentes, da própria centralização que propunham os tenentistas e “o Partido Democrático – porta-voz da classe média tradicional – pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria seu domínio” (FAUSTO, 1995: p. 326).

Mas Fausto se interessa, particularmente, pelos setores que predominaram após a revolução e pelos objetivos entretidos após. Com efeito, percebe que ocorrera uma troca de elites no poder, mas que tal fora sem grandes rupturas – ascenderam grupos (que eram de certa forma já bem inseridos na ordem antiga) tais os militares, os técnicos diplomados e os políticos mais jovens (os industriais acompanhariam essa ascensão um pouco mais tarde). Por outro lado, “Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os ‘carcomidos da política’, como se dizia na época” (FAUSTO, 1995: p. 327).

Paralelamente, não era do feitio de Vargas negociar individualmente ou um a um desses sujeitos – ele centralizava, conversava com grupos de representantes setoriais, os

quais se organizavam na forma de sindicatos ou na forma de associações patronais – chamar-se-ia, no rol teórico do enfoque estratégico relacional, essa configuração de *Estado Cooperativo* (FAUSTO, 1995), e a entenderíamos enquanto âmbito essencial do Estado, o qual é o *modo de representação*.

A falta de hegemonia de classe – e entenderíamos que em conjunto com a formação desse *modo de representação* – foi a brecha necessária ao Estado para que este implementasse um *modo de articulação* mais específico ou, em outras palavras, simplesmente uma burocracia estatal um tanto mais centralizada – e o DASP seria o exemplo mais contundente desse âmbito, o qual realiza um *modo de atuação* que desvela e caracterizaria o desenvolvimentismo.

O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado em 30 de julho de 1938, pelo Decreto-Lei nº 579. Sua fundação marcou um esforço deliberado para consolidar uma nova ordem político-administrativa no contexto do Estado Novo, com o objetivo de reorganizar o aparato estatal e modernizar a administração pública. Nesse sentido, o DASP desempenhou papel central na racionalização do serviço público, buscando superar práticas patrimonialistas e desarticulações administrativas que comprometiam a eficácia do Estado.

O DASP, em conjunto com os interventores federais, foi fundamental para controlar as elites políticas regionais e organizar o poder estatal em uma escala nacional, ampliando a capacidade de ação do Estado. Essa reconfiguração institucional visava centralizar e fortalecer o poder estatal, tornando-o apto a liderar os processos de industrialização e modernização social que caracterizavam a década de 1930. Um exemplo disso foi o Decreto-Lei nº 1202/39, que regulou a administração estadual e municipal, evidenciando o esforço do governo Vargas em estruturar um aparato administrativo uniforme e eficiente. (CODATO, 2014)

A percepção sobre o DASP foi, entretanto, ambígua. De um lado, foi amplamente reconhecido por suas inovações administrativas e pelo desenvolvimento de uma elite técnica comprometida com a profissionalização do serviço público (GUIMARÃES, 1986; DUARTE, 1976). De outro, enfrentou críticas, especialmente de funcionários públicos federais, que viam na tecnocratização e na centralização uma ameaça a privilégios e dinâmicas já estabelecidas (RABELO, 2013).

Ainda assim, o impacto do DASP foi duradouro, não apenas na gestão pública, mas também na formulação de um pensamento político-administrativo alinhado aos ideais desenvolvimentistas. O desenvolvimentismo latino-americano transcendeu as políticas econômicas, englobando fenômenos históricos e discursos políticos nos quais o DASP se inseriu como um dos pilares centrais. Além disso, a instituição ajudou a criar um modelo de governança capaz de responder às demandas de modernização econômica e social que a transformação do país, então, necessitava. (FONSECA, 2015; BRASIL ET AL, 2014)

Todavia, os interesses industriais só se conformariam em hegemonia com o fim da Segunda Guerra Mundial. Mas conquanto Vargas queria racionalizar os setores industriais pela implantação de uma indústria de base, e assim comprava briga com os americanos em relação aos recursos naturais do país, o setor exportador e agrário se voltara contra ele. Nesse momento, Vargas se torna mais nacionalista e se confronta com os interesse norte-americanos.

Agora em parênteses, a visão de Boris Fausto (1995) sobre a história brasileira é bastante parecida com a trajetória que o enfoque estratégico relacional se estabelece – compreende o Estado em relação a um equilíbrio de poder em que conflitam não simplesmente *bases sociais* (Fausto (1995) utiliza essa mesma nomenclatura), mas também os projetos e as visões que cada uma carrega consigo, revelando uma compreensão sobre o que Jessop (2017) chamaria de *âmbitos subjetivos do Estado*. Com efeito, Fausto coloca que:

O poder de tipo oligárquico, baseado na força dos Estados, perdeu terreno. Isso não quer dizer que as oligarquias tenham desaparecido, nem que o padrão de relações sociopolíticas baseado na ‘troca de favores’ deixasse de existir. Mas a irradiação agora vinha do centro para a periferia, e não da periferia para o centro. (FAUSTO, 1995: p. 327)

De fato, o pacto oligárquico já se desgastara nas décadas anteriores. Os anos de 1920 foram marcados por quatro movimentos que não só abriram alas a um grande debate social, mas também aceleraram o processo de mudanças sociais que resultaria na década de 30 - as mobilizações de trabalhadores alcançaram uma outra etapa quando possibilitaram a criação do Partido Comunista Brasileiro; de igual forma, a Semana de Arte Moderna denunciou a ingenuidade ufanista, valorizou o que era original do país e causou uma sorte de revolução estética; o tradicionalismo reagia através das ideias católicas de individualismo; e o movimento tenentista se expressava com a Rebelião do Forte de Copacabana. De pouco em pouco, os setores tradicionais da exportação perdiam terreno político e econômico em prol de um capital nacional, o qual se desenvolvia, também, através de investimentos industriais. (LAHUERTA, 1997 *apud* IASULAITIS, 2016; BASTOS, 1986 *apud* IASULAITIS, 2016)

Portanto, essa década fora marcada por conflito de ideias, talvez muito mais que um conflito diretamente material que opusesse simples e diretamente a indústria ao meio agrário ou que se expressasse de imediato nas relações político-institucionais. Percebemos que se associavam às indústrias o discurso modernista que a Semana de Arte Moderna apresentou, assim bem como a compreensão de nação brasileira ou de brasilidade que se expressava na literatura consequente ou mesmo nos trabalhos que compunham o pensamento social brasileiro desenvolvido de então.

De fato, se associavam a esses eventos algumas produções intelectuais intermediadas por um predomínio de tradição ensaística, o qual adveio dessas mudanças na sociedade brasileira, as quais eram tanto culturais, quanto econômicas, sociais e políticas. Essa tradição foi expressa justamente pelos autores antes citados – Oliveira Vianna, Alberto Torres, Nestor Duarte, Francisco Campos e Azevedo Amaral. O carácter ensaístico se devia à falta de um sistema acadêmico consolidado – como o sistema universitário que viria a se consolidar na década de 30, mediante atuação do Governo Vargas –, de forma que tais autores estavam na condição de pensadores isolados e, conseqüentemente, formulassem amplos ensaios histórico-sociológicos que tivessem carácter normativo. (LAMOUNIER, 1982 *apud* IASULAITIS, 2016)

Desta forma, percebemos que o pensamento social brasileiro não se desvinculava da movimentação social e se enquadravam no equilíbrio de poder que, no bojo de sua própria consequência, dava forma ao Estado brasileiro.

Ademais, aqueles referidos autores – no âmbito do carácter normativo de suas obras –

preocuparam-se em inspirar ações concretas: em persuadir possíveis atores a se engajarem na destruição do Estado oligárquico e se articularem na construção de um Estado que seria um híbrido do Estado de Direito clássico (na medida em que preservava a delimitação das diferenças entre Estado e Sociedade) com um Estado tendencialmente autoritário, capaz de assegurar sua independência frente às oligarquias regionais, manter sua coesão burocrática e, sobretudo, implantar um elevado poder de intervenção na esfera econômico-social (LAMOUNIER, 1982). (IASULAITIS, 2016: p. 124)

E, de fato,

Guardadas as especificidades das produções de cada autor, o que unificava este pensamento autoritário era uma “ideologia de Estado”, que se contrapunha à ideologia de mercado e ao liberalismo. Tal mudança devia-se ao fato de que os anos de 1920 e de 1930 se constituíram momentos críticos da convulsão e conturbação social, derivados do avanço da modernização no Brasil, da intensificação das demandas de participação dos segmentos urbanos e do esgotamento das estruturas da Primeira República, requerendo um novo pacto social. A partir de então, o Estado aparece como o depositário das esperanças nacionais, sendo a organização da sociedade uma de suas funções. Tal compreensão se expressa no cerne do pensamento autoritário: um Estado para “domesticar” as massas para um projeto de nação. (IASULAITIS, 2016: p. 124)

Fausto apresentaria de imediato as consequências no *âmbito formal*:

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. Devemos acentuar pelo menos três dentre eles: 1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna. (FAUSTO, 1995: p. 327)

Se soma a essa observação as colocações acerca do *Estado Cooperativo*, do *Estado de Compromisso* e do DASP.

Compreendemos assim que um *modo de atuação* particular se desvela enquanto promove o que Fausto (1995) prefere chamar de burguesia industrial – entre 1930 e 1940, um *efeito de Estado* permite que essa classe se torne de fato hegemônica. Tal hegemonia não poderia ser alcançada se não fosse a forma e a atuação estatal empregadas nessa década e que caracterizaram o *Estado de Compromisso*.

Quadro 3 - Comparação entre seletividades da proposta de Estado oligárquico com a de Estado de compromisso

MODO DE REPRESENTAÇÃO	Modelo Oligárquico	Estado Cooperativo
MODO DE ARTICULAÇÃO	Troca de Favores Estado Regionalizado	Centralização Estatal DAPS
MODO DE INTERVENÇÃO	Subvenção à Produção Agrícola	Substituição de Importações "a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização" "a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal"
BASE SOCIAL	Forças Agrárias Militares de Alta Patente Classe Média	Forças Agrárias Indústria Inscipiente GRUPO HETEROGÊNEO Oligarquias Regionais Tenentes "aliança de classes promovida pelo poder estatal"
PROJETO DE ESTADO	-	Estado de Compromisso
VISÃO HEGEMÔNICA	Ufanismo Europeização	Modernismo Brasilidade

Fonte: do autor

Todavia, será apenas na década de 1970 que o pensamento político e social brasileiro adota definitivamente os conceitos de sociedade civil. É então que se descobre, enfim, que

na política havia mais do que o Estado. Até então, a intelectualidade brasileira, notadamente a de cunho marxista, entendeu a sociedade civil enquanto uma elaboração burguesa a ser inteiramente combatida. Essa mudança se deveu ao surgimento dos movimentos sociais durante o período militar – era, portanto, necessário um pensamento social que abarcasse a realidade dessa nova atuação social e que compreendesse as mudanças políticas em curso. (PONTE, 1990 *apud* IASULAITIS, 2016; WEFFORT, 2011)

2.8 Revisões desenvolvimentistas

As tensões que permearam o debate desenvolvimentista a partir da vontade de reformar a ideia do desenvolvimento, ou de se a apropriar, se expressaram através dos adjetivos que acompanham a própria história do desenvolvimento (RIBEIRO, 2012). Os mesmos adjetivos, entretanto, permitem visualizar os *subtipos do conceito* que Fonseca (2004) apresenta em sua discussão metodológica. Contudo, é mister percebermos que a variação, dentro do período de *média duração* que é o desenvolvimento, é relativa a uma dinâmica social que revela do *equilíbrio de poder* que estabelece a *seletividade estratégica* do Estado, assim como tal variação intelectual também lhe é derivada – é o que chamamos de *efeito de Estado*, o qual acreditamos também se aplicar à vida intelectual e ao âmbito das ideias e ideologias. Com efeito, num trecho que nos lembra bastante essa definição, Ribeiro (2012) nos coloca:

Essas variações e tensões refletem não apenas as experiências históricas acumuladas por diferentes grupos de poder em suas lutas por hegemonia internamente ao campo do desenvolvimento, mas também diferentes momentos de integração do sistema capitalista mundial. (RIBEIRO, 2012: p. 214)

Desselaríamos que o *campo do desenvolvimento* se reflete ao Estado se versando em seus âmbitos, como já discutimos em momento anterior.

Neste momento, nos cabe também dizer que no intuito de autoafirmação, englobado no contexto do “desenvolvimento (econômico) nacional” do wilsonismo a partir de seus preceitos democrático-liberais mas também no contexto de formação do Terceiro Mundo (e do antiimperialismo que este apresenta), identificamos (não muito longe do enfoque que escolhemos) as quatro dimensões que compõem a definição de Estado na contemporaneidade (LINERA, 2010) nesse longo processo em andamento no Brasil: a criação de empresas estatais, a organização do ambiente acadêmico e a criação de universidades públicas, a instituição de autarquias e de órgãos públicos e os processos

organizativos respectivos, atestam do âmbito material dessa gestação da natureza de um Estado que chamaremos de desenvolvimentista – primeira dimensão; tais instituições foram subsidiadas por uma idealidade específica, por uma crença, por um discurso generalizado – o do desenvolvimento, o da modernização: segunda dimensão; isso, em meio à correlação de forças, às hierarquias instaladas no processo dialógico dessa construção, notadamente entre as próprias elites do país – terceira dimensão; estas quais profundamente se ocuparam em estabelecer seu monopólio – da coerção, da legitimidade e dos recursos naturais: quarta dimensão.

Tratou-se, portanto, de um Estado em busca de sua consolidação – processo este de construção de hegemonia dada por estes quatro âmbitos ao longo da história do país, seja no âmbito da construção do Terceiro Mundo, ou seja no da renovação do liberalismo e na atuação do capitalismo. O desenvolvimento se entende, portanto, através desse enfoque, enquanto processo de consolidação de hegemonia e assim fundamental para a formação nacional.

Hegemonia, inclusive, de algumas partes sociais dentro do território brasileiro: quiçá a escravidão e o seu legado são elementos fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro, sem o qual a estrutura econômica não se teria elaborada no século XX. Isso nos faz reconsiderar o ante exposto – nos faz questionar o papel libertador do desenvolvimento que alguns autores lhe conferem, seu objetivo em desfazer dos entes colonizados e excolonizados as amarras da dependência, em desfazer as correntes que o imperialismo, como expressão de continuidade da colonização, reproduz enquanto legado do colonialismo, ou em reestruturar a sociedade em moldes novos. O desenvolvimento, de fato e por efeito, atualizou e reproduziu essas relações a nível nacional.

Como podemos compreender isso? Como interpretar, sistematizar e organizar esse impasse teórico? Mantega elaborou questionamento similar quando percebeu que os resultados prometidos pelo nacional-desenvolvimentismo não se haviam cumprido:

Boa parte dos nacional-desenvolvimentistas sustentou, anos depois, a hipótese de que a sua ideologia não conduziu ao bem-estar das massas e à emancipação econômica do país porque seu projeto só teria sido encampado verbalmente ou propagandisticamente pelos governos, enquanto, na prática, a teoria era outra. A meu ver essa opinião está equivocada, pois, não só a estratégia econômica do nacional-desenvolvimentismo foi posta em prática durante os governos mencionados [Vargas (1951/54); Kubitscheck (1956/61)], como teve seu coroamento natural no modelo do “milagre” que sucedeu ao golpe de 1964. Em outras palavras, pretendo sustentar a tese de que a teoria cepalina e seus desdobramentos nacional-desenvolvimentistas nortearam os passos dos governos populistas brasileiros, abrindo caminho, assim, para a plena implantação do

capitalismo monopolista no país e a fase mais avançada do imperialismo. Isso, evidentemente, pressupõe a contradição entre os objetivos sociais explicitados pela ideologia nacional-desenvolvimentista e os meios propostos para alcançá-los. Estes foram efetivamente postos em prática, só que o alvo atingido foi outro. (MANTEGA, 1995: p. 64)

Em outras palavras, pergunta-se: para que *base social*, de fato, servia materialmente o desenvolvimentismo cepalino?

Após quase uma década de aplicação, a ausência de resultados sociais da política econômica desenvolvimentista se tornou desacreditada por volta de 1965. Novos pensadores que então entraram em cena, em conjunto mesmo com os antigos partidários dessa política, forneceram críticas inúmeras às duas correntes que marcaram o debate na década anterior. (MANTEGA, 1995)

De igual modo, as teses do PCB se romperam através do dissenso de um de seus mais prestigiados membros, Caio Prado Júnior. Criticava-se a tese sobre as relações sociais semifeudais ou pré-capitalistas; uma nova visão se fazia a interpretar a agricultura enquanto capitalista, mas que nunca fora feudal no Brasil – não haveria, portanto, revolução democrático-burguesa a ser feita, pois que o país já se via em capitalismo pleno mesmo que ainda em condições semicoloniais e submetido ao jugo do imperialismo. (MANTEGA, 1995)

É, portanto, que surge Caio Prado Júnior na intelectualidade brasileira, produzindo uma ruptura com as teses do feudalismo¹² – e, igualmente, uma ruptura com o Partido Comunista Brasileiro –, por meio do seu modelo de subdesenvolvimento capitalista, ou a tese do capitalismo colonial: resulta, da expansão capitalista mundial, o Brasil tal qual é então, subdesenvolvido, tratando-se do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

É com André Gunder Frank que o debate feito pela nova esquerda norte-americana (Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff e Leo Huberman) é trazido para o país. Com Rui Mauro Marini (2012), a pergunta chave é sobre a produção do excedente nacional frente à natureza capitalista e subdesenvolvida do Brasil. Respondeu-a com sua teoria da superexploração dos trabalhadores periféricos – explorados ao mesmo tempo pela burguesia local e por aquela imperialista mundial, não lhe logrando condições aquisitivas de consumo às mercadorias da indústria nacional. O mercado interno é assim, desde então, compreendido pela sua fragilidade, pela sua precariedade a qual só poderia ser resolvida pela invasão dos

¹² Caio Prado já estava presente no debate público desde a década de 1930.

mercados da América Latina, ainda menos desenvolvidos que o do Brasil, no intento da expansão da acumulação industrial brasileira - surge, portanto, a tese do subimperialismo brasileiro. (MANTEGA, 1995)

Nessa revisão, identifica-se quatro teses do modelo de subdesenvolvimento capitalista, as quais são: o capitalismo colonial; o desenvolvimento do subdesenvolvimento; a superexploração dos trabalhadores periféricos; e o subimperialismo brasileiro. (MANTEGA, 1995)

Todavia, o modelo brasileiro de desenvolvimento se define melhor com a prática pós-golpe de 1964 – com a adaptação dos princípios da teoria neoclássica liberal à necessidade da intervenção estatal na economia de acumulação incipiente. Sua estratégia se contunde no suporte direto e indireto à acumulação privada, mas também à implantação de empresas estatais; regula-se a força de trabalho e se restringe o salário no ensejo de potencializar os lucros. Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen são autores-chaves desse intento (MANTEGA, 1995). Mais uma vez vemos a influência do liberalismo nessa época que ele ainda se faz cadente e permanente. O intervencionismo estatal, no modelo brasileiro de desenvolvimento, revela assim do liberalismo aprofundado e atualizado.

Surge, ainda, a teoria da dependência, partindo nos anos de 1970 com os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2000; 1967 *apud* MANTEGA, 1995), e outros autores tais Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Paul Singer e outros, os quais, diante do fatalismo catastrofista e estagnacionista da corrente anterior, preocupam-se com soluções na possibilidade do desenvolvimento capitalista, mesmo que não evidente, que não autônomo e nem mesmo nacional, pois que se liga, intimamente, e de forma dependente e associada, ao capital estrangeiro. (MANTEGA, 1995)

Um questionamento parecido se elabora nos trabalhos de Csaba Deak (1991), na crença de que no Brasil não se constitui uma burguesia propriamente, pois que é característica desta a defesa do nacional - configura-se, nos países do terceiro mundo, as elites não burguesas, a sociedade de elites, a qual funciona nos moldes da acumulação entravada, e que popularmente denominam-lhe entreguista.

A realidade do terceiro mundo, da América Latina e por fim do Brasil, resulta na elaboração de conceitos próprios e a atualização ou negação de conceitos advindos de outras realidades para fins de estudos. Porém, percebemos que a intelectualidade brasileira tem historicamente entendido a burguesia a partir dos preceitos que fundaram o conceito de

burguesia na Europa. Nesse sentido, desselamos a posição do PCB em apoiar um projeto de desenvolvimento econômico nacional e, conseqüentemente, ter apoiado o Governo Vargas. Dessa sorte, fora possível fazer entrar no país o capital estrangeiro, a partir do que entendemos ter sido na época a acumulação por expatriação de excedente no processo de acumulação, que resultou no golpe de 1964.

É assim, em contraponto, que podemos conceber que a reprodução do capitalismo (enquanto seqüência histórica dos imperialismos coloniais) é uma elaboração interna, independente das globalizações incidentes mas que com elas dialoga, e que não provém de um atraso, que a estrutura econômica e a configuração econômico-social da sociedade brasileira não provém de um atraso econômico que derivaria, de entre tantos fatores, da escravidão, mas provém sim de escolhas econômico-políticas, feitas passo a passo, a cada instante e vez após vez, da própria sociedade brasileira em todos os seus ramos. A reprodução não é imposta - é assim percebida como escolha, tal como o desenvolvimentismo é deliberado.

Paralelamente, Gilbert Rist (2013: p. 465) elabora uma resposta interessante: é na dicotomia clássica ao Ocidente que se opõe o civilizado ao selvagem, a cultura da oralidade à cultura da escrita etc. De fato, a problemática do desenvolvimento se estabeleceu no imaginário ocidental – diferenciando-o das demais culturas, o crescimento ou o progresso aqui progridem infinitamente - essa característica tão estranha quanto moderna que revela do ocidente e que sociocentricamente lhe pretende a superioridade. A consolidação do desenvolvimento, sua hegemonia sob a crença generalizada (por fatores diversos, tais militares, econômicos e técnicos) de um crescimento constante dos bens produzidos e que culmina na antecipação de um futuro melhor, somente se consolidou em prol de uma dupla ilusão: a da infinidade dos recursos naturais, e a prosperidade material da qual todos poderiam tomar parte mediante a universalização do modo de produção ocidental (uma ilusão semântica intensificada na substituição de “país subdesenvolvido” por “país em desenvolvimento”).

Ademais, a teoria da linha abissal (SANTOS, 2010) nos fornece uma visão sobre as contradições nas sociedades da América Latina. Evidencia aquela mesma diferença entre o Norte e o Sul existente nos próprios entremeios do Sul. Evidencia a reprodução dessa diferença construída no âmago do Sul, de sua sociedade e do indivíduo. A linha abissal se

faz presente dentro dos territórios do Sul, dentro mesmo de sua epistemologia, o divide, medra nele as contradições internas que o definem.

Essa exata diferença não estaria, também, naquela que opõe o desenvolvimento enquanto processo libertador contra o desenvolvimento enquanto processo de submissão, e que se expressa mesmo nos debates intelectuais de nossa epistemologia? Em releituras do processo do desenvolvimento no Brasil, tais contradições são observadas e desenvolvidas ao nível nacional por via endógena (vide Csaba Deak, 1991; Guido Mantega, 1995), mas também observadas e representadas nas relações internacionais (vide as teorias da dependência – Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2000; 1967, *apud* MANTEGA, 1995), Maria da Conceição Tavares (*apud* MANTEGA, 1995), Francisco de Oliveira (*apud* MANTEGA, 1995), Paul Singer (*apud* MANTEGA, 1995) ou, mais próximo a essa última hipótese, medradas – e observadas – aqui (na realidade e no espaço nacional) por via exógena (vide Ribeiro, 2012; Gandásegui, 2019; Otávio Velho, 2009, 2015; Stéphanie Treillet, 2015; Rui Mauro Marini (2011, *apud* MANTEGA, 1995; 2012), para uma abordagem material e econômica; vide Gilbert Rist (2013), Gustavo Lins Ribeiro (2012) e François Partant (1997) para uma abordagem sobre a ideologia).

Estes autores partem de uma bibliografia já consolidada no país, a qual já abordamos na sessão anterior. Mas por vias de conclusão, reiteramos que ela própria, antes das revisões, já se permeava das dicotomias da discussão desenvolvimentista, antes explorada, e apresentava, por um lado, um desenvolvimento de formação nacional em prol de um processo de independência econômica efetiva, mas por outro lado também apresentava e construía o diálogo que define as relações de dependência e de continuação aos preceitos liberais, à hegemonia do capitalismo capitaneado pelos EUA, às lógicas capitalistas globais e à atualização desse sistema dentro dos ensejos socioeconômicos nacionais, como muito viria a identificar as releituras do processo consequentes.

No bojo teórico do enfoque estratégico relacional, compreenderíamos que os conflitos que se formam entorno e dentro do Estado, os quais visam lhe dar uma *seletividade estratégica* (JESSOP, 1999, 2017; MONEDERO, S.I.), e que são intelectuais e ideológicos assim bem como materiais, enquadram essa dicotomia constante e essas contradições juntas na elaboração própria do Estado enquanto relação social.

Mantega nos logrou mais alguns parágrafos preciosos para o enfoque estratégico relacional:

Vimos que a ideologia nacional-desenvolvimentista, forjada ao longo dos anos 50, gestou-se inicialmente nos escritórios da CEPAL, ainda na virada da década anterior; foi incrementada pelos especialistas estrangeiros, como Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal, e, finalmente, aprimorada pelos teóricos do ISEB. Assim, na segunda metade dos anos 50 essa ideologia fornecia um projeto político de desenvolvimento que, mal ou bem, argamassava a sociedade civil brasileira e fornecia ao Estado sua base de legitimação (MANTEGA, 1995: p. 63)

É bom lembrar que o período em apreço constituiu um dos momentos de maior legitimação do Estado brasileiro, vale dizer, um dos períodos de maior legitimação da acumulação de capital no país, com relativa liberdade política e sindical, sufrágio universal e eleições diretas para os principais escalões do executivo. Isso significa que os interesses da burguesia estavam travestidos com eficácia nos interesses gerais da Nação ou de todo o povo brasileiro. Torna-se dispensável, aqui, reproduzir o papel do nacional-desenvolvimentismo na criação dessa situação extremamente favorável para a acumulação. (MANTEGA, 1995: p. 63)

Esta definição de projeto político de desenvolvimento é precisamente a definição e exemplificação dos âmbitos substanciais do Estado. Supomos, por conseguinte, que um âmbito formal viria a se consolidar – seria por consequência que um Estado desenvolvimentista se materializaria no Brasil, e que permitira essa “situação extremamente favorável para a acumulação” (MANTEGA, 1995: p. 63).

Uma *arquitetura estatal*, supomos, expressa pelos organismos de planejamento, mas também pelo Banco Central do Brasil, pelo BNDES, pelas universidades públicas, pelas empresas estatais, pelo conteúdo e pela forma dos concursos públicos, mas também pelo acesso à educação (estrutura e historicamente pautado pela concentração de renda) que permite acessar o Estado e constitui, assim, uma forma de democracia, um *modelo de representação*.

Como pudemos ver, o medrar do pensamento desenvolvimentista se fez em latentes conflitos intelectuais – os quais configuraram uma dinâmica interna a esse processo de *médio prazo* –, em dissonâncias, diferenças e contradições entre a prática do planejamento estatal em seu prol, a teoria e os motivos múltiplos de seu surgimento. Passo a passo, o desenvolvimentismo foi se moldando – e assim podemos perceber etapas diferentes de seu processo e de sua atuação, práticas que se diferem nas décadas mesmo dentro de seu âmbito – em *médios períodos* sucessivos. Ano após ano, um longo debate veio se atualizando, e se fez assim secular, montando a sua própria escola de quadros intelectuais e técnicos em uma diversidade conflituosa de tendências de interesses e de interpretações, de pensamentos tanto consequentes e quanto formadores destas mesmas tendências. Quiçá, ainda e conclusivamente, esperamos ter podido delimitar o desenvolvimento dentro de uma era precisa – aspecto característico dos anos de fins da Segunda Guerra a 1989, e que se enquadra dentro de um panorama maior, o da determinação da ideologia liberal, a era 1789-1989.

Não poderíamos deixar de perceber que estas críticas, por sua maioria surgidas nos anos de 1965, participariam dessa dinâmica dicotômica que opõe a compreensão do desenvolvimento enquanto atualização do liberalismo à compreensão do desenvolvimento enquanto movimento de formação do Terceiro Mundo e oposição justamente ao liberalismo. O nacional-desenvolvimentismo (BIELCHÓVSKY, 1996), *à la* CEPAL, compreendeu esse processo a partir desta segunda visão; porém as críticas que lhe advieram mostraram que a execução do desenvolvimentismo somente veio a reafirmar a hegemonia de certa *base social*, apoiada pelo capital estrangeiro e atuante em seu conjunto, e constituíram, portanto, uma crítica ao ensejo cepalino. Não excusos da mesma dicotomia, o desenvolvimentismo seria repensado e praticado em outras instâncias – as regionais. Momentos de menor duração e combinação de *médias durações* assim entremearam a *duração média* do desenvolvimentismo, configurando *subtipos* deste conceito. Conclui-se que a dinâmica de formação desses *subtipos* e da passagem dessas *médias durações*, assim bem como as *curtas durações* que permeiam esse tempo, diz diretamente respeito a essa contradição dicotômica fundamental do desenvolvimento, a qual é notada no medrar do pensamento e no medrar das práticas políticas e das práticas econômicas, assim como nas mudanças institucionais. Com efeito,

Falar de conjuntura depois de capítulos consagrados à vida econômica, política, cultural e militar [...] não é concluir elaborando, como seria oportuno, um balanço sob a forma de recapitulação, mas abrir um caminho para explicações novas. (BRAUDEL, 2016: p. 271)

Mas, quiçá, conquanto essa dialética fosse o santo-graal da filosofia da história, o motor que a move e a justifica mesmo que somente nesse período de média duração, não se trataria do infindo embate norte-sul que Santos (2010) nos chama a atenção? Quem sabe se as próprias contradições da história, como se trata esse conflito passo a passo reatualizado, que repercutem em sua filosofia e são repercutidas por ela, não tenham promovido, nesse debate intermitente que é a dicotomia norte-sul, o encaminhar que o desenvolvimentismo realizou tanto na materialidade da realidade brasileira, quanto em sua intelectualidade?

Considerações Finais

Ao longo desta dissertação, buscamos explorar ontologias que permeiam o pensamento sobre o desenvolvimento no Brasil, com particular atenção ao papel do Estado. Partimos da premissa de que o desenvolvimento, como conceito e prática, está intrinsecamente vinculado às construções intelectuais e ontológicas que moldam a compreensão do que é o Brasil enquanto nação e Estado.

No primeiro capítulo, abordamos as "Ontologias do Estado e da ideia de desenvolvimento", onde traçamos um panorama de diferentes concepções de Estado. A análise aqui se centrou na compreensão do Estado a partir das diversas tradições intelectuais, especialmente aquelas com raízes marxistas, que contribuíram para a formação de uma visão crítica sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento.

No segundo capítulo, intitulado "Ontologias do pensamento político e social brasileiro", expandimos nossa análise para considerar como essas ideias foram recepcionadas e reinterpretadas dentro do contexto intelectual brasileiro. Aqui, observamos que o pensamento sobre o desenvolvimento no Brasil não foi monolítico, mas composto por diversas correntes que dialogam, competem e se entrelaçam. O desenvolvimentismo brasileiro, por exemplo, é fruto de um amadurecimento reflexivo sobre o papel do Estado, que evoluiu para uma concepção de centralidade estatal na gestão do desenvolvimento nacional e, à continuação dessa evolução, dessela-se um pensamento crítico. Este capítulo também destacou críticas e limitações internas ao próprio desenvolvimentismo, evidenciando as complexidades e contradições que permeiam o debate sobre o desenvolvimento no Brasil.

No decorrer do trabalho, procuramos não apenas mapear as ontologias do desenvolvimento, mas também compreender como estas se manifestaram nas práticas e políticas adotadas ao longo da história brasileira. Nossa análise procurou desvendar as múltiplas camadas de significado associadas ao desenvolvimento e ao Estado, enfatizando a necessidade de uma abordagem hermenêutica que considere as interações intersubjetivas entre diferentes textos e contextos intelectuais.

Não se quis, todavia – e nem mesmo se poderia –, abarcar por completo a variedade do âmbito da produção intelectual e, desta forma, ressaltamos que importantes considerações, tendências ou escolas desenvolvimentistas não foram acolhidas por nossa análise. Mas nenhum ensaio pretende a completude, e o caminho tomado revela elementos

e ensaia metodologias sem quais o desenvolvimento futuro da pesquisa se revelaria impossível, ao passo em que se consolida e revisa-se o referencial teórico utilizado. Algumas considerações preciosas assim puderam florescer.

Efetivamente, identificamos que, embora o conceito de Estado seja plural e dinâmico, algumas ideias se destacaram, especialmente aquelas que vinculam o Estado a um projeto nacional de desenvolvimento, algo que se consolidou nas décadas de 1920 a 1950. Nesse entremeio, buscamos firmar uma metodologia, ancorada no enfoque estratégico relacional, para alcançar a análise ontológica em contexto social vinculado ao processo estatal.

Desta forma, concluímos que o referido processo de destaque de ideias, de âmbito intelectual, também é um processo de formação do Estado em um contexto de diversidade social e econômica. O destaque, por assim dizer, é fruto não do acaso, mas de movimento estratégico de segmentos sociais para garantir a sua reprodução e a sua preponderância na relação entretida com demais atores.

O destaque de ideias – tomado por verdadeiro pelo Estado –, entretanto, não é o resultado final, sendo ele parte do processo que transforma a materialidade – sendo ele elemento vital para o *efeito de Estado*. Esta materialidade almejada representa os anseios de segmentos específicos ou o resultado do processo de diálogo – ou disputa – social, considerado como o resultante equilíbrio de forças. Considera-se, assim, que a relação social abrange um âmbito material e físico, no qual ela se ancora, mas também o qual ela transforma.

A relação, todavia, é materializada – ou cristalizada – antes como Estado. Toda a estratégia relacional desses diversos segmentos, à procura da estabilidade do equilíbrio de forças – estabilidade esta que, por ventura, queira dizer a eliminação, o apagamento ou a contenção do outro –, perpassa por essa cristalização ao transformar o Estado a seu favor, para que este rematerialize, reforme, a realidade relacional, seja os seus elementos interpretativos, seja seus elementos físicos.

Nesse sentido, em síntese, este trabalho procurou fornecer ao enfoque estratégico relacional esta observação: o *efeito de Estado* se dá não somente na realidade material, tão física quanto econômica, mas também no campo ideológico e em seus parâmetros interpretativos, também vinculados ao processo de criação do Estado. Esta é a contribuição, desenvolvida neste trabalho, que retorna ao seu referencial teórico.

A estratégia, todavia, também almeja esse alcance e essa reforma do escopo ideológico da realidade. Porém, em se tratando da composição tão diversa dos segmentos de interesse e das estratégias compostas, bem como da complexidade oriunda da profusão múltipla de segmentos e grupos outros, e ainda das intempéries e imprevistos interpostos pelo roteirista da história, raramente o *efeito de Estado* será aquele originalmente almejado, notadamente no âmbito intelectual, sendo ela fruto de uma estratégia relacional muito mais do que fruto de um interesse original. Ademais, a realidade moldada e, portanto, as estruturas de pensamento diferenciadas do contexto originário, apresenta novos parâmetros interpretativos que possibilitam o processo crítico e dinâmico de revisão.

Como, portanto, capturar o termo do desenvolvimento se, como todo processo de transformação estatal – ao qual este, em toda a sua declaração, almeja –, o termo é reinventado, perdido e reencontrado em sua própria envergadura? A transformação do termo, a incluir as suas revisões críticas, é resultado da atuação social e política à qual ele se vincula, a transformar o Estado continuamente conforme a revisão do termo é feita.

Nossa compreensão sobre o desenvolvimentismo, enquanto prática e, notadamente, enquanto pensamento, não poderia, portanto, se desenvolver a partir de um *tableau*, de uma amostra, ou nem mesmo poderíamos selecionar uma compreensão desenvolvimentista em detrimento de outra ancorada a outra década. Por outro lado, buscamos compreender a dinâmica, percebendo-a tão ligada ao processo social de formação do Estado e, portanto, angariando uma característica relacional – é tal dinâmica que entendemos como desenvolvimentismo.

Podemos, de então, compreender de outra forma os processos recentes – estes que também se ancoram nas estruturas legadas pelo desenvolvimentismo –, sejam eles tanto materiais quanto imateriais. A partir de então, um rol de dúvidas e indagações se oferecem: quais as apresentações díspares do desenvolvimento sustentável? De onde vem as estruturas que permitem pensar e elaborar tal desenvolvimentismo? Quais e como as estratégias percorrem o evento da COP30 na cidade de Belém, e quais estratégias disputam as negociações da COP, ou ainda como estas atuações remodelam a compreensão do que é o desenvolvimento?

Em suma, esta dissertação não busca fornecer respostas definitivas, mas sim abrir novas possibilidades de reflexão sobre as ontologias do desenvolvimento no Brasil. Reconhecemos que o pensamento sobre o desenvolvimento é, em última instância, um

campo de disputa, onde diferentes visões sobre o papel do Estado, da economia e da sociedade se entrelaçam e se confrontam. Assim, esperamos que este trabalho contribua para um entendimento mais profundo e nuançado das complexas relações que moldam o Estado e o desenvolvimentismo no contexto brasileiro, oferecendo uma base para futuras investigações que possam aprofundar e expandir os temas aqui discutidos.

Propôs-se a entender o desenvolvimento como um fenômeno ontológico e histórico, oferecendo-nos assim, futuramente, novas possibilidades de pesquisa no campo. Tal reavaliação crítica, notadamente do papel do Estado no desenvolvimento, questiona as premissas subjacentes às políticas desenvolvimentistas e propõe uma visão mais complexa e multifacetada, relacional, do conceito de desenvolvimento. Isso é especialmente relevante em um contexto onde o papel do Estado está sendo constantemente debatido e reavaliado.

Nota-se, também, o esforço de integração de perspectivas ontológicas e históricas em vistas à compreensão do fenômeno do pensamento desenvolvimentista, apercebendo-lhe dinâmicas próprias para além do processo econômico ou político, mas como construção social enraizada em contextos históricos e intelectuais relacionais.

Essas análises permitiram-nos identificar as limitações e críticas inerentes ao desenvolvimentismo, bem como as continuidades e rupturas nas interpretações do conceito ao longo do tempo. Concluímos que a centralidade do Estado brasileiro na promoção do desenvolvimento não é apenas uma questão de política pública, mas uma construção ontológica profundamente enraizada nas tradições intelectuais do país.

Pretendemos o início de um diálogo multidisciplinar sobre as ontologias do desenvolvimento no Brasil, na esperança de que essa reflexão contribua para o avanço dos estudos no campo, a abrir novas possibilidades de investigação sobre o papel do Estado e das ideologias desenvolvimentistas na história brasileira.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARISTÓTELES. *Métaphysique*. Paris: Flammarion, 2008.
- AUBENQUE, Pierre. *Faut-il déconstruire la métaphysique?*. Paris: PUF, 2009.
- BLAY, Michel. *Dictionnaire des concepts philosophiques*. Paris: Larousse et CNRS éditions, 2012.
- BIMBER, Bruce. **Information and Political Engagement in America : the search for effects of information technology at the individual level**. Santa Barbara : Political Research Quartely, Vol. 54, No. 1, pp. 53 – 67, março, 2001.
- BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA, Vera Alves; MEDEIROS, Tiago Batista. *O DASP e a Formação de um Pensamento Político-Administrativo na Década de 1930 no Brasil*. Universidade Estadual Paulista, 2014.
- BURNETT, F. L. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos**. São Paulo: Annablume, 2011. 310 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1988.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. *Entre o mito e a fronteira. Estudo sobre a figuração da Amazônia na produção artística de Belém entre 1960 e 1990*. Belém: Labor, 2011.
- CASTRO, P. N.; FERNANDES, D. A.. **A INFLUÊNCIA DO POSSIBILISMO NA INTERAÇÃO ENTRE O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA E A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL**. In: 18º Seminário de Diamantina, 2019, Diamantina. Anais do 18º Seminário de Diamantina. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2019.
- CASTRO, P. N.; FERNANDES, D. A.. **O pensamento geográfico e suas influências na formação do pensamento desenvolvimentista-regionalista amazônico no século XX**. In: XXVIII Seminário de Iniciação Científica da UFPA, 2017, Belém. Anais do XXVIII Seminário de Iniciação Científica da UFPA, 2017.
- CASTRO, P. N.; FERNANDES, D. A.. **O pensamento desenvolvimentista na Amazônia do século XX: ambiente institucional e estratégias de desenvolvimento regional**. In: XXVII Seminário de Iniciação Científica da UFPA, 2016, Belém. Anais do XXVII Seminário de Iniciação Científica da UFPA, 2016.
- CLAVAL, P. **Histoire de la Géographie**. 4ª. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.
- CODATO, Adriano. *Intervenção estatal, centralização política e reforma burocrática: o significado dos departamentos administrativos no Estado Novo*. RSP, 2014.

- COMIN, Alvaro A. **O Futuro não é mais o que Costumava Ser: a crise brasileira em perspectiva internacional**. São Paulo: Novo Estudo, CEBRAP, especial, pp. 59 – 70, junho, 2017.
- CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes aa; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves; SOUZA, Dércio Bernardes de. Rostow e os Estágios para o Desenvolvimento. In: NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Cap. 1, p. 7 - 11.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012.
- COSTA, Francisco de Assis. **Teorias do Desenvolvimento e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável – Apontamentos**. Belém: Revista Terceira Margem Amazônia, v. 2, nº 7 – jul / dez, 2016.
- COSTA, F. A.. *A Brief Economic History of the Aazona: 1720-1970*. 1. ed. New Castle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2019.
- CUVILLIER, A. **Cours de Philosophie**. Vanves: Armand Colin, v. 2, 1954.
- DEFFONTAINES, Pierre. AS NOSSAS RESPONSABILIDADES GEOGRÁFICAS NAS ZONAS TROPICAIS. *Boletim Geográfico Nacional*, Rio de Janeiro, volume 7 número 75, pp. 229-223, junho de 1949.
- _____ DEFFONTAINES, Pierre. *Le Brésil*. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.
- DOSSE, François. História do estruturalismo: 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Título original: *Histoire du structuralisme: II. Le chant du cigne, de 1967 a nos jours*. © Éditions la découverte/Paris/1991. © Da edição brasileira : Editora Ensaio/SP/1993
- DUARTE, Clênício da Silva. Funcionário público - Processo administrativo - Autoridade competente. *Revista de Direito Administrativo*, 1976.
- DUTRA, Olivio; BENEVIDES, Maria Victoria. **Orçamento Participativo e Socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Venezuela: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007.
- FERGUSON, James. **The Anti-Politics Machine : « development », depoliticization, and burocratic power in Lesotho**. 3ª ed. Minnesota : University of Minnesota Press, 1996.
- FERNANDES, Danilo Araújo. *A Questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia (tese de doutorado*. Belém: UFPA (PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), 2010.
- FONSECA, P. D.. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, v.15, n.2 (26), jul/dez, 2004.
- _____ *Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.
- FPA – FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Caderno Bem Vinda, Bem Vindo ao PT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

- GANDÁSEGUI, M. **Seminário Geopolítica del siglo XXI: América Latina en Disputa**. CLACSO. [S.I.]. 2019.
- GUIMARÃES, Marcondes Mundim. Funcionário público - Órgão de deliberação coletiva - Acumulação (DASP). *Revista de Direito Administrativo*, 1986.
- GUIMIERO, G. R.; CÊPEDA, A. V. **Diálogo das Teses do Subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado**. São Carlos. 2011.
- GUITARD, Odette. *Bandoung et le Réveil des Anciens Colonisés*. Que Sais-Je. Presse Universitaire de France, 1965.
- GOUROU, Pierre. Amazônia (Problemas Geográficos). *Boletim Geográfico Nacional*, Rio de Janeiro, volume 8, número 94, pp. 1182-1181, janeiro de 1951.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- HARMAN, Chris. **Marxism and History**. Exeter: Bookmarks, 1998.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Campinas/Petrópolis: Editora da Unicamp / Vozes, 2012.
- _____. Schelling: Le traité de 1809 sur l'essence de la liberté humaine, Paris, Gallimard, 1993.
- HERÁCLITO. *Fragments*. Paris: Flammarion, 2002.
- IVO, A. B. L. Agências multilaterais de desenvolvimento e comunidades epistêmicas. In: IVO, A. B. L. *A Reinvençãodo Desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica*. Salvador: Edufba, 2016. p. 13 - 36.
- JESSOP, Bob. The Strategic Selectivity of the State: Reflections on a Theme of Poulantzas. *Journal of Hellenic Diaspora* 25(1): 41-77, 1999.
- _____. *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy*. London: Macmillan. 1985.
- _____. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *In Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33, p. 131-144. Curitiba. Junho, 2009.
- _____. **El Estado: pasado, presente, futuro**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2017.
- LEMOS, Amalia Inés G. L.. Uma viagem pela geografia latino-americana: suas tradições e perspectivas. In: GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; GALVANI, Emerson. *Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig*. 1.ed.-Buenos Aires ; São Paulo : CLACSO, Expressão Popular, 2009. p. 19-36.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988
- LINERA, Álvaro Garcia. **Las Tensiones Creativas de la Revolución: la quinta fase del proceso de cambio**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional – Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011. 31 p.
- _____. **Conferencia magistral dictada em la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires**. Acesso em:

- http://clacsovirtual.org/2019/pluginfile.php/22708/mod_resource/content/1/Garc%C3%ADa-Linera%20LA%20CONSTRUCCION%20DEL%20ESTADO%20.pdf. [S.l.], 2010.
- LINERA, Álvaro Garcia. **Las Tensiones Creativas de la Revolución: la quinta fase del proceso de cambio. La Paz: Vicepresidencia del Estado Pluranacional**. Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011.
- LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LUPORINI, Cesare. Dialética Marxista e Historicismo. In: Cuadernos de Pasado y Presente. 2ª edição, n. 39. Cidade do México: Siglo XXI, 1976, p. 9-54.
- MACHADO, Mônica Sampaio. A construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- MAIA, Bóris. A institucionalização do concurso público no Brasil: uma análise sócio-histórica. Revista do Serviço Público, 2021.
- MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Democracia on-line e o problema da exclusão digital**. Porto Alegre: Intexto, UFRGS, n. 30, pp. 93 – 113, julho, 2014.
- MARINI, R. M. **El maestro en rojo y negro: textos recuperados**. 1ª. ed. Quito: Editorial IAEN, 2012.
- MONBEIG, Pierre. Paysans du Nordeste. Paris: Armand Colin, 1952.
- _____ Geografia humana do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- _____ Les franges pionnières. In: *Géographie générale*, Encyclopédie de la Pléiade, Gallimard, Paris, 1966, pp.974- 1006.
- _____ Les structures agraires dans la frange pionnière de São Paulo. Cahier d’Outre-Mer, Bordeaux, 1951, pp. 1-22.
- MONEDERO, J. C. Selectividad estratégica del Estado y el cambio de ciclo en América Latina. In: OUVIÑA, H.; THWAITES REY, M. **Estados en Disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina**. 1ª. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018. Cap. 13, p. 338 - 376. Disponível em: <https://clacsovirtual.org/pluginfile.php/22943/mod_resource/content/2/Selectividad%20estrat%C3%A9gica%20del%20Estado%20y%20el%20cambio%20de%20ciclo%20en%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf>.MONTEIRO, Carlos A. F. Estruturação do espaço urbano: uma introdução à urbanização brasileira. São Paulo: USP, 1972.
- _____ Geografia urbana crítica. São Paulo: Contexto, 1984.
- _____ Cidade e cidadania. São Paulo: Contexto, 1994.
- MORGENFELD, L. **Estados Unidos y sus vecinos del sur en las cumbres de las Américas: de la subordinación al desafío**. Buenos Aires: 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/fabio/Downloads/Estados%20Unidos%20y%20sus%20vecinos%20del%20sur%20en%20las%20Cumbres%20de%20las%20Am%C3%A9ricas%20\(Morgenfeld,%20CLACSO%202016\).pdf](file:///C:/Users/fabio/Downloads/Estados%20Unidos%20y%20sus%20vecinos%20del%20sur%20en%20las%20Cumbres%20de%20las%20Am%C3%A9ricas%20(Morgenfeld,%20CLACSO%202016).pdf)>.
- NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F.. Prefácio. In: NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Cap. Prefácio, p. 7 - 11.

- OSZLAK, O. **Formación histórica del Estado en América Latina: elementos teórico-metodológicos para su estudio**. Estudios Cedes, v. 1, n. 3. 2ª edição, 1978. Acessado em: <http://repositorio.cedes.org/handle/123456789/3455>.
- PALMER, Richard. *Hermnêutica*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- PARTANT, F. **La Fin du Développement: naissance d'une alternative?** Primeira edição: 1982. ed. Saint-Amand-Montrond: Babel, 1997.
- PEREIRA, Luciene Maria Pires; MENEZES, Sezinando Luiz. Sobre idéias e instituições: a riqueza das nações ou a riqueza da nação? As idéias de Adam Smith e Friederich List sobre o desenvolvimento do capitalismo. Maringá: Acta Sci. Human Soc. Sci., v. 30, n. 1, p. 87-95, 2008.
- PIVOTO, D.; CARUSO, C. D. O.; NIERDELE, P. A. Schumpeter e a Teoria do Desenvolvimento Econômico. In: NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- POLANYI, K.. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- PREBISCH, R. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. v. 3, n. 3, p. 47 - 111, julho 1949. ISSN 1806-9134. Disponível em:. Acesso em: 24 Mar. 2019.
- RABELO, Fernanda Lima. De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do DASP e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). *Acervo* 25, 2013: p. 78-91.
- RIBEIRO, G. L. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. In: ZHOURI, A. Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: ABA, 2012.
- RIBEIRO, R. A. **A Teoria da Modernização, a Aliança para o Progresso e as Relações Brasil – Estados Unidos**. Perspectivas, São Paulo, v. 30, p. 151 - 175, 2006.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: Ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- _____. *Escritos e conferências 2 – Hermenêutica*. São Paulo: Loyola, 2011.
- _____. *Interpretação e Ideologia*. São Paulo: Loyola, 1988.
- RIST, G. **Le développement: Histoire d'une croyance occidentale**. 4ª. ed. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2013.
- ROMÃO NETTO, J. V. **Estrutura administrativa do governo brasileiro, cultura política e a busca pela sociedade ideal**. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, Janeiro / Abril 2016.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.) *Epostemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para descolonizar o Ocidente: Más allá del pensamiento abismal**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

- _____. **Reinventar a Democracia**. 2ª ed. Lisboa: Edição Gradiva, 2002.
- SIEDENTOP, L. **Inventing the Individual: the origins of western liberalism**. Londres: Penguin Books, 2015.
- SOUZA, Orlando. *Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta, 1994.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de Souza. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). *Rev. Bras. Hist.* 42 (89): 2022. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/>
- SKIDMORE, Thomas E.. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 400p.
- SKINNER, Q. Una genealogia del Estado moderno. **Estudios Públicos**, Santiago, Outubro de 2010.
- TATAGIBA, Luciana F ; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; BLICKSTAD, Karin; PATERNIANI, Stella Zagatto; PISMEL, Adriana Cattai; COUTINHO, Flávio; SALAS, Alexandra Giménes. **Inovações Participativas nas Políticas Habitacionais para População de Baixa Renda: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida** – Entidades. Relatório Final de Pesquisa. Campinas: Programa Regional de investigación CLACSO-ASDI 2013, 2013.
- THÉRY, Hervé. Na franjas pioneiras, de Pierre Monbeig aos nossos dias. In: GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; GALVANI, Emerson. *Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig*. 1.ed.-Buenos Aires ; São Paulo : CLACSO, Expressão Popular, 2009. pp. 49-67.
- THWAITES, R. M. Complejidades de una paradójica polémica: estructuralismo versus instrumentalismo. In: THWAITES R., M. **Estado y Marxismo: un siglo y medio de debates**. 2ª. ed. Buenos Aires: Editorial Prometeu, 2010. Cap. 2 da segunda parte.
- TREILLET, Stéphanie. *Économie du développement: De Bandoeng à la mondialisation*. Paris: Édition Armand Colin, 2015.
- VALVERDE, Orlando. Prefácio In *As Amazônias de Bertha K. Becker : ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica : vol. 1; (org.) por Ima Célia Guimarães Vieira*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, pp. 15-20.
- VEBLÉN, T. *The Theory of the Leisure Class*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- VEIGA, José Eli da. **A Primeira Utopia do Antropoceno**. *Ambiente & Sociedade*. Vol 20 (2): 233 – 252, 2017.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- _____. *Circuitos Infinitos*. São Paulo, Attar, 2015.
- VERSIANI, F. R. *As Longas Raízes do Protecionismo: 1930 e as Relações entre Indústria e Governo. 80 anos da Revolução de 1930: Seu Significado para a Economia Brasileira*. Salvador: 38º Encontro Nacional de Economia. 2010. p. 867 - 895.
- VIEILLARD-BARON, Jean-Louis (org.). *Hegel et l'Idéalisme Allemand*. Paris, Vrin, 1999.

VILLEY, D.; NÊME, C. *Petite histoire des grandes doctrines économiques*. Primeira edição: 1944. ed. Paris: Litec Éditions M.-Th. Génin, 1996.

WALLERSTEIN, I. El derrumbe del liberalismo. *Secuencia*, janeiro - abril 1994. ISSN electrónico: 2395-8464. DOI: <http://dx.doi.org/10.18234/secuencia.v0i28.455>.

WEFFORT, F. C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro: idéias e personagens*. São Paulo: Ática, 2011.